

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES**

NATHÁLIA ESTEVES DA SILVA GOMES

**OS CONFLITOS AGRÁRIOS NAS PÁGINAS DE *A TRIBUNA*: A
DISPUTA TERRITORIAL ENTRE QUILOMBOLAS E O
AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA-ES

2020

NATHÁLIA ESTEVES DA SILVA GOMES

**OS CONFLITOS AGRÁRIOS NAS PÁGINAS DE A *TRIBUNA*: A DISPUTA
TERRITORIAL ENTRE QUILOMBOLAS E O AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO NO
NORTE DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de MESTRE em Comunicação e Territorialidades.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Profa. Dra. Daniela Zanetti (Membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Profa. Dra. Rosane da Silva Borges (Membro externo)

Universidade de São Paulo – ECA-USP

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

G633c Gomes, Nathália Esteves da Silva, 1980-
Os conflitos agrários nas páginas de A Tribuna: : a disputa territorial entre quilombolas e o agronegócio do eucalipto no Norte do Espírito Santo / Nathália Esteves da Silva Gomes. - 2020.

116 f. : il.

Orientador: Rafael Bellan Rodrigues de Souza.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Jornalismo. 2. Quilombolas. 3. Agroindústria. 4. Racismo na imprensa. 5. Território nacional. 6. Minorias e jornalismo. I. Souza, Rafael Bellan Rodrigues de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA - SIAPE 1549808
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAR
Em 29/04/2020 às 11:07

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/19239?tipoArquivo=0>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
DANIELA ZANETTI - SIAPE 2552309
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAR
Em 30/04/2020 às 13:21

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/19556?tipoArquivo=O>

À minha mãe Vanda (*in memoriam*), exemplo incansável de força, resignação, superação, fé e esperança. Por estar ao meu lado mesmo quando meus olhos não podiam ver, meus ouvidos não podiam escutar e meus braços não podiam sentir.

Todo o meu amor, respeito, admiração e saudades por tudo que foi, é e sempre será em minha existência! Essa conquista é nossa!

AGRADECIMENTOS

Ninguém anda sozinho, e saber reconhecer os parceiros da caminhada é extremamente necessário. Tenho certeza de que minha memória irá me boicotar; então, de antemão, já lanço minhas mais sinceras desculpas para aqueles ou aquelas que, porventura, eu deixar de mencionar. Vocês estarão para sempre no meu coração.

Começo agradecendo à minha família por ser meu suporte nesses dois anos. Ao meu filho, João Gabriel, meu anjo, que mesmo tão pequeno me permitiu estar ausente em momentos importantes da sua vida. Ao meu marido e companheiro de vida, Rodrigo, por ser meu porto seguro! Todo o meu amor.

Aos meus irmãos, Carina e Bruno; aos meus sobrinhos, Júlia e Júnior; e ao meu pai, Gilson, por entenderem minhas ausências e por torcerem incondicionalmente por mim.

Aos alunos da disciplina de Mídia e Diversidade dos cursos de “Jornalismo”, “Publicidade e Propaganda” e “Cinema e Audiovisual” dos semestres 2019/1 e 2019/2 desta Universidade, que me permitiram ensinar e aprender e me fizeram professora.

À minha amiga de mestrado Alice, por tudo que produzimos juntas. Essa trajetória tão solitária foi muito mais leve com você.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades por tanto conhecimento compartilhado. Aos amigos que fiz na turma PósCom-UFES2018, desejo que ainda possamos nos encontrar muito nesta vida.

Ao meu orientador, professor Rafael Bellan, por me guiar nesta jornada do mestrado, por me ensinar a ser uma pesquisadora e por me mostrar caminhos até então desconhecidos. Receba toda a minha gratidão.

Ao quarteto das Meninas Superpoderosas, por me fortalecerem. Aos amigos e professores de fora do mestrado, que me ouviram e me guiaram.

Às professoras Daniela Zanetti e Rosane Borges, pela generosidade de aceitarem participar da minha banca e pelas brilhantes contribuições que possibilitaram a conclusão desta pesquisa. Ter duas mulheres tão competentes é motivo de orgulho.

A todos os povos quilombolas, em especial aos povos do grande território do Sapê do Norte (ES), por serem exemplo e resistência.

Por fim, à minha Mãe, a ausência mais presença que eu poderia ter neste mestrado.
Obrigada por cada ensinamento, por ser luz, por me mostrar o valor da educação e do amor e
por não me permitir desistir nunca dos meus sonhos.

“A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela

RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar a representação dos conflitos agrários nas páginas do jornal *A Tribuna*, tendo como foco as disputas territoriais entre as comunidades quilombolas e o agronegócio internacional do eucalipto, na Região Norte do Estado do Espírito Santo.

Os conflitos, que tiveram início na década de 1960 com a instalação de grandes projetos de produção de carvão vegetal e de celulose e com a implantação da monocultura de eucalipto, seguem até os dias atuais dizimando a floresta tropical nativa e toda a base de sustentação de vida das comunidades negras rurais.

A metodologia escolhida foi a Teoria do Enquadramento, ou *Frame Analysis*, que possibilitou compreender o processo de produção das notícias e sua relação com a cultura e a política da sociedade capixaba. A partir do suporte da Análise de Conteúdo, foi possível inferir que as narrativas construídas por *A Tribuna* desconsideram a ancestralidade das comunidades quilombolas, bem como suas lutas e resistências. Além disso, os enquadramentos realizados pelo periódico contribuem para a consolidação de um estereótipo de criminalidade dos quilombolas, a partir da reiteração de práticas racistas que sustentam a manutenção do *status quo* das elites brancas hegemônicas e promovem o agronegócio como modelo prioritário de desenvolvimento para o espaço agrário brasileiro.

Palavras-chave: conflito; quilombolas; agronegócio; território; *A Tribuna* (jornal).

ABSTRACT

This work presents an investigation about the representation of agricultural conflicts in the pages of the newspaper A Tribuna, focusing on territorial disputes between quilombola communities and international eucalyptus agribusiness, in the Northern Region of the State of Espírito Santo.

The conflicts, which began in the 1960s, with the installation of major projects for the production of charcoal and cellulose and the implementation of monoculture eucalyptus, continue to the present day, decimating a native tropical forest and the entire support base of life in rural black communities.

The chosen methodology was the Framing Theory, or the Analysis of tables, which made it possible to understand the news production process and its relationship with the culture and politics of Espírito Santo society. From the support of Content Analysis, it was possible to infer that the narratives constructed by A Tribuna disregard the ancestry of quilombola communities, as well as their struggles and resistance. In addition, the frameworks implemented by the periodic contribution to a stereotype of quilombola crime, based on the reiteration of racist practices that support the maintenance of the status quo of hegemonic white elites and promote agribusiness as a previous model of development for the agrarian space Brazilian.

Key words: conflict; quilombolas; agribusiness; territory; A Tribune (newspaper).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Perfil do Grupo João Santos.....	34
Figura 2: Mapa do Espírito Santo e as comunidades quilombolas do Sapê do Norte.....	51
Figura 3: <i>A Tribuna</i> de 07 de novembro de 2009.....	74
Figura 4: <i>A Tribuna</i> de 12 de novembro de 2009.....	75
Figura 5: <i>A Tribuna</i> de 19 de novembro de 2009.....	75
Figura 6: <i>Frame</i> texto “Turma do trator”.....	77
Figura 7: <i>Frame</i> texto “Ambiente carregado”.....	79
Figura 8: <i>Frame</i> texto “Terras vão ser dadas a quilombolas”.....	80
Figura 9: <i>Frame</i> texto “PM prende 30 por roubo de madeira no Norte”.....	81
Figura 10: <i>Frame</i> texto “Paz no campo ameaçada”.....	83
Figura 11: <i>Frame</i> texto “Encapuzados roubam madeira no Norte”.....	84
Figura 12: <i>Frame</i> texto “Quilombolas”.....	85
Figura 13: <i>Frame</i> texto “Tensão na terra”.....	86
Figura 14: <i>Frame</i> texto “Debate da terra”.....	87
Figura 15: <i>Frame</i> texto “Quilombola vira caso federal”.....	88
Figura 16: <i>Frame</i> texto “Parlamentares e quilombolas”.....	89
Figura 17: <i>Frame</i> texto “Caso a caso”.....	90
Figura 18: <i>A Tribuna</i> de 07 de março de 2010.....	99
Figura 19: Obras na Fibria abrem 250 vagas.....	100
Figura 20: IBGE mostra as cores da desigualdade.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matérias sobre conflitos em territórios quilombolas.....	64
Tabela 2: Matérias sobre a Suzano/Fibria.....	65
Tabela 3: Fontes utilizadas nas matérias sobre conflitos em terras quilombolas.....	69
Tabela 4: Formato dos textos sobre a Suzano/Fibria em <i>A Tribuna</i>	93
Tabela 5: Matérias da categoria Desenvolvimento Econômico.....	94
Tabela 6: Matérias da categoria Geração de Emprego.....	95
Tabela 7: Matérias da categoria Questões Trabalhistas.....	96
Tabela 8: Matérias da categoria Conflitos Agrários.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de matérias e seus formatos.....	67
Gráfico 2: Agentes causadores de conflitos na Região Norte do ES.....	73
Gráfico 3: Editorias onde as matérias sobre conflitos agrários foram publicadas.....	76
Gráfico 4: Editorias onde as matérias da Suzano/Fibria foram publicadas.....	92
Gráfico 5: Categorização das matérias a partir da análise das manchetes.....	94
Gráfico 6: As fontes ouvidas ou citadas na matérias sobre Suzano/Fibria.....	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 JORNALISMO E SOCIEDADE.....	22
1.1 Jornalismo e o interesse público.....	22
1.2 Jornalismo, mediação e objetividade: é possível?.....	24
1.3 A crise do jornalismo e a terminalidade dos impressos.....	27
1.4 <i>A Tribuna</i> : um líder em crise.....	30
1.4.1 Tabloide: o início de uma “nova era”.....	32
1.4.2 Os dias atuais.....	34
2 HEGEMONIA, PODER E PRODUÇÃO DE SENTIDOS.....	36
2.1 A hegemonia em Gramsci.....	36
2.2 O protagonismo ideológico da mídia.....	38
2.3 O poder da representação na produção de sentido e conhecimento do imaginário social.....	40
2.4 O jornalismo e o discurso hegemônico do agronegócio	43
3 TERRITÓRIOS, CAMPESINATO NEGRO E CONFLITOS AGRÁRIOS.....	46
3.1 Território: um espaço de poder.....	46
3.2 As comunidades quilombolas e o campesinato negro.....	48
3.2.1 O direito constitucional de acesso à terra das comunidades negras rurais.....	52
3.3 O agronegócio e o acirramento dos conflitos no campo.....	53
3.3.1 A implantação da Aracruz Celulose no Norte do Espírito Santo.....	55
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS EM A TRIBUNA.....	58
4.1 Metodologia de análises.....	58
4.1.2 Análise de Enquadramento.....	58
4.1.3 Análise de Conteúdo: um método de tratamento.....	60
4.2 Definição do <i>corpus</i>	62
4.3 Os conflitos agrários nas páginas de <i>A Tribuna</i>	62
4.3.1 Procedimentos de coleta.....	64
4.4 Analisando o conteúdo dos textos sobre os conflitos agrários.....	67
4.4.1 Análise espacial: a disputa por outros territórios.....	67
4.4.2 Análise das fontes: uma seleção que invisibiliza e silencia.....	68

4.4.3 Análise de ênfase: o que é destaque nos títulos.....	73
4.4.4 Editorias das matérias sobre conflitos agrários.....	76
4.4.5 Análise dos textos: entre enquadramentos e escolhas semânticas.....	77
4.5 O espaço do agronegócio no jornal: analisando o sujeito Suzano/Fibria.....	91
4.5.1 As fontes do agronegócio.....	96
4.5.2 A construção da imagem positiva do setor.....	98
4.6 Resultados	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

As disputas pelo espaço – seja urbano, seja rural – são pautas regulares nas agendas jornalísticas, uma vez que, na lógica capitalista vigente, espaço é sinônimo de mercadoria, consumo e lucro.

O Brasil é um dos países com os maiores índices de concentração territorial, ocupando um preocupante quinto lugar no ranking de desigualdade de acesso à terra, com 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades superiores a mil hectares, segundo dados do “Atlas da Agropecuária Brasileira” (2017).

Herança do período colonial que se reflete ainda hoje, cinco séculos depois da colonização, a ocupação desigual do solo contribui sobremaneira para o tensionamento dos conflitos no campo, que de um lado tem o capital hegemônico do agronegócio e/ou dos grandes latifúndios, e do outro a agricultura familiar, de subsistência, caracterizada pelas pequenas propriedades rurais ou ainda pelo campesinato ancestral das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas.

[...] A concentração e o monopólio da terra, que permanecem e até se intensificam nos dias atuais, têm sido uma das principais razões do surgimento de conflitos no campo brasileiro, manifestados, entre outras formas, por lutas promovidas no passado pelos escravos com a formação dos quilombos; camponeses de Canudos, no Nordeste de fins do século XIX; além de outras que contestavam o poder dos coronéis (FABRINI; ROOS, 2014, p.15-14).

Ianni (2004, p. 7) afirma que a dimensão agrária é intrínseca à sociedade brasileira e rege as alterações ocorridas no Brasil desde a extinção da escravatura. “As rupturas políticas das últimas décadas, quando o Brasil já é um país bastante urbanizado e industrializado, também revelam essa influência.”

A questão agrária faz parte do nosso dia a dia, e há séculos. Como disse Fernandes (2004, p. 4), pode-se até não querer vê-la, mas ela se descortina cotidianamente. Há quem diga que ela é coisa do passado, “[...] mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. [...] No dia a dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade”.

O agendamento de temas relacionados à questão agrária brasileira, como expôs Ianni (2004), é recorrente nos meios de comunicação de massa. Num contexto cada vez mais globalizado, de mercantilização da vida, interessa-nos descobrir como o jornalismo tem

contribuído, por meio das suas narrativas, para o processo de construção social das formas de vida no campo brasileiro.

Entre tantas abordagens possíveis acerca da temática territorial brasileira, uma em especial se apresentou como cara e necessária, aos olhos desta pesquisadora: a dos conflitos territoriais entre as comunidades rurais negras (quilombolas) e o agronegócio internacional do eucalipto.

A escolha por essa temática tem relação direta com minhas memórias. De família mineira, passei toda a infância e boa parte da adolescência no Vale do Jequitinhonha (MG). O Vale possui uma forte herança indígena e quilombola na sua formação e é considerado uma das regiões com os menores índices de desenvolvimento de todo o Estado de Minas Gerais.

A decisão por pesquisar comunidades rurais negras também parte de gatilhos pessoais. Minha família, como a maioria das famílias brasileiras, é miscigenada. Somos fruto de relacionamentos inter-raciais que foram acontecendo ao longo do tempo e que acabaram por “clarear” um pouco a todos. Passei a infância ouvindo, reproduzindo e naturalizando todo tipo de piada, comentário e atitudes racistas, inclusive em relação à mim mesma. Não pela minha pele, que sempre foi mais clara, o que me possibilitou ser lida como uma mulher branca – apesar de eu não me reconhecer como tal –, garantindo-me toda a sorte de privilégios que tal categorização social no Brasil significa ter, ainda que financeiramente pobre; mas por causa dos meus cabelos e outros traços fenotípicos que sempre foram um “problema” aos olhos da sociedade branca e orgulhosa de se autodeclarar de origem europeia. Como diz Kilomba (2019, p. 126), o cabelo das pessoas negras “[...] foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude [...]”.

Tenho tios, primos, avós e sobrinhos que são negros de pele retinta e passei a vida inteira tentando entender porque tudo relacionado ao negro era considerado ruim, inferior, feio e subalternizado. Nunca falamos abertamente sobre racismo na família, não havia entendimento para isso, mas, com a chegada dos anos e com um pouco mais de maturidade, senti-me obrigada a buscar respostas para questões que me amedrotavam desde a tenra idade. Tentei, sem acolhimento, trabalhar com pesquisas raciais na minha Graduação em Jornalismo e depois na minha Pós-Graduação (lato sensu) em Comunicação, em ambas as vezes sem sucesso. O ambiente acadêmico, altamente eurocêntrico e assentado em bases coloniais, sempre me desencorajava, assim como a pouca presença de professores negros. Por isso, estar aqui hoje, defendendo uma dissertação que tem como objeto de pesquisa os conflitos agrários e o campesinato negro quilombola, em uma universidade pública, gratuita e qualificada, é para mim uma vitória e um sonho antigo, desde a época da graduação.

E é nesse cenário que se inserem as investigações deste trabalho, não pelo viés geográfico, mas trazendo as disputas para o campo da comunicação, com suas narrativas hegemônicas, suas formas de representação, enquadramento e mediação social (WOLTON, 2004).

Este estudo pretende compreender, como problema a ser investigado, o modo como os conflitos agrários na Região Norte do Espírito Santo e a consequente disputa pelo território entre as comunidades tradicionais quilombolas e o agronegócio internacional do eucalipto são pautados e enquadrados pelo jornalismo capixaba. A intenção é descobrir de que forma o processo de construção das notícias pode difundir uma determinada percepção sobre os conflitos no campo. A presente dissertação tem, ainda, por objetivos específicos: a) entender se a atuação da mídia¹ tem contribuído para a criminalização das comunidades quilombolas; b) se o racismo estrutural tem sido o arcabouço teórico nesse processo de criminalização.

O primeiro passo da pesquisa foi a definição do veículo cujas matérias seriam analisadas. O interesse por pesquisar um jornal impresso surgiu ainda na graduação e foi tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No mestrado, veio a oportunidade de dar continuidade à pesquisa, agora com mais profundidade, pois as inquietações que hoje fazem parte deste estudo surgiram lá atrás, nos idos dos anos 2008, época em que esta hoje pesquisadora era repórter da Editoria de Economia do jornal *A Tribuna*, *corpus* de análise deste trabalho.

Líder em audiência no Espírito Santo, o jornal *A Tribuna* é o único jornal impresso diário comercializado na Grande Vitória e em cidades do interior, atualmente. Seu principal concorrente por décadas, o nonagenário jornal *A Gazeta*, durante a realização desta pesquisa deixou de circular diariamente na versão impressa², estando disponível durante a semana apenas por meio de seu conteúdo *online*, em seu portal de notícias, e ganhando uma edição impressa aos fins de semana.

Como possíveis respostas às questões anteriormente apresentadas, três hipóteses foram levantadas: 1) que a grande mídia constrói discursos hegemônicos de criminalização das lutas sociais; 2) que há uma tendência de mitificação do agronegócio (pela mídia) como a principal (e talvez única) saída viável para os problemas econômicos e sociais; 3) que o jornalismo capixaba reforça o racismo estrutural quando silencia a ancestralidade das comunidades quilombolas do Sapê do Norte.

¹Nas últimas décadas do século XX, o chamado processo de globalização, favorecido pelo desenvolvimento exponencial das novas tecnologias da informação, conduziria à constituição dos grandes conglomerados de comunicação, nos quais o jornalismo é apenas mais um dos múltiplos ramos de um negócio que envolve entretenimento, propaganda, telefonia e tantos quantos forem os campos do que se convencionou chamar de “mídia” (MORETZSOHN, 2007, p. 117).

²Disponível em: <https://www.redegazeta.com.br/a-gazeta-investe-em-tecnologia-digital-lanca-novo-site-de-noticias-e-reformula-impresso-para-fim-de-semana/>. Acesso em: 29/12/2019.

O referencial teórico-metodológico que conduziu esta pesquisa na busca por respostas relativas ao problema e aos objetivos e testou as hipóteses foi a Análise de Enquadramento, partindo dos conceitos de autores como Erving Goffman (1974), Gaye Tuchman (1978), Murilo César Soares (2009) e Mauro Porto (2002), subsidiada pelos estudos e teorias da Análise de Conteúdo Jornalístico, tendo como suporte teórico os estudos de Laurence Bardin (1977, 2006), Klaus Krippendorff (1990) e Luana Bonone (2016).

No esforço de responder às questões levantadas e atendendo aos objetivos propostos, o texto desta dissertação foi organizado em quatro capítulos. O primeiro será dedicado à discussão do jornalismo e seu papel social, a partir do conceito de interesse público desenvolvido por Bucci (2000) e na intenção de compreender como este campo se configura em uma importante via de acesso da realidade. Em Wolton (2004, 2010), fomos buscar suporte para compreender o papel do jornalismo como mediador social da realidade, o que nos abriu caminho para discutir a espinhosa objetividade jornalística.

Também dedicaremos especial atenção ao jornalismo impresso, *corpus* deste trabalho, cuja morte já foi demasiadamente sentenciada.

No capítulo dois, o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci entra em cena como subsídio para o estudo das relações sociais do mundo contemporâneo, por meio dos jogos de consenso e dissenso produzidos pela mídia e tão apropriados pelo discurso do agronegócio. A partir de Hall, discutiremos o conceito de representação e seu poder na produção de sentido e construção do imaginário social acerca dos povos negros.

A questão territorial será abordada no terceiro capítulo, trazendo para a discussão os conceitos de território espacial e recorrendo a autores como Milton Santos (2017), Claude Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (2006), traçando um paralelo com a história dos conflitos agrários no Brasil e no Espírito Santo, passando pelas disputas pela terra entre as grandes propriedades *versus* a pequena agricultura de subsistência. Esse capítulo ainda lançará luz sobre a luta quilombola, buscando compreender sua territorialidade e, como tantos séculos depois da suposta abolição da escravatura no Brasil, essas comunidades, para existir e sobreviver, precisam construir um território étnico e reinventar seu modo de vida por intermédio de experiências que se contrapõem ao modelo capitalista de monocultura, concentração fundiária e degradação ambiental.

Por fim, no quarto e último capítulo será apresentada a metodologia escolhida – enquadramento jornalístico com o suporte da Análise de Conteúdo –, bem como as análises e reflexões dos dados coletados nas páginas de *A Tribuna*. De posse deles, será possível refletir sobre os enquadramentos e as narrativas jornalísticas que são construídos pelo periódico, a

partir da temática “conflitos, quilombolas e agronegócio”. Passemos agora para o primeiro capítulo, que tem a missão de apresentar o campo jornalístico e suas especificidades.

1 JORNALISMO E SOCIEDADE

*A maneira de corrigir os erros é colocando a luz da verdade sobre eles.
(tradução nossa)*

Ida B. Wells

Um estudo que tem como tema central a investigação sobre a cobertura de um jornal impresso acerca de um tema específico não deve ser realizado sem que um resgate histórico seja feito, com o objetivo de lançar luz e compreender como surgiu o jornalismo e quais os caminhos que percorreu até adquirir as formas que tem hoje. Logo de início, é preciso recorrer aos conhecimentos e à experiência de Traquina (2005) para alertar que jornalismo é algo complexo, não sendo possível defini-lo em uma única frase ou até mesmo em um livro.

No Brasil, estudar a história dos meios de comunicação é, obrigatoriamente, debruçar-se sobre o livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, publicado originalmente em 1966. Uma obra de fôlego, fruto de mais de 30 anos de estudos do pesquisador, que apresenta informações detalhadas sobre a imprensa brasileira de 1808 até os anos 1960, especialmente sobre o modelo impresso, nosso objeto de estudo.

Para Sodré (1999, p. 1), “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. Ambas, na visão do autor, lutam pelo controle dos meios de difusão de ideias e informações, apesar de corresponderem a interesses e aspirações diferentes.

Imprensa e sociedade capitalista estão, dialeticamente, ligadas pela influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos, bem como a sua tendência à unidade e à uniformidade.

1.1 Jornalismo e o interesse público

“O jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar. Aliás, a ética só existe porque comunicação social é lugar de conflito. Onde a etiqueta cala, a ética pergunta.” A frase de Bucci (2000, p.11) traz a essência do fazer jornalístico, que é, ou deveria ser, guiado pelo interesse público, também chamado de função social do jornalismo.

Desde a sua criação, e ao longo da história, o jornalismo tem se transformado. O crescente processo de globalização iniciado no século XX, com a transnacionalização dos negócios de comunicação e o surgimento dos grandes conglomerados de mídia que tirou do jornalismo o

protagonismo – já que agora ele integra uma diversidade de negócios dentro desses conglomerados –, tem influenciado sobremaneira o “campo jornalístico” (TRAQUINA, 2008).

Dines (1977), em *O papel do jornal*, já questionava o que deveria vir primeiro: “um bom jornal ou uma grande empresa?”. Isso porque, antes de os jornais se transformarem em empreendimentos jornalísticos, responsáveis por movimentar quantias vultosas na economia global, eles eram chefiados por jornalistas, ou seja, profissionais da informação, o que dirimia a questão levantada por Dines. Com a chegada dos empresários na gestão das empresas jornalísticas – “homens de negócios, sem treinamento profissional, psicológico, ético e cultural” (1977, p. 105) –, esse questionamento se fez ainda mais necessário.

Bucci (2000) lembra que a independência editorial é um dos valores mais importantes das empresas de comunicação, pois é ela que assegura a autonomia dos trabalhos de apuração, investigação, edição e difusão de todas as informações que sejam de interesse público e que garante “[...] que nenhum outro interesse prejudique essa missão” (p. 56).

Mas o jornalista também reconhece que há certo distanciamento entre o discurso e a prática quando se permite que interesses publicitários, de governos e de outros agentes sociais se sobreponham ao interesse público. No compreender do autor, quando um veículo abre mão de sua independência editorial, trai a expectativa da sociedade e a confiança de seus pares sociais.

Nos dias atuais, o jornalismo tem se visto cercado por questões que, cada vez mais, tensionam sua autoridade, poder e legitimidade. Muito mais do que uma crise do modelo de negócio, que existe de fato, questiona-se o papel dos jornalistas na produção das narrativas noticiosas (SOUZA, 2018).

A crise de identidade, aliada à constante perda de credibilidade das mídias convencionais, tem proporcionado o esvaziamento do poder investigativo do jornalismo, na percepção de Souza.

O antigo quarto poder se rendeu às estratégias apologistas de seus financiadores e, alterando os objetivos mais nobres do Iluminismo (MORETZSOHN, 2007) em auxiliar os processos democráticos, tem se direcionado à diminuição do espaço da multiplicidade de opiniões e do papel de elaborar informação capaz de auxiliar sujeitos autônomos (SOUZA, 2018, p. 58).

A mudança na forma de consumir e produzir conteúdo e a abundância de informações têm obrigado os profissionais de jornalismo a reestruturarem o seu fazer diário, o que, no entendimento de Wolton (2010), pode ser uma saída para essa crise de legitimidade.

1.2 Jornalismo, mediação e objetividade: é possível?

A objetividade jornalística é um tema frequente nas rodas informais de debate sobre o fazer jornalístico e também o cerne das teorizações dessa atividade, tratada de forma exaustiva em diversos trabalhos acadêmicos (MORETZSONH, 2007).

Entender o processo de produção das notícias, revisando alguns conceitos importantes, entre eles a objetividade, com a finalidade de identificar como estes (conceitos) influenciam o produto final do jornalismo (as notícias), é parte relevante deste estudo, que tem como *corpus* um jornal e que pretende compreender como o jornalismo produz narrativas que operam na construção de uma visão sobre os conflitos agrários em territórios quilombolas, graças ao seu papel de mediador social.

Wolton (2010) afirma que, com tantas informações circulando de forma cada vez mais acessível, é preciso ter os conhecimentos necessários para a interpretação do contexto geral. “A globalização e seus perigos obrigarão a um enquadramento da informação. As ciências e as tecnologias estarão cada vez mais no centro das sociedades e dos debates políticos” (p. 79).

Acreditamos não ser possível pensar em objetividade sem falar de mediação. A ideia comum e quase clichê de que “os fatos falam por si” – como se estes (os fatos) tivessem vida própria e, por si só, fossem capazes de chegar aos leitores, ouvintes, telespectadores e internautas, sem o intermédio e a mediação dos jornalistas – não nos parece consistente.

Charaudeau (2015) defende que, para que um acontecimento exista, é necessário nomeá-lo. Ou seja, um acontecimento só ganha o *status* de acontecimento em um discurso. Como a matéria-prima do jornalismo é a notícia, ele reflete que “o acontecimento significado nasce num processo evenemencial que, como vimos, se constrói ao término de uma mimese tripla. É daí que nasce o que se convencionou chamar de ‘a notícia’” (CHARAUDEAU, 2015, p. 132).

Moretzsonh é mais enfática ao afirmar que não existe objetividade em nenhuma atividade que envolva o ser humano.

Pois hoje é banal dizer que cada relato depende da posição (ou do “lugar”) do sujeito; além do mais, a rigor, não existe objetividade nem no jornalismo nem em qualquer atividade humana, se pretendemos tomar a objetividade de maneira absoluta, ou seja, como algo que exija a exclusão do sujeito (MORETZSONH, 2007, p.184).

Sponholz, no entanto, confronta os críticos da objetividade jornalística, afirmando que, se não existisse objetividade, também não seria necessária a existência de repórteres, por exemplo, cobrindo regiões de guerra. “Quando se assume a postura de ‘objetividade-não-

existe’, coloca-se em dúvida qualquer esforço despendido em descobrir algo sobre a realidade” (2009, p. 10).

Na visão da autora, apesar das funções políticas e morais do jornalismo, a mediação da realidade é a sua principal característica, pois o jornalismo é um tipo de conhecimento que serve tanto para quem o produz, como para quem o recebe, sendo que, para essa parcela da sociedade (receptores), o jornalismo surge como uma das mais importantes fontes de conhecimento.

Quantas pessoas leem livros de ciência política para entender o que o governo anda fazendo ou revistas científicas para saber se um determinado medicamento funciona ou faz mal à saúde? É através da mediação jornalística que se desenvolvem modelos de ação que oferecem saídas para as situações do dia a dia (SPONHOLZ, 2009, p. 10).

Adelmo Genro Filho, na década de 1980, já trazia para o debate a questão da objetividade e da imparcialidade no jornalismo, apresentando de forma clara as origens e as reais intenções do que chamou de “ideologia da objetividade”.

A tal ideologia da objetividade surgiu na segunda metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, quando a imprensa vivia grandes transformações, coincidindo com o advento de inovações tecnológicas e com a expansão mundial do capitalismo, que já lançava bases materiais e sociais para um novo tipo de jornalismo, o informativo, ou, como Genro Filho preferiu chamar, o jornalismo de excelência (GENRO FILHO, 2012, p. 173-174).

O jornalismo informativo marcava o fim de uma época na qual a notícia era escrita e embalada em comentários e adjetivos. O novo jornalismo veio acompanhado de mudanças nos temas das notícias, que a partir de então não se restringiam somente a questões políticas, econômicas, literárias ou científicas, mas ganhavam ares banais, cotidianos, que despertavam o interesse dos novos leitores e conquistavam cada vez mais espaços nos jornais.

Tais mudanças na América Latina estavam diretamente atreladas à dependência informativa que se formou graças à subordinação econômica, política e cultural que se tinha aos Estados Unidos da América. Enquanto nos países da América Norte a imprensa, no século passado, já tinha um caráter sensacionalista, a imprensa latino-americana ainda era regida pelo estilo literário e opinativo, o que só viria a mudar com a chegada do rádio, a partir dos anos 1930, quando se começava a impor o conceito objetivo de notícia (MATTA, 1977, p. 3 *apud* GENRO FILHO, 2012, p. 174).

Outro autor que endossa a tese de que o jornalismo surge como instrumento do capital é Ciro Marcondes Filho (1986). Para ele, o jornal está atrelado ao desenvolvimento da economia de mercado, às suas leis de circulação e aos interesses burgueses.

Na ótica de Genro Filho (2012, p. 193), muitos dos que criticam a “ideologia da objetividade” e o capitalismo não conseguem se livrar do que dizem combater, ou seja, o mito da “informação objetiva”, como é o caso de Marcondes Filho. Na análise de Genro Filho, a ausência de uma objetividade plena no jornalismo não é um demérito, como é visto por muitos, mas sim um sinal de potência subjetiva do homem, diante da objetividade.

Não há dúvida que a chamada “objetividade jornalística” esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. Essa visão ingênua, conforme já foi sublinhado, possui um fundo positivista e funcionalista. Porém, não é demais insistir, essa “ideologia da objetividade” do jornalismo moderno esconde, ao mesmo passo que indica, uma nova modalidade social do conhecimento, historicamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e dotado de potencialidade que o ultrapassam (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Moretzsonh (2007) também reconhece que os fatos jornalísticos são indissociáveis da máquina de informação que os produz e alerta que esse entendimento, comum ao campo teórico, faz pouco ou nenhum sentido onde ele seria primordial, na produção jornalística, isto é, no campo da prática.

Compartilhamos com Genro Filho (2012), Moretzsonh (2007) e Charaudeau (2015) do entendimento de que não existe uma objetividade plena, pura, no jornalismo. Mediar consiste em selecionar, descartar e hierarquizar os fatos. E, como mediador social, o jornalismo, mais do que transmitir a realidade, constrói realidades outras por meio dos seus enquadramentos e discursos.

Apesar dessa realidade não refletir, necessariamente, uma distorção ou manipulação dos acontecimentos, observamos que o jornalismo, em seu processo produtivo – a partir da seleção, descarte e hierarquização dos fatos, objetiva o despertar de sensações do público, divulgando acontecimentos segundo a exploração de um ponto em conflito (VICENTE; ZANOTTI, 2012, sp).

Spenthof (2015) afirma que a tese da mediação jornalística só existe graças a uma espécie de contrato entre o público e o jornalismo, no qual o receptor delega ao emissor o papel de narrar, com objetividade, verdade e fidelidade, os fatos. Essa seria a condição para o processo de mediação. Logo, não ser plenamente objetivo não deve ser considerado um demérito, mas uma consequência natural de qualquer processo de mediação.

[...] quando segue as regras da profissão, que são aquelas tacitamente pactuadas com o público, o profissional do jornalismo não é só o mediador entre o público e os fatos (realidade social), mas o mediador-representante do público na sua relação com os interesses da organização jornalística, notadamente a comercial-industrial. Isso porque no dia a dia das redações há sempre uma disputa de conteúdos e sentidos entre jornalistas e proprietários, e entre jornalistas e os demais departamentos e interesses que convivem em uma mesma organização, notadamente o comercial, a publicidade. E é geralmente movido pelo ideal de jornalismo democrático e de interesse público que age o jornalista, especialmente quando considerado como corpo ou corporação social. Ao menos por norma (SPENTHOF, 2015, p. 93).

Interessa-nos aqui, para além das questões de objetividade, saber: quais são as realidades que o jornalismo, como instituição socialmente legitimada, tem construído? E a partir de quais perspectivas? Essa reflexão tem por vista ajudar a compreender as escolhas por determinadas formas de vida em detrimento de outras.

Como o próprio Wolton (2010, p. 67) reconheceu: “[...] nada indica que a aldeia global será uma aldeia de diversidade. Pode ser que a uniformização predomine por força da concentração das indústrias culturais e da comunicação”.

E é isto que temos visto no jornalismo contemporâneo, um processo de homogeneização e uniformização das vidas, dentro de um padrão branco, eurocentrado, cristão, masculino e hétero. Todas as demais formas de vida que não atendam a esse perfil, como a dos povos quilombolas, acabam por ser silenciadas e invisibilizadas dentro da aldeia global. É como se essas formas de vidas outras, não padronizadas e consideradas como humanidades subalternas, tivessem de alguma maneira resistido a um tempo passado e invadido o tempo presente, tornando-se um problema e um entrave ao desenvolvimento da humanidade atual.

1.3 A crise do jornalismo e a terminalidade dos impressos

Não é recente a alardeada ideia de uma crise no jornalismo. O tema vem assombrando o universo da comunicação há algum tempo e servido de subterfúgio para algumas previsões apressadas, que dão conta de que as mudanças tecnológicas do século XXI seriam as únicas responsáveis pela conjuntura atual do campo jornalístico.

Mas, em um campo marcado por transformações, como é o caso do jornalismo contemporâneo, para além de conclusões rápidas e rasas, entendemos que seja necessária uma análise mais crítica e ampla, que dê conta de compreender o contexto atual vivenciado pelo jornalismo, em especial o impresso (GUERRA, 2018).

Na percepção de Souza (2018):

Compreender a realidade dinâmica do jornalismo, bem como investigar as mudanças estruturais pelas quais passa o setor, nos exige uma perspectiva crítico-dialética. Ou seja, para compreender os fenômenos sociais e, em especial, o papel do jornalismo na contemporaneidade, é fundamental relacioná-los com o todo social, visto aqui como a ordem reprodutiva material dos sujeitos em processo (p. 56).

Autores como Curran (2009), Karam (2009) e Mcnair (2009) têm chamado a atenção para a necessidade de se repensar, nos últimos anos, a identidade do jornalismo profissional. Tal necessidade nasce com o surgimento cada vez mais acelerado de novos espaços de produção de conteúdo, criação das versões *on-line* de jornais tradicionais, fim das versões impressas e constituição de um novo perfil de consumidor, os prodsumidores (usuários consumidores e criadores de conteúdos) (SOUZA, 2018).

Guerra (2018) se debruçou de forma detalhada sobre o tema, a ponto de antecipar o fim de uma era de 90 anos de um dos mais tradicionais jornais impressos do Espírito Santo, *A Gazeta*.

No apagar das luzes do século XX, a internet se populariza e, com ela, aparecem os portais de notícia. O conteúdo jornalístico escrito que, até então, era exclusividade dos jornais e revistas, passa a ser produzido, compartilhado com um leitorado que começa a se acostumar e exigir cada vez mais rapidez no consumir mídia. É nesse momento, a partir da metade final da década de 1990, que alguns veículos impressos, sobretudo os mais tradicionais, preocupados em aumentar a sua gama de leitores, começam a sofrer reformas para diminuir a perda de leitores e, em alguns casos, a visar um público que costumeiramente não lia jornais. A crise econômica e de identidade, a partir desses fatos, vivida por esses *quality-papers* com a chegada das notícias pela rede mundial de computadores, trouxe profundas mudanças para o campo do jornalismo impresso (GUERRA, 2018, p.6).

Pouco mais de um ano depois da publicação da pesquisa de mestrado de Guerra (2018), a Rede Gazeta anunciou a descontinuidade dos seus dois jornais, *NA!* e *A Gazeta*, conforme comunicado³ divulgado pelo grupo.

[...] A forma de se comunicar mudou e os hábitos das pessoas, também. Elas têm, claramente, trocado os jornais impressos pela informação em tempo real, na internet. Além disso, o cenário econômico, no Brasil e no mundo, impactou muito o modelo de negócio do jornalismo profissional, o que exigiu uma mudança de posicionamento. A produção e distribuição de jornais impressos tornou-se inviável, e o impresso deixou de ser um meio eficiente de distribuição de informação atualizada.

O tradicional periódico capixaba, maior concorrente do jornal *A Tribuna*, objeto de estudos desta pesquisa, findou sua circulação diária em 30 de setembro de 2019, passando a ser

³ Disponível em: <https://www.redegazeta.com.br/a-gazeta-investe-em-tecnologia-digital-lanca-novo-site-de-noticias-e-reformula-impresso-para-fim-de-semana/>. Acesso em: 29/12/2019.

veiculado somente em meio digital. Na primeira semana de outubro do mesmo ano, foi lançada uma edição impressa de *A Gazeta* que circula somente aos sábados na Grande Vitória e algumas cidades do Espírito Santo, conforme noticiado pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ⁴).

Voltando à questão da necessária revisão da identidade dos jornalistas e recorrendo ao termo utilizado por Souza (2018), dos novos consumidores, o autor reforça a existência de uma crise de identidade em relação à figura desses jornalistas, somada à crescente perda de credibilidade das mídias tradicionais.

Com a ascensão dos produtores (usuários consumidores e criadores de conteúdos), há um questionamento cada vez maior do papel dos jornalistas na elaboração de narrativas noticiosas. Essa crise de identidade soma-se a uma constante e gradual perda de credibilidade das mídias convencionais que, por assumir uma lógica mercantil acelerada, tem proporcionado o esvaziamento de seu poder investigativo. O antigo quarto poder se rendeu às estratégias apologistas de seus financiadores e, alterando os objetivos mais nobres do Iluminismo (MORETZSOHN, 2007) em auxiliar os processos democráticos, tem se direcionado à diminuição do espaço da multiplicidade de opiniões e do papel de elaborar informação capaz de auxiliar sujeitos autônomos. O muro de informação também auxiliou essa perda de credibilidade das mídias: com hiperabundância de dados, há um bloqueio de acesso ao conhecimento, principalmente pela mídia ter assumido, sem titubear, seu papel enquanto aparelho ideológico da globalização (SOUZA, 2018, p. 58).

Pereira e Adghirni (2011, p. 52) defendem que “[...] mudanças profundas afetam diferentes dimensões do jornalismo, alterando radicalmente a forma como será praticado no futuro”. No entendimento dos autores, as mudanças no processo de produção das notícias, no perfil dos profissionais de jornalismo e na relação jornais *versus* público consumidor têm afetado sobremaneira o cenário atual do jornalismo.

Para eles, “as receitas das mídias convencionais estão caindo pela redução no número de leitores, pela falta de credibilidade e pela migração da publicidade para a web” (PEREIRA; ADGHIRNI, p.40). Mas isso não significa, para os estudiosos, o fim dos jornais.

Podemos, então, assumir que a famosa “crise dos jornais” não passa de um mito. Na verdade, os dados sugerem um ligeiro deslocamento dos leitores dos meios tradicionais para as mídias on-line e digitais – do mesmo jeito que o mercado de trabalho evidencia um deslocamento dos jornalistas para os setores de comunicação institucional. A velocidade desse processo e as consequências dele, contudo, são difíceis de mensurar. Ou seja, seria precipitado dizer que os jornais estão em vias de extinção ou que serão substituídos pelas novas plataformas noticiosas (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p.50).

⁴ Informação publicada em 31/07/2019. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/leis/73-jornal-anj-online/21430-jornal-a-gazeta-do-espírito-santo-extingue-edicao-diaria-impressa-para-investir-mais-em-jornalismo-digital.html>. Acesso em: 08/01/2020.

Os jornais impressos estão passando por mais um momento de transformação, assim como o jornalismo de forma geral, e precisam se adaptar. Alguns já entenderam esse processo e trabalham para sobreviver na atual conjuntura, mas ainda existe o grupo dos que resistem às mudanças.

No Espírito Santo, o jornal *A Tribuna*, atualmente, é o único periódico impresso diário comercializado, mas já dá sinais claros de enfermidade. Por isso, para entender a situação desse veículo, parte da história recente da imprensa capixaba, faremos a seguir uma passagem pela trajetória do jornal, a fim de compreender como foi a evolução de *A Tribuna* diante das transformações do jornalismo brasileiro.

1.4 *A Tribuna*: um líder em crise

O ano de 1938 foi um divisor de águas para a imprensa capixaba. Em 22 de setembro, nascia o jornal *A Tribuna*, que, desde a sua fundação até a conquista isolada da liderança do mercado capixaba, tem um passado marcado por uso político, fechamentos, mudanças de administração, incêndio criminoso, greve, crises financeiras e disputas familiares, sendo este último percalço, a princípio, o mais grave de todos. Apesar de figurar na lista dos 20 maiores jornais em circulação no país⁵, *A Tribuna* vem enfrentando uma grave crise econômica, com sucessivos atrasos nos salários dos funcionários, sendo alvo de ações judiciais e tendo que administrar profundas transformações estruturais pelas quais vem passando o jornalismo.

O jornal não possui muitos registros do seu passado, e os poucos estudos que se dedicam a resgatar a história da imprensa no Espírito Santo ainda apresentam divergências entre as informações. Uma delas está relacionada à autoria da fundação do jornal.

Martinuzzo (2005) credita a fundação ao jornalista paulista Reis Vidal, um simpatizante dos ideários fascistas e que chegou a ser acusado de ser financiado por uma empresa alemã. Já Brittes (2010) e Aguiar (2016) atribuem a autoria à dupla Wallace Tadeu e Heráclito Duque de Freitas. No site da Rede Tribuna de Comunicação (www.tribunaonline.com.br), à qual pertence o periódico, a autoria da fundação é suprimida⁶, por isso a decisão de trazer as duas informações.

O jornal, assim como seu maior concorrente à época (*A Gazeta*), circulou pela primeira vez em formato *standart*, com apenas oito páginas. Atualmente *A Tribuna* é o único jornal

⁵ Informação retirada do relatório “Posição, participação e evolução das publicações”, produzido pelo IVC, referente ao mês de maio de 2018.

⁶ Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/p/rede-tribuna-institucional>. Acesso em: 14/07/18.

diário impresso e comercial do Espírito Santo. Em julho de 2019, *A Gazeta* anunciou o fim da sua versão impressa e a migração para o *on-line*.

A Tribuna nasce em pleno Estado Novo, na Era Vargas, período marcado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo (PANDOLFI, 1999) e antecessora à Segunda Guerra Mundial. O jornal dá início à sua história alterando o cenário jornalístico local e apresentando aos leitores “Manchetes em corpo grande nas capas e nas páginas centrais, muitas ilustrações, farta cobertura esportiva, com característica bem popular” (BRITTES, 2010, p. 131).

Em 1945, *A Tribuna* é vendida pela primeira vez, para dirigentes do Partido de Representação Popular (PRP), do integralista Plínio Salgado (AGUIAR, 2016). Só em 1968, passaria para as mãos do grupo pernambucano João Santos, que a controla até os dias atuais e que tinha como principal ramo de atividade a indústria do cimento, mas que também atuava em setores de agroindústria e celulose. No Espírito Santo, o grupo era proprietário da indústria de cimento Itabira (Cimento Nassau), instalada no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Em 1971, a sede do jornal é transferida do Centro de Vitória para a Ilha de Santa Maria, também na capital capixaba (Vitória), onde está localizada até os dias atuais. Com o fechamento dessas instalações em 1972, durante o período da ditadura militar, a primeira edição produzida nesse endereço só sairia em 7 de outubro de 1973 (BRITTES, 2010).

A década de 1980 foi marcada pela morte do diretor-geral do jornal, João Santos Filho (primogênito do fundador João Santos). Meses depois, na madrugada de 25 de maio de 1981, a sede sofreu um incêndio criminoso. Duas bombas foram jogadas e acabaram destruindo o setor de circulação, o arquivo e parte das máquinas impressoras (BRITTES, 2010). Até hoje, ainda não se sabe a real motivação do atentado, mas a hipótese que foi apresentada pelas autoridades da época dá conta de que o crime poderia ter sido motivado por uma série de matérias denunciando a exploração da prostituição no Estado (MARTINUZZO, 2005).

Em março de 1984, *A Tribuna* é fechada. Vários jornalistas foram demitidos, e a crise atingiu seu auge com a greve dos funcionários, ocorrida em março daquele ano.

1.4.1 Tabloide: o início de uma “nova era”

Sob a direção do jornalista Eustáquio Palhares, *A Tribuna* volta a circular em 2 de fevereiro de 1987, agora em formato tabloide, que significou mais do que uma mudança no tamanho, pois representou uma nova visão editorial (MARTINUZZO, 2005). O jornal passou a valorizar ainda mais o chamado jornalismo popular, com matérias mais preocupadas com o

dia a dia dos leitores. O destaque ficava com as notícias esportivas, a economia doméstica e as matérias policiais. A intenção era fazer parte da vida do leitor e, com isso, assumir de vez a liderança. Para tanto, o veículo investiu em tecnologia e no suporte necessário, informatizando toda a redação e disponibilizando computadores para os jornalistas. Era o início de uma grande mudança.

Algumas das mudanças na gestão do trabalho dos jornalistas já ganha relevo na década de 1990, como a entrada dos computadores e da internet nas redações. Com uma marcante expansão desde a década de 1970, os jornais assumem claramente sua vocação enquanto empresa, algo que transparece no Projeto Folha dos anos 1980, momento em que a notícia é compreendida efetivamente como uma mercadoria lucrativa (SOUZA, 2017, p. 137).

Com a reabertura do jornal diário, o Grupo João Santos tinha a intenção de buscar novos mercados na área de comunicação. Em 1987, são inauguradas a TV Tribuna, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), e a Rádio Tribuna FM. Todas as negociações para a compra dos veículos foram efetuadas em Pernambuco, na sede do grupo.

Em 1995, um novo projeto gráfico, mais arrojado, é lançado, deixando para trás a era do preto e branco. O estudo, que resultaria em um jornal todo em cores, foi desenvolvido pelo *designer* Juan Antônio Giner (Innovation Media Consulting), da Universidade de Navarra, na Espanha. Em 22 de novembro de 1995, *A Tribuna* surgia colorida em uma edição histórica de 120 páginas (SILVA, 2007, p. 19).

A parte técnica, fundamental para a ampliação das tiragens do jornal, também não foi esquecida. Uma nova impressora, com capacidade para imprimir até 45.000 exemplares de até 48 páginas por hora, foi adquirida (BRITTES, 2010). O Grupo João Santos, apesar de não ter experiência com comunicação, imprimiu sua *expertise* do mundo dos negócios para transformar *A Tribuna*. Como disse Castells, citando Schiller (1999, 2007):

Como a mídia é predominantemente um negócio, as mesmas tendências que transformaram o mundo dos negócios – globalização, digitalização, formação de redes e desregulamentação – alteraram radicalmente as operações midiáticas (CASTELLS, 2015, p.120).

Era o começo de uma série de investimentos que o Grupo João Santos fazia em busca da consolidação da liderança. Firmes no seu propósito de transformar *A Tribuna* no jornal mais lido pelos capixabas, os gestores reformularam o setor de circulação e implantaram novas técnicas e sistemas de controle e distribuição, passando a publicar o jornal também às segundas-

feiras, atendendo a um dos requisitos para se filiar ao Índice Verificador de Circulação (IVC) (AGUIAR, 2016).

Apenas dois anos depois, em 1997, os resultados começaram a surgir e *A Tribuna* obtém “o maior índice de crescimento em percentual do país, com médias de 47,95% em dias úteis e 79,34% aos domingos, de acordo com o IVC” (BRITTES, 2010, p. 133). A liderança nas vendas e em número de leitores foi alcançada primeiro na Grande Vitória (1999) e no ano seguinte em todo o Estado (AGUIAR, 2016). Ainda em 1997, o jornal recebe o título de Veículo de Comunicação do Ano, com a conquista do Prêmio Colibri.

Buscando valorizar ainda mais o seu “produto”, *A Tribuna* começa a apostar em sorteio mensal de carros e publicação de pôsteres de artistas e, posteriormente, investe na publicação de cadernos especiais na área da educação. Bernard Miège lembra a preocupação dos editores dos jornais para impulsionar a criação.

[...] é importante notar a investigação cada vez mais manifesta da racionalização e mesmo da industrialização da fase de concepção; esta preocupação constante dos editores e dos produtores encontra sempre limites, mas os procedimentos não param de aperfeiçoar-se: serialização dos produtos, estruturação da distribuição (por exemplo, via distribuidores comerciais especializados), mas também doravante, multi-midiatização dos produtos e até mesmo emprego de técnicas do marketing para impulsionar a criação (MIÈGE, 2007, p. 47).

Em 2014, *A Tribuna* figurava no ranking dos 50 maiores jornais do país (IVC), ocupando a 22ª posição, com uma circulação de 53.089 exemplares (mais do que o dobro do seu principal concorrente, *A Gazeta*). Para Aguiar (2016), parte desse sucesso editorial está relacionada a uma estratégia adotada pelo periódico:

No entanto, parte desse sucesso editorial deve-se a uma estratégia de “desterritorialização” simbólica dos conteúdos do jornal, com a veiculação de material jornalístico “exógeno”, que inclui mais de 20 colunas assinadas oriundas de jornais e revistas do eixo Rio-SP, sobretudo *O Globo* e *Folha de São Paulo*, apresentados como o “melhor time de colunistas do Brasil” (AGUIAR, 2016, p. 164).

Ainda hoje, *A Tribuna* mantém essa mesma estratégia, entregando aos seus leitores um time de colunistas de renome nacional, que tratam de temas que vão de dicas de moda a esportes, passando por política, regras de etiquetas e comportamento.

Nomes como Claudia Matarazzo (etiqueta), Cláudio Humberto (política), Martha Medeiros, Alberto Bombig (Coluna do Estádio) e Regina Navarro Lins figuram ao lado de colunistas locais.

1.4.2 Os dias atuais

O período de crise de *A Tribuna* teve início no ano de 2009, com a morte do empresário pernambucano João Santos, fundador do Grupo João Santos, da qual faz parte a Rede Tribuna de Comunicação. Antes de falecer, “[...] Santos já havia construído um grupo de mídia multiplataforma em escala regional-estadual, com sede em Vitória (ES), mas com atuação multiterritorial [...]” (AGUIAR, 2016, p. 163).

O jornal *Estadão*⁷, à época, ao noticiar a morte do empresário, traçou um raio-X do grupo, que possuía cerca de 10 mil colaboradores e atuava nos ramos sucroalcooleiro, de transportes, cimento (Cimentos Nassau), comunicação (Rede Tribuna), papel e celulose. João Santos era viúvo e deixava cinco, dos sete filhos que teve (dois deles já haviam falecido).

Não tardou para que o império, avaliado em R\$ 5 bilhões (à época), construído pelo pernambucano virasse alvo de disputa entre os herdeiros. Em matéria publicada em agosto de 2010 (A disputa por um império⁸), a revista *IstoÉ Dinheiro* afirmava que a desavença entre irmãos e sobrinhos houvera começado ainda em 2009, quando foi realizado o inventário dos bens deixados por João Santos. Um levantamento feito pela revista apontou que o setor de construção, com a Cimento Nassau, respondia pela maior parte da receita do Grupo João Santos.

Figura 1 – Perfil do Grupo João Santos

PERFIL DO GRUPO JOÃO SANTOS		
Empresa	Setor	Receita
Cimento Nassau	Construção	R\$ 2,3 bilhões
Usina Santa Tereza	Açúcar e etanol	R\$ 280 milhões
Cepasa	Papel e celulose	R\$ 200 milhões
Rede Tribuna	Comunicações	R\$ 70 milhões
		Total: R\$ 2,85 bilhões

Fonte: mercado

Fonte: Revista IstoÉ Dinheiro (2010).

O clã Santos ainda não chegou a um acordo, o que tem trazido sérios problemas para o Grupo João Santos e suas divisões de negócios, entre eles a Rede Tribuna de Comunicação e

⁷ A matéria “Morre o fundador do Grupo João Santos” foi publicada em 17 de abril de 2009 e está disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morre-o-fundador-do-grupo-joao-santos,356172>. Acesso em: 19/07/2018.

⁸ Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20100818/disputa-por-imperio/4581.shtml> Acesso em: 15/07/2018.

todos os seus veículos de mídia. Mas não é possível atribuir apenas à disputa familiar a responsabilidade pela crise financeira que a rede de comunicação tem vivido.

Desde o ano de 2016, o jornal tem sido alvo de denúncias e ações por parte do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo (Sindijornalistas-ES), em razão do atraso no pagamento dos salários dos jornalistas e de benefícios como planos de saúde.

Várias especulações sobre uma possível venda e até o fechamento em definitivo do periódico circulam pelo mercado, mas até o momento *A Tribuna* segue publicizando o título de jornal do povo e, agora, único impresso diário na Grande Vitória.

Concluída a apresentação do *corpus*, é chegado o momento de compreender o protagonismo ideológico dos meios de comunicação na atualidade, tendo como arcabouço teórico as teses de Antonio Gramsci sobre a imprensa.

2 HEGEMONIA, PODER E PRODUÇÃO DE SENTIDO

O presente contém todo o passado.

Antônio Gramsci

Neste capítulo, vamos nos debruçar sobre o conceito de hegemonia, como referencial básico para compreensão das relações sociais do mundo contemporâneo, e buscar os subsídios que nos auxiliem no entendimento dos jogos de consenso e dissenso que atravessam a atividade midiática, bem como a sua influência simbólica sobre o corpo social e a construção social dos corpos negros dos representantes quilombolas.

2.1 A hegemonia em Gramsci

A noção de hegemonia tem suas origens na tradição marxista, com Antonio Gramsci. Por meio do conceito renovado pelo filósofo italiano, de hegemonia cultural, é possível compreender o cerne das batalhas ideológicas travadas no seio da sociedade civil, estabelecendo conexões com as ideias de imaginário social.

Para Gramsci, hegemonia é a dominação cultural e político-ideológica de uma classe sobre as outras, por intermédio da conquista do consenso. Na visão do filósofo, para além de congregar as bases econômicas, a hegemonia se dá a partir de embates, percepções, juízos de valor e princípios dos sujeitos políticos, trazendo à tona a importância da ação humana na transformação da realidade e ampliando a reflexão do modelo base-superestrutura da tradição marxista.

Para Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coersão pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (MORAES, 2010, p. 55).

Na perspectiva gramsciana, a constituição da hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa diferentes espaços na superestrutura e se apresenta de maneiras diversas, de forma a ser preparada por uma classe que irá capitanear a criação de um bloco histórico, responsável por articular os demais grupos sociais em prol de uma vontade coletiva. “O

raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real)” (GRAMSCI, 2015, p. 251).

Para fomentar essa vontade coletiva e consolidar sua influência ideológica, o bloco histórico precisa manter alianças e apoios que sustentem suas orientações, com estratégias consistentes de argumentação e persuasão, superando o conceito de força material.

No entendimento do autor, existem no interior da superestrutura duas esferas que devem ser distinguidas por materialidades específicas: a sociedade política e a sociedade civil. O que diferencia uma da outra seria justamente a função que exercem na vida cotidiana. Enquanto a sociedade política é caracterizada por um conjunto de mecanismos que, sob a tutela da classe dominante, vai atuar na repressão e na coersão, a sociedade civil se constitui no arranjo de instituições relativamente autônomas do Estado e que serão responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores e ideologias, sendo elas: a escola, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos de classe, as corporações profissionais, as instituições científicas e culturais e os meios de comunicação, conceituados por Gramsci como aparelhos privados de hegemonia, conforme exemplifica Moraes.

Tais aparelhos, gerados pelas lutas de massa, estão empenhados em obter o consenso como condição indispensável à dominação. Por isso, prescindem da força, da violência visível do Estado, que colocaria em perigo a legitimidade de suas pretensões. Atuam em espaços próprios, interessados em explorar as contradições entre as forças que integram o complexo estatal (MORAES, 2002, p. 98).

A sociedade civil seria definida por Gramsci como uma arena de luta de classes, revelando em suas entranhas a coexistência de pretensões outras, que não somente as do Estado e das camadas dominantes. O autor defende que a conquista do poder deverá ser precedida por batalhas hegemônicas e pela busca do consenso dentro da sociedade civil, em vez da ideia de choque contra o Estado.

Na visão gramsciana, a existência de uma direção ético-política eficiente pressupõe uma alteração das mentalidades e valores, capazes de agregar apoios e consensos que possibilitem afirmação perante a sociedade e a condução de classes ao poder (MORAES, 2010). Trata-se da teoria marxista de Estado ampliado, fruto da somatória da sociedade política e da sociedade civil, termo cunhado por Gramsci.

[...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se

expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2000, p. 20-21).

O conceito de Estado ampliado transborda os limites estatais, sendo resultado, de modo dialético, das diferentes formas de organização e conflito da vida social, constituindo-se, ele próprio, numa relação social entre forças desiguais. Em busca do almejado consenso, disputas entre distintos grupos sociais chegam a atravessar os próprios aparelhos privados de hegemonia, além de contraporem uns aos outros.

Para Gramsci, em seu exercício normal, a hegemonia é caracterizada pela combinação variada de força e consenso, sem que pareça que a força suplanta o consenso. Muito pelo contrário, adotam-se movimentos que deem a entender que a força está apoiada no consenso da maioria, tudo ancorado nos chamados órgãos de opinião pública, jornais e associações (2000, p. 95).

Como um aparelho privado de hegemonia, a mídia exerce um papel notável na empreitada diária de convencimento. “E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação social do estado [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 123).

E é justamente nessa discussão que entraremos, dispensando esforços para compreender como, na figura de aparelho privado de hegemonia, a grande mídia, leia-se “os veículos de comunicação de massa”, assume um protagonismo ideológico tão relevante a ponto de participar do processo de construção social das realidades e, com isso, definir/difundir visões hegemônicas de mundo.

2.2 O protagonismo ideológico da mídia

Graças à inquestionável contribuição do filósofo Antonio Gramsci e seu arsenal teórico sobre hegemonia, será possível garantir que nossas investigações em torno do jornalismo avancem, buscando respostas para compreender a capacidade dos meios de comunicação de massa, por intermédio dos seus discursos, de redesenhar a cartografia do mundo coletivo a partir de narrativas e argumentos amplamente aceitos nos segmentos sociais, construindo visões hegemônicas de mundo.

Utilizando critérios de agendamento de temas, as grandes corporações de mídia se encarregam de regular a opinião pública, definindo quais assuntos terão ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção no cotidiano social. “O ponto nodal é transmitir conteúdos que

ajudem a organizar e a unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor” (MORAES, 2010, p. 67).

Tal protagonismo ideológico e uma participação ativa na construção de realidades revelam o papel destacado da mídia como aparelho privado de hegemonia.

O protagonismo da mídia na formação de concepções de mundo, sentidos e expressões, visões políticas e rearticulações culturais, colocam-na em destaque frente o seu papel enquanto “aparelho privado de hegemonia”, ou seja, participa ativamente na construção de realidades que rearticulam/transmitem/elaboram um conjunto de referências ligadas a uma direção moral e intelectual da sociedade, ou seja, hegemonia (SOUZA, 2016, p. 16).

Fontes (2008) alerta que a referência a valores e os modos de viver e de pensar estão relacionados; e é nos domínios da comunicação que se desenham os contornos hegemônicos, seus tentáculos ideológicos, suas hierarquias e suas expansões contínuas no bojo da mercantilização dos bens simbólicos.

As empresas de mídia se utilizam do jornalismo, como aparelho privado de hegemonia, para delinear os mapas cognitivos com os quais os indivíduos irão moldar suas opiniões sobre os principais acontecimentos sociais.

A hegemonia em Gramsci aborda o papel político e econômico de um conjunto de classes dirigentes na criação de um consenso, ao qual a mídia, e a imprensa em geral, pode ser considerada um dos seus principais aparelhos. Para o filósofo italiano, os aparelhos privados de hegemonia possuem o poder de garantir o consenso social, enquanto os aparelhos repressores estatais asseguram a dominação por meio da força, de cima para baixo. O consenso é forjado nesses aparelhos tendo como direção moral e intelectual as ideias de bloco histórico dominante (SOUZA, 2016, p. 18).

Gruppi (1978, p.70) lembra que hegemonia é justamente isto, a capacidade de unificar com a ideologia, um bloco social que não é homogêneo, mas sim recheado de contradições de classe.

Como exemplo, podemos citar a produção dos discursos midiáticos sobre o agronegócio. Há um consenso entre ruralistas, governo, capital internacional e veículos de comunicação de massa no sentido de promover a expansão do setor.

Essa unificação, por meio do controle ideológico, torna mais difícil a participação de vozes contrárias ao discurso hegemônico no debate coletivo sobre problemas sociais, ao mesmo tempo que trabalha para minimizar questionamentos, sob o argumento de que a mídia exerce uma função social específica (informar à coletividade).

Para Gramsci, os jornais e as revistas, veículos disponíveis à sua época de investigação, funcionam como típicos partidos políticos, uma vez que articulam a dinâmica social através da

forma como limitam e apresentam ao grande público os acontecimentos. Toda essa atuação, defende, tem como parâmetros a formação, a manutenção e a ampliação da clientela de seu conteúdo.

Dessa maneira, a função dos jornais ultrapassa a esfera ideológica e embute as diretrizes econômicas e financeiras das empresas jornalísticas, que as impelem a atrair o maior número possível de leitores para assegurar-lhes rentabilidade e influência. Logo, a imprensa burguesa se move mais pelo gosto popular que exatamente pela erudição, isso porque seu objetivo maior é o lucro e, conseqüentemente, a manutenção de uma clientela continuada e permanente (AGUIAR, 2016, p. 113).

Nas palavras do próprio Gramsci:

O jornalismo que não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área (de influência) (GRAMSCI, 2000, p. 197).

Seguindo a lógica das sociedades capitalistas, a mídia produz e distribui conteúdos jornalísticos também associados aos objetivos de consumo de seu público, pensando no retorno que este trará.

Essa tendência fica ainda mais evidente e grave quando consideramos que os veículos de comunicação no Brasil são conglomerados econômicos dependentes do Governo e também da publicidade, o que impacta diretamente os discursos construídos e a produção de sentido do tecido social.

2.3 O poder da representação na produção de sentido e conhecimento do imaginário social

A representação social é mais um tema caro aos estudos do jornalismo. Expressão de origem europeia, ela remete ao conceito de representação coletiva, de autoria do sociólogo Émile Durkheim, que indicava a existência de categorias de pensamento para traduzir estados das coletividades. No Brasil, Serge Moscovici (1961) foi o responsável por retomar o conceito, ao desenvolver uma teoria das representações sociais no campo da Psicologia Social em 1950 (SOARES, 2009).

Trazendo a expressão para o campo da Comunicação, área de estudos desta pesquisa, refletimos sobre o papel da mídia como fator importante na composição da sociedade, entendendo-a como meio de construção e legitimação de representações sociais, como se

mostra na perspectiva de Pilger e Schmidt (2015), os quais afirmam que, em uma cultura dominada pela informação e entretenimento, os meios de comunicação são responsáveis pela chamada pedagogia cultural.

[...] contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, como nos relacionarmos com o outro, em que acreditar, o que temer e desejar, e o que não. E também, sem dúvida nenhuma, colaboram de forma extremamente relevante para constituição de imaginários e representações sociais. Como nos lembra Michel Maffesoli (2001), as “tecnologias do imaginário”, cuja mídia têm lugar de destaque, fazem parte de um ciclo de construção de imaginários, pois bebem em “fontes imaginárias” para assim construir novos imaginários em um circuito sem fim (PILGER, SCHMIDT, 2015, p. 2).

Stuart Hall, sociólogo jamaicano considerado um dos mais importantes estudiosos da corrente teórica “Estudos Culturais”, foi o responsável por lançar luz ao debate público sobre o impacto da mídia na formação social.

Para o pensador, nas sociedades contemporâneas o “real” nada mais é do que uma “construção social” fortemente marcada pela mídia e suas imagens. E foi nos estudos de Michel Foucault que ele encontrou o caminho para compreender como o poder se insere e se coloca ou que papel exerce nesse processo. Pois, para Hall, “a mídia produz amplos efeitos na sociedade, relacionados a um determinado tipo de poder que se exerce no processo de administração da visibilidade pública midiático-imagética” (HALL, 2016, p. 11).

Hall defendia que a noção de representação não era um processo metafísico de reflexo, como entendem os positivistas. Pelo contrário, trata-se de um ato criativo e ativo relacionado ao que as pessoas pensam sobre o mundo, sobre si mesmas, sobre os outros e sobre representações.

Seguindo por esse caminho, é necessário lembrar que, em uma sociedade midiaticizada como a atual, somos dioturnamente inundados por letras, palavras e imagens que, recorrendo a um conceito de Hall, nos transformam em seres entreimagens e entretextos.

“Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas.” Pode-se perguntar com toda razão: “Mas isso é tudo?” Bem, sim e não. Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos (HALL, 2016, p. 31, grifos do autor).

Representar é dar sentido através da linguagem, ou seja, às palavras cabe indicar ou representar o conceito que irá designar um objeto real. Grosso modo, é uma forma de referência para o imaginário, uma vez que o sentido é construído pelo sistema de representação.

Quando um jornal, por exemplo, apresenta as comunidades quilombolas como povos insavores que estão agindo na ilegalidade e na contramão do progresso ao reivindicar terras que estão em plena “produção” aos olhos do agronegócio, esse veículo de comunicação representa, por meio da linguagem, a ideia de criminalidade desses sujeitos quilombolas – desconsiderando sua ancestralidade e lutas–, em busca de um consenso social.

Hall (2016) pontua que existem dois sistemas de representação. O primeiro está relacionado aos conceitos ou representações mentais, que já trazemos conosco e que sem os quais seria impossível interpretar o mundo (p.34). Já o segundo sistema encontra-se diretamente atrelado ao uso da linguagem, como instrumento comunicacional, sobre o qual os signos⁹ se organizam.

Os signos indicam ou representam os conceitos e as relações entre eles que carregamos em nossa mente e que, juntos, constroem os sistemas de significado de nossa cultura.

Signos são organizados em linguagens. A existência de linguagens comuns nos possibilita traduzir nossos pensamentos (conceitos) em palavras, sons ou imagens, e depois usá-los, enquanto linguagem, para expressar sentidos e comunicar pensamentos a outras pessoas (HALL, 2016, p. 37, grifos do autor).

E é justamente essa relação entre os dois sistemas que, no centro do processo de significação da cultura (essa relação entre “coisas”, conceitos e signos), dá sentido à linguagem, concebendo o processo de ligação entre os três elementos, o que chamamos de representação. Isto é, o sentido não está no objeto, na pessoa, nas coisas, no mundo e na palavra, mas é construído e produzido, sendo resultado de uma prática significativa. “São os atores sociais que usam os sistemas conceituais, o linguístico e outros sistemas representacionais de sua cultura para construir sentido, para fazer com que o mundo seja compreensível e para comunicar sobre esse mundo [...]” (HALL, 2016, p. 49).

Foucault defende que só é possível ter conhecimento das coisas se elas tiverem sentido; é o discurso que produz o conhecimento, e não as coisas por si mesmas (HALL, 2016, p. 82). E é isto que o jornalismo promete e faz, a interpretação dos acontecimentos sociais, de forma a torná-los compreensíveis aos olhos do grande público, por meio dos seus discursos, atuando como mediador social da realidade.

⁹ Termo geral utilizado para palavras, sons ou imagens que carregam sentido (HALL, 2016, p. 37).

[...] é o discurso que constitui a posição de sujeição do agente social, não sendo, portanto, o agente social a origem do discurso – o mesmo sistema de regras que faz desse objeto esférico uma bola de futebol torna-me um jogador. A existência de objetos é independente da sua articulação discursiva (HALL, 2016, p. 127).

Para Soares (2009), os meios modernos de comunicação são a concretização tecnológica maior da “representação”, no sentido da reapresentação, da semelhança. O autor lembra que, na história das pesquisas em comunicação, diversos estudiosos trabalharam de maneiras diferentes o tema: Entman (1991), com o enquadramento ou *framing*; Barthes (1980), com a mitologia; e Hall (1997), com as representações.

A ideia de representação, necessariamente, parte do reconhecimento do seu caráter produzido. No entanto, as marcas dessa produção podem ser obliteradas sutilmente, ficando invisíveis, tanto no caso dos discursos verbais como nas imagens fotográficas ou eletrônicas (SOARES, 2009, p. 19).

Recorrendo a Foucault, quando diz que representações são construídas através do discurso e de formas de poder e conhecimento e que “o ‘sujeito’ é produzido no discurso” (HALL, 2016, p. 99, grifo do autor), podemos afirmar que os veículos de comunicação, dentro da sua lógica mercantil de representação dos acontecimentos sociais, “instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modelo de ser da sociedade representada, podendo servir para fixar ou confirmar estereótipos [...]” (SOARES, 2009, p. 20).

2.4 O jornalismo e o discurso hegemônico do agronegócio

Nas últimas décadas, tem sido crescente o protagonismo do tema agronegócio na mídia, seja em produtos publicitários, seja em coberturas jornalísticas que, na maioria das vezes, evocam o discurso de eficiência produtiva no campo brasileiro. Com narrativas cada vez mais elaboradas, os veículos de comunicação de massa projetam esse modelo de produção como sendo o mais eficiente caminho para o crescimento da economia brasileira, enquanto silenciam questões importantes como os conflitos no campo, a degradação ambiental, o desmonte da agricultura familiar (SANTOS, OLIVEIRA, GUALBERTO, 2019, p. 160), além da expulsão de comunidades tradicionais de territórios seculares, como os povos indígenas e quilombolas.

Após uma profunda investigação no conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, foi possível compreender como o agronegócio tem se “aliado” aos meios de comunicação de

massa, em especial ao jornalismo, na construção de narrativas hegemônicas capazes de conquistar o consenso coletivo em relação a uma imagem positiva do setor, como modelo econômico de sucesso.

Gramsci aborda o papel político e econômico de um conjunto de classes dirigentes na criação de um consenso, ao qual a mídia, e a imprensa em geral, pode ser considerada um dos seus principais aparelhos.

Para o filósofo italiano, os aparelhos privados de hegemonia possuem o poder de garantir o consenso social, enquanto os aparelhos repressores estatais asseguram a dominação por meio da força, de cima para baixo. O consenso é forjado nesses aparelhos tendo como direção moral e intelectual as ideias de bloco histórico dominante (SOUZA, 2016, p. 18).

Não raro, as corporações midiáticas se utilizam do jornalismo, como aparelho privado de hegemonia, para delinear os mapas cognitivos com os quais os indivíduos irão moldar suas opiniões sobre os principais acontecimentos sociais, como o agronegócio.

No entendimento de Chã (2016), o agronegócio se utiliza de táticas que se estendem em múltiplas áreas dos meios de comunicação, desde o jornalismo impresso, TV e rádio até a publicidade e o marketing.

O agronegócio busca cada vez mais ganhar a cara da modernidade e não mais da “bota suja dos velhos latifundiários”, lançando mão de múltiplas táticas no campo da comunicação e da cultura, investindo cada vez mais em milionárias campanhas midiáticas e diversas ações de marketing com abrangência desde o plano nacional até ao nível das comunidades/consumidores (CHÃ, 2016, p. 52).

Sousa (2019), ao analisar um material publicitário produzido pela Rede Globo de Comunicações sobre o agronegócio, tece várias críticas ao modelo vigente de produção no campo e, conseqüentemente, às reais intenções do veículo de comunicação.

Tal afirmação passa a ideia de que o campo é um lugar desenvolvido e produtivo, ressaltando para a sociedade que o agronegócio é uma atividade importante e lucrativa para o Brasil e para o mundo (principalmente para os países compradores dessas *commodities*, pois são eles os reais beneficiários do agro). Mas, por trás de tudo isso, há um forte apelo comercial e mercadológico, que sintetiza uma ideia de supervalorização do agronegócio, e repassa para o país a lógica capitalista de produção que o sustenta: a supervalorização da monocultura (da soja, milho, arroz, da laranja, do café, da cana-de-açúcar, etc) no campo (SOUSA, 2019, sp).

Canuto (2004, p. 2) questiona o que se esconde por trás desses discursos da mídia de exaltação e valorização do agronegócio, ao lembrar que “os meios de comunicação quase

diariamente apresentam à opinião pública nacional os grandes avanços e as grandes conquistas do agronegócio”.

Como resposta, o autor afirma se tratar de uma construção ideológica da mídia, com o objetivo de mudar a imagem latifundiária da agricultura capitalista, ocultando seu perfil concentrador, predador, expropriatório e excludente.

Já em Ramonet (2016), somos convidados a ampliar essa reflexão sobre a relação da mídia com o agronegócio quando nos propomos a pensar quem são os donos da mídia:

Lembremos que os donos dos meios de comunicação não são nem mesmo empresários do ramo, mas empórios empresariais com ações e interesses em todos os setores, desde multinacionais das telecomunicações que controlam os canais de divulgação de informação até grupos bancários imprescindíveis para o seu financiamento. E sua viabilidade depende dos grandes anunciantes [...] (RAMONET, 2016, p. 74).

Ao analisarmos tais produções da mídia, é possível compreender que o campo (midiático) não é harmonioso e homogêneo; pelo contrário, é permeado por contradições, imposições, aberturas e obstruções. Assim, como mediadora assumida dos desejos, a mídia tenta identificar oscilações de sentimentos e expectativas que possam gerar disposições consensuais ao consumo (MORAES, 2010, p. 71).

Isso descortina uma tendência de (mídia) atuar em favor das elites agrárias do Brasil, promovendo o agronegócio como modelo econômico de salvação do país. Os agendamentos dos temas, os discursos e as narrativas construídas pelos veículos de comunicação revelam esse caráter partidário e parcial.

Com isso, depois de compreendermos o conceito de hegemonia e o modo como o agronegócio se apropria desse poder, investigaremos no próximo capítulo as concepções de território e territorialidade propostas por diferentes autores, no intento de identificar como se constrói a lógica dos conflitos agrários diante da dinâmica de ocupação e pertencimento dos territórios étnicos das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, na Região Norte do Espírito Santo.

3 TERRITÓRIOS, CAMPESINATO NEGRO E CONFLITOS AGRÁRIOS

*Trate bem a Terra. Ela não foi doada a você por seus pais.
Ela foi emprestada a você por seus filhos.*

Provérbio africano

3.1 Território: um espaço de poder

A concentração da propriedade fundiária, que caracteriza a economia nacional, gera conflitos no campo e promove disputas sangrentas pelo espaço, é um capítulo à parte na história recente do Brasil.

No intento de compreender esse protagonismo do campo na formação do país, recorreremos a Raffestin (1993) e sua teoria de território e poder. Para o autor, território é o lugar de todas as relações, onde a população é um elemento fundamental. Sem a população, o espaço possui apenas uma potencialidade. O território tem como característica o fato de ser um ambiente político por excelência, e as bases para a sua compreensão, como uma relação do homem com espaço, estão no poder:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

sendo assim,

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Santos (2017) defende que o território é aquele usado, pisado e utilizado por uma população, e não um conjunto de sistemas naturais. Na visão do geógrafo, território é a junção de chão e população, configurando uma identidade, um fato e um sentimento de pertencimento.

[...] O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado Nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2017, p. 97).

Saquet (2003) compartilha de noção parecida sobre território, quando diz que sociedade-espaco-tempo-natureza-território são indissociáveis, mas não sinônimos, e unidos constantemente.

Em outras palavras, o território é resultado do processo de produção *do e no* espaço. [...] Para nós, espaço e território se confundem e se revelam mutuamente. Um está no outro. Ambos se efetivam pelas atividades dos homens, são sociais, portanto, produzidos. [...] Acreditamos que não é possível separar o inseparável, o uno e pensar território separadamente do espaço (SAQUET, 2003 [2001], p. 26-27, grifos do autor).

Fazendo uma abordagem a partir de uma perspectiva étnica, tema caro para esta pesquisa, Anjos (2013) lança luz sobre o caráter cultural e simbólico da população, ao reconhecer que o território é, na sua essência, um fato físico, político, social, categorizável, passível de dimensionamento.

Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial (ANJOS, 2013, p.139).

Ou seja, o território é repleto de subjetividades, simbolismos e culturas. Ou ainda, o território ganha o simbolismo por meio de seu uso. E é essa produção por meio do espaço que Martinuzzo (2016) nos apresenta como territorialidade, isto é, as formas de organização, vivência e experiência protagonizadas por todos nós nos territórios.

[...] as territorialidades se constituem em função da vida vivida em territórios. Ou seja, a territorialidade é a experiência do território que produz, renova, modifica, mantém, enfim, que engendra o lugar da existência humana, produzindo-a ao mesmo tempo. A territorialidade é a vida organizada num dado território, experiência que é dinâmica e permanentemente atualizada pelos movimentos sociais, econômicos, políticos e culturais (MARTINUZZO, 2016, p. 10).

Por isso é tão importante pensar que as disputas pelo espaço, dentro da lógica capitalista, estão intrinsicamente ligadas às territorialidades produzidas pelos agentes em conflito. Como nosso interesse é pelo território rural, entender como o agronegócio do eucalipto e as comunidades quilombolas constroem essas experiências e criam suas identidades com o espaço, agora transformado em território, é elemento fundamental para compreender essa disputa pelo poder.

Essa percepção torna-se ainda mais necessária quando consideramos a forma de ocupação do espaço brasileiro, que desde sempre privilegiou grupos específicos, relegando à exclusão

tantos outros, como negros e quilombolas, fato este agravado pelo processo de globalização vigente, no qual o espaço geográfico ganha novas definições e importância, de acordo com a sua localização, ficando nas mãos dos poderosos os melhores territórios e, para os outros, todo o resto (SANTOS, 2017, p. 79).

Na próxima subseção, vamos apresentar de modo breve a história dos quilombos, desde o seu surgimento no Brasil Colônia até as transformações dessas comunidades étnicas do campo ao longo do tempo, até chegar aos dias atuais.

3.2 As comunidades quilombolas e o campesinato negro

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão de pessoas negras e é considerado, em todo o continente americano, a nação que mais recebeu africanos escravizados.

O sistema colonial trouxe forçosamente milhares de homens, mulheres, velhos e crianças sequestrados não apenas de sua terra, mas também de suas vidas, para servir de base econômica para a colônia portuguesa, na lida com a terra e a agricultura.

Reis, rainhas, príncipes, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas, agricultores, mercadores urbanos e conhecedores de metalurgia e pastoreio, de origens múltiplas (GOMES, 2015), tiveram suas condições humanas roubadas, para serem transformados em mercadorias dentro do sistema colonial escravocrata.

Quando os traficantes dos escravizados forçaram os africanos a darem várias voltas ao redor da Árvore do Esquecimento, no Benin (África), antes de sua deportação para o Brasil, não estavam em seus planos mercantilistas e senhoriais que esses africanos e seus descendentes fossem capazes de empreenderem processos organizativos e retomarem diversas lembranças, mesmo que em fragmentos, de suas terras de origem (OLIVEIRA, 2011, p. 142).

Mas a ideia do africano dócil e naturalmente servil foi apenas mais uma artimanha encontrada pelo colonizador europeu para dominar e manipular os escravizados africanos, como forma de minimizar, ao longo da história, as bárbaries feitas por ele (colonizador) durante o período da escravidão.

Gomes (2015) lembra que as sociedades escravistas vivenciaram vários modos de rebelião e protesto por parte dos povos negros escravizados, que, ao contrário do que estas imaginavam, não apenas não esqueceram suas origens e passados, como ainda se rebelaram contra o sistema nefasto de exploração.

Os negros não foram objetos passivos da história nem aceitaram mudos a coisificação imposta pelo sistema escravista colonial.

O escravo, no entanto, se, de um lado, era apenas *coisa*, do outro lado era *ser*. Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelos menos totalmente, a sua interioridade humana. E isto era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema (MOURA, 1987, p. 8).

A formação das comunidades quilombolas no Brasil se deu logo após o início do tráfico de africanos para a colônia portuguesa. Diversos autores (CARNEIRO, 1988; MOURA, 1987; ANJOS, 2006; GOMES, 2015) apresentam interpretações distintas, que remetem à época do Brasil Colônia, quando os escravizados fugidos buscavam nos quilombos um lugar de proteção, segurança, igualdade de condições, liberdade e acesso a terra, com fortes referências das comunidades existentes na África e influências marcantes dos povos indígenas (BATISTA, 2011).

Moura (1987) lembra que os quilombos brasileiros, de grande importância social, não foram um fenômeno esporádico no Brasil.

Quilombo era “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, segundo resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740.

De acordo com esta definição da Metrópole, o Brasil se converteu, praticamente, em um conjunto de quilombos, uns maiores, outros menores, mas todos significativos para a compreensão da nossa história social. O quilombo, conforme a definição acima, por isto mesmo, não foi um fenômeno esporádico (MOURA, 1987, p. 16, grifos do autor).

Apesar de toda essa importância histórica, Gomes (2015) lança luz sobre o processo de invisibilidade a que foram submetidas as comunidades quilombolas. Segundo o autor, tal processo, na pós-abolição, foi gerado por políticas públicas ou pela falta delas. A ausência de informações dessas comunidades nos censos agropecuários republicanos, nas palavras de Gomes, “constituiria uma ideologia do isolamento das comunidades rurais [...]” (GOMES, 2015, p. 123).

Para Anjos (2006), nos dias atuais o termo quilombo ganhou um novo significado, que tem como origem o campesinato negro, mas sem perder a sua característica de resistência. O termo designa os agrupamentos de povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico, em que

as comunidades são capazes de se organizar e reproduzir num espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver (ANJOS, 2006, p. 53).

Os quilombos da atualidade, como os que constituem o grande território do Sapê do Norte, na Região Norte do Estado do Espírito Santo, são ocupados por descendentes de negros escravizados, povos que já nasceram livres, mas que fazem questão de manter suas tradições e formas de ocupação e sobrevivência.

Historicamente, a formação dos quilombos do grande território quilombola do Sapê do Norte data do século XIX. Segundo Ferreira (2009), essas comunidades foram constituídas ainda durante o período da escravidão, época em que negros e negros africanos foram trazidos para trabalhar nas fazendas produtoras de farinha de mandioca. Já naquele período, os negros escravizados buscavam formas de resistência ao regime por meio de rebeliões, fugas, assassinatos de senhores e feitores, suicídio e formação de quilombos.

Assim também foi no Sapê do Norte, durante todo o período colonial, quando a região de São Mateus foi ocupada pelas fazendas escravistas produtoras de farinha de mandioca, que era comercializada com outras províncias e também com a África, onde servia de moeda de troca por escravos (ALENCASTRO, 2000; FERLINI, 1988). Em fins do século XIX, iniciava-se a decadência econômica destas fazendas, em vista das mudanças do sistema colonial, que passava a ter seu centro econômico deslocado para a produção do café do Centro-Sul e a mão de obra deixava de ser escrava com a abolição (1888). Muitas destas terras foram abandonadas pelos senhores coloniais e apropriadas pelos antigos escravos; outras já haviam se tornado “espaços da liberdade” durante o colonialismo, criados pelos escravos que fugiam das fazendas e se embrenhavam em locais de difícil acesso, originando os quilombos (FERREIRA, 2009, p. 14-15).

A região do Sapê do Norte, localizada no extremo norte do Espírito Santo, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, é composta por 32 comunidades, sendo 30 já certificadas pela Fundação Cultural Palmares, de acordo com dados do sítio eletrônico da Fundação Palmares, atualizado em 02 de agosto de 2019.

Sua população é composta por afrodescendentes, remanescentes de quilombos, organizados em sítios familiares rurais que mantêm entre si laços de parentesco, religiosidade, festividade, solidariedade e outras práticas, que remontam a uma história comum, cuja memória alcança os tempos de cativo dos seus antepassados (FERREIRA, 2009).

Figura 2 – Mapa do Espírito Santo e as comunidades quilombolas do Sapê do Norte



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Oliveira (2011) reforça que as lutas das comunidades quilombolas no Brasil não são recentes, pelo contrário, datam de mais de 300 anos de combates, resistências e negociações por parte dos negros, em busca de autonomia, primeiro em relação aos regimes escravocratas, depois diante dos grandes empreendimentos que sucederam tais regimes.

O mesmo autor, em suas pesquisas, aponta que os conflitos de terra em diferentes regiões do Espírito Santo passaram a acontecer com o fim oficial da escravidão, entre descendentes de ex-escravizados e fazendeiros e até com descendentes de imigrantes italianos e alemães.

O governo do mesmo estado, movido pela ideologia racista e do branqueamento que embasava a política de incentivo à imigração europeia por parte do governo brasileiro, seguia os padrões da ocorrência de outras regiões do Brasil, passando, por isso, a perseguir e a combater o estabelecimento de comunidades negras na terra, sob a alegação de que essas terras deveriam ser doadas ou vendidas aos imigrantes europeus. Essa prática governamental de expropriação de terras de comunidades negras e quilombolas para entregá-las aos imigrantes europeus nas regiões sul e serrana e depois às empresas de monoculturas de eucaliptos e cana-de-açúcar perdurou até a década de 1980, sobretudo nas terras das comunidades quilombolas e

indígenas do mesmo estado. As ideologias das expropriações afirmavam existirem vazios demográficos nas regiões das terras dessas comunidades (OLIVEIRA, 2011, p. 149).

Ao declarar as terras da Região Norte capixaba como devolutas, Silva (2016, p. 101) denuncia que o Estado do Espírito Santo agiu em consonância com os desejos das elites. “A leitura que associa os ‘vazios demográficos’ e as ‘terras incultas’ às iniciativas dos desabravadores é descrita tanto em relação ao sul [...], quanto ao norte, onde vigoraram conflitos indígenas até finais do século XIX.”

3.2.1 O direito constitucional de acesso à terra das comunidades negras rurais

De Amorim e Tárrega (2019) lembram que a luta pela terra faz parte da realidade dos negros e quilombolas brasileiros e que o fim do processo de escravidão não garantiu aos afrobrasileiros a manutenção de todos os seus direitos, principalmente o de acesso à terra, que foi oficialmente negado com a Lei de Terras de 1850:

Tal legislação foi criada num momento em que a estrutura fundiária estava voltada para o grande latifúndio e sua preocupação era a relação entre a terra e o mercado, pois para a regularização da terra, foi estabelecido que somente através da compra é que se poderia adquiri-la, o que eliminou as possibilidades de os negros, posteriormente livres, tivessem acesso à terra. Apesar de estarem formalmente livres, encontravam-se excluídos e marginalizados pelos latifundiários que buscavam alternativas de mão de obra pelo trabalho livre, rejeitando a existência do negro na condição de homem livre (p. 19).

Depois de libertos, os negros e seus descendentes que buscaram nos quilombos o refúgio ainda tiveram que conviver com cem anos de silêncio jurídico até verem seus direitos de acesso à terra reconhecidos.

Foi a Constituição Federal de 1988 que incluiu o artigo 68 do ADCT– Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 4.887/2003, esse direito, que entrou em vigor no dia 20 de novembro de 2003, trata do processo de titulação das terras de quilombos e prevê, como fator determinante para que uma comunidade seja considerada quilombola, a sua autoatribuição, sendo, pois, desnecessário que essa condição seja demonstrada por terceiros.

Desse modo, percebe-se que a “[...] identidade étnica ressurge das cinzas depois de ter sido negada e combatida com todas as forças pelo estado colonial e imperial, para ser o elemento caracterizador do novo direito territorial” (TRECCANI, 2006, p.174).

3.3 O agronegócio e o acirramento dos conflitos no campo

O termo agronegócio é uma referência ao *agribusiness* e surgiu pela primeira vez na década de 1950, nos Estados Unidos da América, para designar as relações econômicas entre a atividade agropecuária, a indústria, o comércio e o setor de serviços. Originário das áreas de administração e marketing, ele se consolidou ao longo dos anos graças, em boa medida, ao papel da mídia.

A partir da década de 1990, o termo norte-americano começou a ganhar força e espaço e, nos anos 2000, a palavra agronegócio já era comum tanto no linguajar acadêmico quanto no jornalístico e político, além de generalizado no senso comum, como referência ao conjunto de atividades que envolvem produção e distribuição de produtos agropecuários (LEITE; MEDEIROS, 2012).

Chã (2016) explica que, embora para a maioria da sociedade brasileira o agronegócio apareça como um fenômeno novo, ele possui raízes desde o sistema *plantation*, que predominou na agricultura no período Brasil Colônia e, mais recentemente, durante o período da “modernização conservadora” dos anos 1960/1970.

Fernandes (2004b, s/p) compactua com a afirmação de Chã e ainda denuncia que o termo agronegócio não passa de um novo nome para uma velha e já conhecida estrutura capitalista burguesa, em busca de hegemonia.

O agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

No Brasil, o agronegócio faz referência a processos bem heterogêneos, sendo marcado por diferenças setoriais e regionais, mas há nele também grande homogeneização e imposição de regras internacionais.

Santos (2017) reforça que, com a globalização, nenhuma fração do planeta escapa às necessidades, usos e apetites de estados e empresas. Há uma compartimentação do espaço pela ação do homem, mas com presença política.

Na perspectiva do autor, o processo de fragmentação tende a roubar das coletividades o comando do seu próprio destino. “A agricultura moderna, cientifizada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência [...]” (SANTOS, 2017, p. 80).

E é justamente esse cenário que reflete, nos dias atuais, a Região Norte do Espírito Santo, com a monocultura do eucalipto. A presença da multinacional Suzano, que começou a operar com o nome de Aracruz Celulose, na década de 1960 – época em que ainda era uma empresa de capital nacional –, foi tirando das comunidades quilombolas as rédeas do seu próprio destino.

A partir das décadas de 1960 e 1970, com o projeto do Governo Militar de modernização da agricultura brasileira, também conhecido como a “modernização conservadora”, a história e a vida dos moradores das comunidades quilombolas do Sapê do Norte começaram a mudar. Graziano da Silva (*apud* FERREIRA, 2002) lembra que foi nesse período que começou a fase de expropriação das terras quilombolas para a implantação de extensos monocultivos de eucalipto – inicialmente destinados à produção de madeira e carvão; posteriormente, à celulose e ao papel, com forte incentivo do Governo Militar brasileiro.

Complexos Agroindustriais Brasileiros são fomentados entre 1965 e 1985 em substituição aos Complexos Rurais do Período Colonial, no projeto de “modernização da agricultura brasileira”, que estampava o interesse do governo militar em aumentar a balança comercial com a exportação. A consolidação da agroindústria de celulose no Espírito Santo produz a maior concentração de terra que já houve em algumas regiões do Estado, terra que era responsável pela existência destas comunidades tradicionais (p. 80).

Tal processo, além dos impactos na rica biodiversidade local, significou a expropriação da terra, da água, do alimento, dos medicamentos e dos demais elementos que sustentavam a prática do campesinato negro, base da existência das comunidades tradicionais quilombolas do Sapê do Norte.

Para Pasini (2014, p.16), três fatores contribuíram para a expropriação das terras no norte capixaba: a ausência de documentação de titularidade das terras, o plano de incentivos do Governo Militar (1964-1985) e a ocupação por parte do Governo Estadual, reconhecendo as terras como devolutas. Tal quadro foi decisivo para o surgimento da especulação imobiliária e a instalação das empresas de celulose na região: “[...] esse processo gerou um grande êxodo,

provocando a saída de muitos moradores da região, com o intuito de buscar outras possibilidades de vida”.

3.3.1 A implantação da Aracruz Celulose no Norte do Espírito Santo

Os primeiros plantios de eucalipto destinados à exportação e à produção de celulose, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), datam dos anos 1950, época em que a empresa, em parceria com o Governo Estadual, encomendou à Economia e Engenharia Industrial (Ecotec) estudos técnicos sobre o mercado de celulose. O objetivo era estruturar uma empresa desse ramo no Espírito Santo.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, a Ecotec identificou um quadro de estagnação na produção mundial de celulose, gerado pela incapacidade de a oferta de madeira acompanhar o crescimento da demanda da indústria de celulose por esse insumo, ou seja, verificou-se o crescimento do mercado mundial de celulose a um ritmo mais acelerado que as expectativas de expansão da produção nos países tradicionais produtores (LOUREIRO, 2006, p. 9-10).

A partir dos anos 1960, a floresta passa a ser vertiginosamente substituída pelas plantações de eucalipto, destinadas a abastecer a produção das empresas Ouro Verde, Brasil Leste Agroflorestal, Reflorestadora Cricaré e Aracruz Florestal (FERREIRA, 2009), sendo esta última, a empresa que originou a Aracruz Celulose, atual multinacional Suzano.

A Aracruz Celulose foi fundada em 1972, mas desde 1967 já havia iniciado suas atividades no Espírito Santo, com a Aracruz Florestal. Os principais acionistas da Aracruz Celulose eram: Grupo Lorentzen, da Noruega (28%), Grupo Safra (28%), Grupo Votorantim (28%) e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (12,5%), sendo os últimos todos brasileiros (DE’NADAI; OVERBEEK; SOARES, 2005, p. 9).

A empresa recebeu do Executivo capixaba (governador Christiano Dias Lopes) dez mil hectares de terra, onde iniciou seu plantio de eucalipto. “A partir dessa concessão, a empresa Aracruz Celulose não cessou de estender seus domínios, incorporando de forma ilícita em seu território áreas de índios, de quilombolas, de posseiros, de pequenos lavradores” (LOUREIRO, 2006, p. 10-11).

A companhia expandiu seus plantios de eucalipto para a Bahia e depois para outros estados brasileiros. Até a década de 1970, existiam cerca de 10 mil famílias na região do Sapê do Norte. Atualmente, não se sabe ao certo quantas formam a região, mas o fato é que os quilombolas foram perdendo espaço no seu território ancestral, assim como a floresta nativa

tropical foi sendo arrancada, para dar lugar às extensas plantações de monocultura de eucalipto, destinadas à produção de celulose (ARRUTI E DE´NADAI, 2007).

Os poucos que resistiram, e ainda resistem, lutam para sobreviver, pois, como foi relatado anteriormente, os povos quilombolas vivem em áreas comuns, pequenos roçados de subsistência, onde a terra significa a vida e não possui nenhuma relação com a lógica mercantil da propriedade privada, de uso exclusivista.

A destruição da floresta em larga escala passou a significar, para as comunidades locais, a perda do alimento – frutos e peixes e caças, a perda da água, a perda dos medicamentos, a perda da terra de uso comum –, espaço utilizado pelo extrativismo vegetal (cipó, fibras, ervas medicinais da floresta, frutos), animal (caça, pesca) e pequena agricultura itinerante para o uso monopólico do agronegócio da celulose (FERREIRA, 2009, p. 95).

Diante da imposição da força, muitas famílias foram obrigadas a abandonar suas terras e migrar para as cidades; outras permaneceram, em meio aos eucaliptais, com escassez de terra para os plantios, de água e de alimento.

Como a terra para essas comunidades é a única possibilidade de subsistência, com a sua ausência, os quilombolas precisavam buscar alternativas para resistir, ocupar e sobreviver, mais uma vez, dentro do seu próprio território. Gomes e Overbeek (2011) relatam que a única forma de trabalho possível, para as famílias quilombolas que restaram, foi a fabricação e venda do carvão produzido a partir dos restos dos eucaliptos coletados nas áreas de plantio ocupadas pela Suzano (então Fibria/Aracruz). Mas, ao decidirem fazer isso, uma nova batalha começa a ser travada pelos quilombolas do território do Sapê do Norte, que – não bastasse terem suas terras “usurpadas”, suas tradições maculadas e ameaçadas de extinção, seu sustento retirado e a sua desterritorialização promovida, além de viverem marginalizados e escravizados pelo sistema econômico vigente– agora são criminalizados.

A atual Suzano (à época Aracruz Celulose), valendo-se do título jurídico de proprietária das terras quilombolas e vendo a resistência das comunidades, começa a acusar os quilombolas de roubo de madeira.

Nisso tudo, o que mais choca é a omissão e a conivência das autoridades locais, que se limitam a acusar os quilombolas de roubo de madeira e incriminar os mesmos. A polícia os prende a toda hora e sem motivos aparentes. Essa perseguição resultou em mais de sessenta quilombolas processados e/ou socialmente criminalizados, marcando a vida de chefes de famílias, donas de casas, idosos, mulheres e jovens. Pessoas de bem que, aos poucos, vão vivendo aqueles casos antigos que eram contados por nossos antepassados, quando os capitães-do-mato iam à caça dos escravos que se autolibertavam. A diferença é que estamos falando de situações que acontecem agora em pleno século XXI (GOMES e OVERBEEK (org.), 2011, p. 33).

O Brasil ainda é um país com forte dependência do campo e do que ele produz. Nosso processo de colonização deixou marcas profundas, que são sentidas ainda hoje, e isso vale tanto para o processo de divisão de terras, quanto para o de exploração e posterior exclusão dos povos indígenas e negros de todo e qualquer direito.

A lógica da colonização lusitana, que consistia na divisão do território em grandes propriedades voltadas para a produção de monoculturas destinadas ao mercado externo (capitanias hereditárias), usurpando dos seus donos originais o território, é a mesma que temos visto na região quilombola do Sapê do Norte.

A instalação de extensos monocultivos de eucalipto para alimentar o mercado internacional tem expulsado os povos quilombolas de seu território ancestral, desconsiderando todo o processo de territorialidade, produzindo o apagamento de suas histórias e a invisibilidade de seus corpos. É a dinâmica modernizante do agronegócio, que tem no governo brasileiro, e capixaba, o apoio soberano para “ocupar” a terra.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DE A *TRIBUNA*

Este capítulo será dedicado às análises das matérias produzidas pelo jornal *A Tribuna* sobre os conflitos agrários entre as comunidades quilombolas do Norte do Espírito Santo e o agronegócio internacional de eucalipto, nos anos de 2009 e 2010.

O percurso terá início com a abordagem das metodologias utilizadas, apresentando a Análise de Enquadramento e detalhando a Análise de Conteúdo. Em seguida, explicaremos o processo de coleta e seleção do *corpus* da pesquisa e finalizaremos com a exposição das análises e dos resultados encontrados.

4.1 Metodologia de análises

Após a observação do objeto, do *corpus* e dos objetivos do estudo em questão, ficou evidente que a escolha por apenas um percurso metodológico não seria suficiente para chegar às conclusões acerca dos questionamentos da pesquisa. Como resposta, veio a necessidade de se optar por métodos, ferramentais e categorias metodológicas que, associados, espera-se, sejam capazes de desenhar um modelo metodológico que possibilite concluir a investigação com êxito.

Para o presente trabalho, lançamos mão da Análise de Enquadramento, partindo dos conceitos de autores como Erving Goffman (1974), Gaye Tuchman (1978), Murilo César Soares (2009) e Mauro Porto (2002), norteadas pelos estudos e teorias da Análise de Conteúdo Jornalístico, tendo como suporte teórico os estudos de autores como Laurence Bardin (1977), Klaus Krippendorff (1990) e Luana Bonone (2016).

4.1.2 Análise de Enquadramento

Para o estudo da maneira como o jornalismo constrói realidades e produz sentidos, a Análise de Enquadramento, ou *Frame Analysis*, foi o instrumental que se apresentou como o mais aderente aos objetivos deste estudo. Também conhecido como Teoria do Enquadramento, esse paradigma tem sido muito utilizado nos estudos de comunicação, pois possibilita entender o processo de produção das notícias e sua relação com a cultura e a política de determinadas sociedades (BONONE, 2016).

Para compreender a origem e o conceito do que se chama de enquadramento (*framing*), foi necessário recorrer a autores clássicos que estudam a metodologia. Mauro Porto (2002)

afirma que Erving Goffman e seu livro *Frame Analysis: an essay on the organization of experience* (1974) – o qual identifica os enquadramentos como os “princípios de organização” que governam eventos sociais e explica nosso envolvimento neles – são uma fonte de referência para os pesquisadores.

A obra de Goffman, que só foi traduzida para o português brasileiro em 2012, sob o título “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise” traz a definição do autor para o que ele chama de “Análise dos quadros”:

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um *slogan* para referir-me ao exame, nesses termos, ao exame da organização da experiência (GOFFMAN, 2012, p.34).

Bonone (2016) lembra que o paradigma enquadramento tem sua origem no campo da psicologia, com Gregory Bateson e seus estudos sobre interações, nos quais o autor se propõe a explicar como essas (interações) ocorrem com base em quadros de sentido que moldam os comportamentos dos atores envolvidos, por meio de interpretações e ações. O conceito de enquadramento para tratar interações sociais, principalmente na Comunicação, representa uma importante contribuição para os estudos da área (2016, p. 81).

Fazendo um recorte mais profundo e específico para a Comunicação, Gaye Tuchman (1978) surge como a primeira autora a trazer uma aplicação relevante do conceito de enquadramento para esse campo, com sua obra *Making News: a study in construction of reality*, tendo como base os estudos de Goffman. Tuchman defende que as notícias impõem um enquadramento capaz de definir e construir uma realidade.

Para Murilo César Soares (2009), o enquadramento é uma forma de representação do próprio jornalismo, que exerce forte influência sobre os leitores, como confirmam várias pesquisas empíricas. Para o autor, enquadramentos jornalísticos são:

[...] à capacidade dos meios de produzirem e disseminarem implicitamente uma interpretação do mundo, por intermédio de uma retórica implícita, entranhada na própria estrutura das matérias jornalísticas, indicando o papel dos meios noticiosos na construção das representações públicas (SOARES, 2009, p. 56).

Antes de falarmos de enquadramento jornalístico, é preciso entender que as notícias são produzidas sob o tripé ênfase, seleção e exclusão de determinados aspectos e informações dos acontecimentos do dia a dia que serão apresentados aos leitores, ouvintes ou telespectadores,

como coloca Rothberg (2007) em seu estudo sobre os observatórios de mídia no Brasil. Para o pesquisador, o enquadramento organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que fazem, inclusive, uso de expressões, estereótipos, sintagmas, etc.

O enquadramento, para Soares, é uma forma de representação do próprio jornalismo, que exerce forte influência sobre os leitores.

[...] essas representações instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modo de ser da sociedade representada, podendo servir para fixar ou confirmar estereótipos étnicos, sociais, de gênero, profissionais. Trata-se ora da instauração de padrões “normais” ou “modelos”, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias, etc (SOARES, 2009, p. 18-20).

Para Carvalho, “[...] enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa” (CARVALHO, 2009, p. 4).

Ao promover enquadramentos, o jornalismo, mais do que salientar aspectos relevantes para a interpretação dos fatos narrados, impõe sua participação na construção social.

A noção de enquadramento é o eixo que permite realizarmos a análise dos produtos jornalísticos, pois, diferente das propostas iniciais do *framing* e, na linha de Carvalho (2009), também acreditamos que a neutralidade normalmente expressa no conceito (que aponta descritivamente as escolhas que definem os quadros, mas não debate efetivamente a raiz da perspectiva adotada) fragiliza seu potencial crítico. Nesse sentido, compreendemos o enquadramento como um mecanismo de ação política interna a um APH (**aparelho privado de hegemonia**) que pode, ao abordar conflitos sociais, seguir perspectivas hegemônicas (ou negá-las) (SOUZA, 2016, p. 24, grifos nossos).

Os enquadramentos dominam de tal forma os discursos jornalísticos a ponto de serem “lidos” como senso comum ou descritivos transparentes dos fatos, em vez de interpretações (SOARES, 2009).

4.1.3 Análise de Conteúdo: um método de tratamento

Para investigação das reportagens coletadas, foi escolhido o método de Análise de Conteúdo, em razão da complexidade e também da diversidade de possibilidades sobre o instrumental para “reduzir possíveis discordâncias entre leituras preferenciais (dominantes) e secundárias” (ROTHBERG, 2007, sp).

A metodologia desenvolvida por Laurence Bardin (1977) é uma técnica de análise que une o contexto direto prolongado da investigação com o objeto pesquisado. A autora organiza a análise de conteúdo em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977, p. 95).

Para Klaus Krippendorff (1990), “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que possam aplicar-se a seu contexto” (KRIPPENDORFF, 1990, p.28).

Tal metodologia (Análise de Conteúdo) pode ser adotada em textos noticiosos, escritos, e também na comunicação oral ou visual de um texto. Pressupõe uma leitura crítica do significado das mensagens, tanto do conteúdo expresso, quanto do que está velado (BONONE, 2016, p. 82).

Todas as exposições feitas acima justificam a escolha por esse instrumental, que tem sido amplamente empregado por outros ramos das ciências sociais empíricas e se revelado de grande utilidade na pesquisa jornalística, para identificar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos (HERSCOVITZ, 2010, p. 123).

Há outros procedimentos disponíveis que contribuem para reduzir possíveis discordâncias nas leituras, mas a Análise de Conteúdo vem sendo um dos métodos mais frequentemente utilizados, de acordo com Rothberg.

Para se produzir uma descrição competente de enquadramento, os métodos são variados. Uma maneira simplificada consiste em inventariar itens de informação que podem ser classificados em categorias de seleção, exclusão e ênfase. A primeira envolve os dados apresentados pelo texto, em oposição à segunda, que estima as informações que deveriam estar presentes a fim de atender os critérios de pluralidade e equilíbrio em enquadramentos *temáticos*, completos o suficiente para um entendimento mais amplo do assunto em questão. Já a ênfase é percebida a partir da identificação dos elementos que se destacam de alguma forma na matéria, seja porque são ressaltados na forma de título, lide, olho, linha fina, planejamento gráfico e fotografia, ou são articulados como conclusão de reportagem (ROTHBERG, 2007, sp).

A escolha dos procedimentos metodológicos desta pesquisa não configura uma etapa concluída. No entanto, as metodologias de Enquadramento Jornalístico e Análise de Conteúdo apresentaram-se, por tudo o que foi relatado, como as mais eficientes para este estudo.

4.2 Definição do *corpus*

Antes de iniciarmos as análises, algumas considerações se mostram essenciais, para o percurso que faremos a partir de agora e para a plena compreensão do trabalho.

Durante o procedimento de coleta, uma questão intrigante saltou aos olhos e fez com que outros caminhos surgissem e fossem percorridos. Verificou-se que, na maioria das vezes que informações sobre os conflitos territoriais no Norte do Espírito Santo ganhavam espaço na agenda do periódico, a multinacional Suzano/Fibria, vice-líder mundial¹⁰ na produção de celulose de eucalipto e proprietária de unidades instaladas na região, sequer era mencionada. As vozes ouvidas pelo jornal para falar em nome dos produtores de eucalipto eram a de proprietários rurais, de fazendeiros ou mesmo de dirigentes de associações rurais. Em apenas dois textos do *corpus*, a multinacional é citada.

Essa “ausência” identificada no *corpus* evidenciava a necessidade de uma mudança na rota inicial da pesquisa, com a ampliação do material de análise. O objetivo era identificar se haveria (e qual seria) o lugar destinado à empresa, esse sujeito oculto, dentro das páginas de *A Tribuna*. O resultado dessa investigação forneceria elementos fulcrais para a conclusão deste estudo. Pois, como diz Bardin (2006, p. 18): “Na análise qualitativa é a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração”.

Findadas as explicações, podemos dizer que, com isso, somam-se às análises das notícias sobre os conflitos agrários no Norte do Espírito Santo as matérias sobre e/ou tendo a Suzano/Fibria como fonte, mas reforçando que nosso *corpus* de pesquisa permanece o mesmo.

Em razão da ampliação do material a ser investigado e do tempo de cumprimento do mestrado, optou-se por analisar com profundidade todas as matérias selecionadas sobre os conflitos agrários e lançar mão de análises mais gerais, complementares, sobre esse sujeito oculto (Suzano/Fibria), de forma a viabilizar um estudo comparativo entre quilombolas e agronegócio no jornal.

4.3 Os conflitos agrários nas páginas de *A Tribuna*

Seguindo critérios previamente estabelecidos e já explicitados, ao todo, analisamos, entre notas em colunas, notícias e reportagens, 12 matérias exclusivas sobre conflitos agrários e mais 48 matérias sobre a Suzano/Fibria, mas cujas apresentações e análises serão feitas separadamente e apresentadas em momentos distintos. Na perspectiva de compreender como o jornal *A Tribuna* retrata os conflitos agrários entre comunidades quilombolas e o agronegócio do eucalipto, focamos exclusivamente os textos informativos (notas, notícias e/ou reportagens),

¹⁰ Informação disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mei/casos-de-inovacao/suzano-sa/> Acesso em: 03/01/2020.

descartando todos aqueles inseridos em conteúdos opinativos, conforme classificação de Marques de Melo.

No jornalismo informativo são encontradas as notícias, as crônicas, as notas, trabalhos de investigação, reportagens, chamadas de 1ª página e fotografias. O formato opinião pode ser definido como editoriais, comentários, fotografias e cartas de leitores, enquanto o formato entretenimento, os desenhos de humor e histórias, jogos, entretenimento variado e literatura (MARQUES DE MELO, 1998, p. 8).

O primeiro passo da pesquisa foi a definição do objeto. A escolha pelo jornal impresso teve estreita relação com o início da minha carreira profissional no jornalismo, conforme explicitado na introdução. O segundo momento foi a tomada de decisão sobre o recorte temporal, feita com base em marcos importantes para o tema da pesquisa, pontos que serão apresentados a seguir.

No ano de 2009, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) publicou no Diário Oficial da União a portaria de número 329, de 5 de novembro de 2009, reconhecendo e declarando as terras da Comunidade Remanescente de Serraria e São Cristóvão, uma área de 1.219,5549 hectares, localizada no município de São Mateus, no Espírito Santo, como de territórios quilombolas.

Também nesse ano foi realizada a fusão entre as empresas Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose e Papel (VCP), que resultou na gigante Fibria, hoje Suzano Celulose e Papel.

Com o reconhecimento do Governo Federal das terras quilombolas, os conflitos na região ficaram ainda mais acirrados. Uma operação policial executada no dia 11 de novembro de 2009 na comunidade quilombola Córrego São Domingos, uma das maiores do Sapê do Norte, terminou com a prisão de 39 quilombolas, sob a suspeita de furto de madeira da empresa Suzano/Fibria, e chamou atenção pela desproporcionalidade do aparato policial mobilizado.

Participaram da ação cerca de cem policiais de tropas especiais de choque, cavalaria, ambiental e do grupo de apoio operacional da PM, além de cavalos e cachorros. Para o MPF, houve desproporcionalidade do aparato policial para o cumprimento dos mandados de busca e apreensão com o claro intuito de amedrontar as comunidades quilombolas.

Na ocasião, alegou-se que as prisões teriam ocorrido por causa do suposto roubo de eucalipto pertencente à empresa Fibria, antiga Aracruz Celulose, mas não existe registro de nenhuma prisão em flagrante nem de apreensão de madeira. Mesmo assim, os quilombolas foram algemados para serem conduzidos à delegacia. Até mesmo um senhor cego foi algemado. Ele tem apenas percepção de luz - e em apenas um dos olhos (PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO, 2009).

A operação da PM-ES foi noticiada por diversos veículos da imprensa local e nacional, inclusive pelo jornal *A Tribuna*. Como resultado, o MPF ajuizou duas ações civis públicas contra o Estado do Espírito Santo, uma por danos morais coletivos e outra por danos morais individuais.

4.3.1 Procedimentos de coleta

O material para análise desta pesquisa foi obtido graças à parceria do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, com o Observatório Saúde na Mídia – Regional Espírito Santo, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Para a coleta do material, foi empregado um mecanismo básico de busca do programa *Adobe Reader*. Com o acervo catalogado em pastas, em seus respectivos anos, foi feita a seleção utilizando-se o comando “control+f” para buscar as palavras-chave previamente definidas por nós. São elas: demarcação de terra, eucalipto, Fibria, quilombolas, agronegócio, conflito e invasão de terras.

Todos os textos apreciados estão disponíveis em formato impresso e digital, de modo a facilitar o processo de análise e também de tê-los continuamente acessíveis, por meio de consultas sempre que necessárias (KIENZT, 1973, p. 23).

As duas tabelas a seguir apresentam, de maneira separada, o *corpus*:

Tabela 1 - Matérias sobre conflitos em territórios quilombolas

PERÍODO	TÍTULO	DATA	FORMATO
2009	Turma do trator	18/10/09	Nota Abertura
	Ambiente carregado	20/10/09	Nota Abertura
	Terras vão ser dadas a quilombolas no Norte	07/11/09	Notícia
	PM prende 30 por roubo de madeira no norte do Estado	12/11/09	Nota
	Paz no campo ameaçada	14/11/09	Nota Abertura
	Encapuzados roubam madeira no Norte	19/11/09	Notícia
	Quilombolas	23/11/09	Nota
	Tensão na terra	30/11/09	Nota
	Debate da terra	04/12/09	Nota
	Quilombola vira caso federal	13/12/09	Nota Abertura

2010	Parlamentares e quilombolas	27/02/10	Nota Abertura
	Caso a caso	02/03/10	Nota

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados em *A Tribuna*.

Tabela 2 - Matérias sobre a Suzano/Fibria

PERÍODO	TÍTULO	DATA	FORMATO
2009	Fibria reajusta celulose em R\$ 90 por tonelada	23/09/09	Nota
	Aracruz negocia venda de unidade no Sul do Brasil	24/09/09	Notícia
	Fibria conclui venda de fábrica no Rio Grande do Sul	09/10/09	Notícia
	Fibria vai emitir US\$ 1 bi em bônus	17/10/09	Nota
	Fibria anuncia lucro no terceiro trimestre	17/11/09	Notícia
	Dez empresas que mais vão abrir empregos	19/11/09	Reportagem
	Investimento confirmado em Aracruz	16/12/09	Nota Abertura
	Investimento confirmado	18/12/09	Nota
	Ranking das maiores exportadoras do Estado	24/12/09	Nota
2010	Dez mil vagas em 30 empresas	01/01/10	Reportagem
	Fibria reduz dívida com derivativos	05/01/10	Nota
	Tudo certo para a criação do polo de São Mateus	07/01/10	Nota
	Fibria anuncia expansão e retomada da produção	14/01/10	Notícia
	Ânimo com a Fibria	19/01/10	Nota
	Estado atrai investimentos para a construção de portos	24/01/10	Notícia
	Parlamentares e quilombolas	27/02/10	Nota abertura
	Fibria confirma reajuste no preço da celulose e prevê alta	02/03/10	Notícia
	Cursos indicados pelas empresas	07/03/10	Reportagem
	Portocel vai dobrar a capacidade	23/03/10	Notícia
	Portocel vai abrir 1.650 vagas	02/04/10	Nota abertura
	Dez cidades que vão abrir mais vagas de emprego	25/04/10	Reportagem
	Funcionários da Fibria fecham acordo	27/04/10	Nota
	Estado gera 206 mil empregos	01/05/10	Reportagem
	Mais de 10 mil vagas na indústria	12/05/10	Reportagem
	Câmbio derruba lucro da Fibria	18/05/10	Notícia
	Investimentos vão criar 50 mil empregos	26/05/10	Notícia
	Avanço para ampliar Portocel	02/06/10	Nota
	Seleção de aluno para empregos	09/06/10	Reportagem
	CVM acusa nove administradores da Aracruz Celulose	23/06/10	Notícia
	Plano de saúde para metalúrgicos	11/07/10	Nota abertura
	Siderurgia vai liderar em empregos	23/07/10	Notícia

2010	Fibria vai vender fábrica em São Paulo	30/07/10	Notícia
	Protesto faz Portocel parar atividades por seis horas	04/08/10	Notícia
	Cai lucro da Fibria	15/08/10	Nota
	Trabalhadores ameaçam protesto	11/09/10	Nota abertura
	As grandes obras que vão abrir vagas	03/10/10	Reportagem
	Profissionais com mais chances de contratação	10/10/10	Reportagem
	Comissão de valores vai julgar empresas	12/10/10	Notícia
	Acordo bilionário para transportes da Fibria	20/10/10	Notícia
	Porto de Aracruz liberado para navios de grande porte	09/11/10	Notícia
	Índios conseguem garantir posse de terras em Aracruz	11/11/10	Notícia
	Projetos vão abrir 65 mil vagas	17/11/10	Reportagem
	Obras na Fibria abrem 250 vagas	17/11/10	Notícia
	Commodities recomendadas	18/11/10	Nota
	Investimentos vão criar 50 mil empregos no Estado	22/11/10	Reportagem
	Fibria estuda construção de dois portos no Estado	16/12/10	Notícia
	Quarta fábrica antes de 2020	25/12/10	Nota
	Estado acima da média	29/12/10	Nota

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados em *A Tribuna*.

Para a análise das 12 matérias sobre conflitos agrários, em termos de procedimentos metodológicos, serão observados: a) a seleção, ênfase e exclusão de determinados aspectos do tema abordado; b) o enquadramento do tema e a avaliação moral; c) a presença e a seleção das fontes; e d) as editoriais nas quais as matérias foram publicadas.

Após a coleta, foi possível identificar que a maioria das pautas sobre o tema foi publicada em 2009 (10 ao todo) e apenas duas, em 2010. Voltamos a destacar que foi no ano primeiramente mencionado que o INCRA iniciou o processo de reconhecimento das terras localizadas no município de São Mateus, no Norte do Espírito Santo, como sendo de territórios quilombolas.

Isso nos leva a crer que uma possível ameaça à propriedade privada pode ter motivado o interesse do jornal pelo assunto, a ponto de gerar o agendamento do tema por 10 vezes em suas edições (no ano de 2009), como forma de “denunciar” o problema vivido pelos fazendeiros, ruralistas e a multinacional de eucalipto.

4.4 Analisando o conteúdo dos textos sobre conflitos agrários

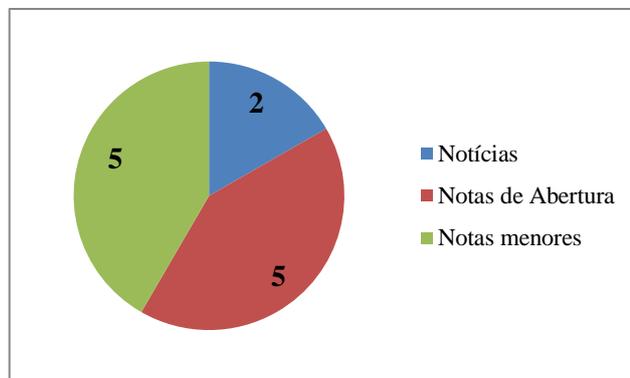
A análise de conteúdo dos textos ocorrerá em quatro etapas. Primeiro faremos uma análise espacial, a fim de conhecer o espaço conquistado pelo tema dentro do jornal. Esse estágio será importante e, mais adiante, permitirá uma análise comparativa quando forem realizadas as análises das ocorrências sobre a Suzano/Fibria. Em seguida, daremos início ao processo de análise das fontes, para identificar a seleção e o espaço destinado a estas. A terceira parte ficará encarregada de produzir uma análise quantitativa de ênfase dos títulos das ocorrências, com a finalidade de descobrir de quem seria, na visão do veículo, a responsabilidade pelos conflitos.

Na quarta e última etapa, produziremos uma análise mais detalhada de todos os textos que tratam da temática conflitos agrários, por meio da leitura pormenorizada dos materiais.

4.4.1 Análise espacial: a disputa por outros territórios

Das 12 matérias sobre a temática conflitos agrários publicadas em *A Tribuna*, apenas duas tinham o formato de notícia; todas as demais eram notas. Tal análise também revelou que o espaço dedicado ao tema totalizou 7.754 caracteres, ou 1.210 palavras.

Gráfico 1 – Quantidade de matérias e seus formatos



Fonte: elaborado pela autora com informações de *A Tribuna*.

Foram cinco [5] notas de abertura de coluna, cinco [5] notas menores e duas [2] notícias, sendo que nenhuma conquistou o espaço de abre página. As notas de abertura têm, em média, 800 caracteres cada. Para as notas menores, a média fica em torno de 300 caracteres. As duas notícias possuem tamanhos próximos: 1.088 e 1.025 caracteres, sendo que uma apresenta uma foto (a única, inclusive, de todo o *corpus*) ocupando um espaço um pouco maior.

4.4.2 Análise das fontes: uma seleção que invisibiliza e silencia

Não existe jornalismo sem fontes! Charaudeau (2015) diz que “a instância midiática não pode, evidentemente, inventar notícias. Ela deve utilizar fontes exteriores ao organismo de informação ou internas” (p. 147).

Antes de comermos a falar das fontes, é preciso trazer uma explicação e estabelecer uma diferenciação entre as fontes de informação e as fontes de notícia. Schmitz (2011) adverte que qualquer informação disponível a alguém é uma fonte de informação, ao passo que, para ser fonte de notícia, fazer seu conhecimento e saber circular, sempre haverá a necessidade de um mediador e de um meio de transmissão.

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio da mídia (SCHMITZ, 2011, p. 11).

E essa mediação fica a cargo dos repórteres, a quem cabe selecionar e questionar as fontes, apurando por meio de depoimentos, coletas, dados e informações que, após processados, segundo técnicas jornalísticas, vão se transformar em notícias (LAGE, 2008, p. 49).

Charaudeau (2015 p. 153) defende que o universo da informação midiática é construído, e não um simples reflexo do que acontece no espaço público. Na sua avaliação, os acontecimentos jamais são transmitidos em estado bruto, pois, antes de isso acontecer, eles são submetidos a um processo de seleção (dos fatos e dos atores).

Isso nos permite concluir que as notícias “são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos [...]” (HALL, 1999, p. 309).

Para nos auxiliar nas análises das fontes, partimos em busca de uma classificação que nos ajudasse a compreender como são feitas as escolhas pelos atores que construirão as notícias sobre os conflitos agrários em *A Tribuna*. Segundo Lage (2008, p. 65-67), as fontes são divididas entre:

- 1- Oficiais, oficiosas e independentes;
- 2- Primárias e secundárias;
- 3- Testemunhas e *experts*.

- a) Oficiais: são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado (juntas comerciais, cartórios de ofício e etc.);

- b) Oficiosas: são aquelas reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, porém, que não estão autorizadas a falar em nome dele ou dela;
- c) Independentes: são fontes desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico;
- d) Primárias: são fontes em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria, fornecendo fatos, versões e números;
- e) Secundárias: são fontes consultadas ainda na fase de produção da pauta e que poderão fornecer premissas genéricas;
- f) Testemunhas: são as fontes que testemunharam os fatos; que irão apresentar narrativas recheadas de emotividade;
- g) Experts: são fontes secundárias que buscam se cercar de versões ou interpretações dos eventos, antes de se pronunciar.

De posse das informações, seguimos para a classificação. O quadro abaixo apresenta com mais clareza quem são as fontes eleitas por *A Tribuna*.

Tabela 3 - Fontes utilizadas nas matérias sobre conflitos em terras quilombolas

TÍTULO	FONTES	CLASSIFICAÇÃO
Turma do trator	Câmara dos Deputados (Moacir Michelleto, PMDB-PR)	Oficial
Ambiente carregado	Decreto/Presidência da República	Oficial
Terras vão ser dadas a quilombolas no Norte	INCRA e secretário de Agricultura de São Mateus (Elizeu Bonomo)	Oficial
PM prende 30 por roubo de madeira no norte do Estado	Polícia Militar (major Marcos Assis Batista)	Oficial
Paz no campo ameaçada	Dep. estaduais Paulo Roberto (PMN) e Eustáquio de Freitas (PTB)	Oficial
Encapuzados roubam madeira no Norte	Polícia Militar e funcionário da Fibria (Jorge Alfredo Panceri)	Oficial e oficiosa
Quilombolas	Governador Paulo Hartung e dep. estadual Paulo Roberto (PMN)	Oficial
Tensão na terra	Lideranças rurais e produtores rurais	Oficial
Debate da terra	Assembleia Legislativa do ES	Oficial
Quilombola vira caso federal	Comissão de Lideranças de São Mateus e Conceição da Barra e dep.	Oficial e oficiosa

	estaduais Eustáquio Freitas (PSB) e Paulo Roberto (PMN)	
Parlamentares e quilombolas	Assembleia Legislativa do ES	Oficial
Caso a caso	Dep. federal Camilo Cola	Oficial

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados em *A Tribuna*.

Em todas as 12 matérias publicadas em *A Tribuna* sobre os conflitos envolvendo as disputas pelo território entre comunidades quilombolas e o agronegócio de eucalipto, o jornal recorreu a fontes oficiais. Em apenas duas ocorrências, além das oficiais, o veículo deu voz a fontes oficiosas, como no caso de um funcionário da Suzano/Fibria e de representantes de lideranças rurais dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, isto é, fontes ligadas ao agronegócio.

Dijk (2018) aponta que são as elites simbólicas que possuem acesso a elementos do poder simbólico e, logo, são as que dispõem do privilégio de acesso aos discursos públicos. Tal afirmação é confirmada quando apenas fontes oficiais e ligadas ao agronegócio são acionadas pelo veículo na abordagem dos conflitos nos territórios quilombolas.

Se o racismo é amplamente aprendido pelo discurso dominante, e se tal discurso é amplamente acessível apenas por tais elites simbólicas, como políticos, jornalistas, escritores, professores e pesquisadores, todos de raça branca, devemos concluir que a forma contemporânea mais eminente de racismo são as elites simbólicas brancas (DIJK, 2018, p. 16).

Outro dado revelado pela pesquisa é que, em nenhuma das notícias, os quilombolas ou qualquer representante por eles indicados foram ouvidos ou, pelo menos, citados nos textos, o que vai ao encontro da afirmação de Dijk e nos permite entender tal atitude como uma forma de alijamento, por parte do jornal, do direito dos quilombolas de se manifestarem. Do modo como os textos são construídos, esses povos são subalternizados e invisibilizados do processo de cidadania.

Cirino e Tuzzo (2016) afirmam que é cidadão pleno, completo, aquele que tem acesso aos direitos, é cumpridor dos deveres e tem poder de consumo dentro da sociedade. Tuzzo (2014) complementa que, aos olhos da mídia, cidadão é aquele que pode pagar pela cidadania.

O cidadão é aquele que está na sociedade de forma economicamente privilegiada e pode pagar pela cidadania, comprando saúde, educação, segurança, lazer, por exemplo, ou seja, a cidadania é comprada, é privada, disponível e acessível para quem pode pagar por ela. Assim, cidadania tem a ver com o privado e a busca da cidadania tem a ver com o que é público. Cidadania é a plenitude de existência do rico e a busca constante do pobre (TUZZO, 2014, p. 177).

Iraci e Sanematsu (2004) entendem que a mídia, como principal espaço de construção simbólica, promove a exclusão de certos segmentos sociais quando os invisibiliza, chegando a determinar uma nova forma de exclusão social de “[...] negros, mulheres, indígenas, através ou da veiculação de imagens estereotipadas, folclorizadas, como também deturpadas em seus conteúdos, ou de invisibilização” (p. 135).

No jogo de poder e de processo de disputa política, as minorias (quilombolas) ficam enfraquecidas e em desvantagem, pois o discurso da grande imprensa exclui ou minimiza a visibilidade dos grupos étnicos minoritários, colaborando para o fortalecimento e a reprodução do racismo estrutural, quando: “[...] não prioriza questões de interesse dessas minorias ou vincula-as sistematicamente à falta de instrução, à pobreza, à violência, à perturbação da ordem etc” (MARTINS, 2016, p. 30).

Hall *et al.* (2016) critica a busca pela “imparcialidade” dos jornalistas, que, associada a demais questões ligadas à prática profissional, como pressões de tempo e precariedade no desempenho do fazer diário, leva-os a privilegiarem a fala de fontes hegemônicas.

Para o autor, a procura constante por fontes dignas de crédito acaba por exagerar o acesso por parte de atores privilegiados, criando uma hierarquia de credibilidade e transformando os jornalistas em “definidores primários” de tópicos.

Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade, e que se desenvolveram a partir do anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os *media* nas “definições da realidade social”, que as suas fontes “acreditadas” – os “porta-vozes” institucionais – fornecem (HALL *et al.*, 2016, p. 316).

Como bem discutiu Spivak (2010), trabalhar contra a subalternidade é algo urgente e necessário, criando espaços onde o subalterno possa se fazer ouvir. Ação contrária é o que tem feito *A Tribuna*, que, ao selecionar apenas fontes que representam os interesses dos proprietários e fazendeiros em seu enquadramento, exclui do processo de comunicação as comunidades tradicionais quilombolas.

Tal processo de exclusão suscita e tensiona outro questionamento: o fato de as comunidades quilombolas serem formadas por descendentes de povos africanos escravizados tem relação com o tratamento dispensado por *A Tribuna*? E se, em vez de povos quilombolas, fossem comunidades de descendentes de europeus (italianos, alemães ou pomeranos), cujas culturas são tão exaltadas no Estado do Espírito Santo? Como seriam a relação e o tratamento dispensado pelo jornal?

Ao falar sobre representação, Hall (2016) expõe o conceito de diferença racial, lançando luz sobre alguns questionamentos:

Que “formas discursivas”, repertoriais ou regimes de representação são utilizados pela mídia quando representa a “diferença”? Por que uma dimensão dela – por exemplo – “raça” – é atravessada por outras perspectivas, tais como sexualidade, gênero e classe? Como a representação da “diferença” relaciona-se com as questões de poder?” (p. 152).

Para o autor jamaicano, é na estereotipagem que se estabelece a conexão entre representação, diferença e poder, e não na forma do poder coercitivo de restrição física. Hall se refere ao poder da representação, que tende a marcar, atribuir e classificar; ao poder simbólico da expulsão ritualizada. “Ele inclui o exercício do *poder simbólico* através de práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica” (HALL, 2016, p. 193, grifos do autor).

Ao citar os quilombolas em todas as matérias e sequer abrir espaço para eles em suas notícias, o jornal estaria, em nossa opinião, exercendo seu poder simbólico de exclusão, violência e subalternização, bem como replicando padrões históricos de representação dos negros, datados do período colonial.

Partimos do entendimento, como já dissemos, que a despeito de algumas mudanças a respeito da imagem do negro, existe uma matriz que se replica, um padrão que define o lugar do negro no sistema de representação. Partimos do entendimento de que os sistemas se repetem, mas não em termos de conteúdos, mas de articulação (BORGES, 2012, p. 188).

Ao silenciar as versões dos povos quilombolas em suas coberturas jornalísticas, *A Tribuna*, para além das questões econômicas (CHARAUDEAU, 2015), coloca em prática, de forma elaborada, o que Almeida (2019) reconhece como racismo estrutural.

Ao fazer uma análise do racismo do ponto de vista econômico, Almeida apresenta uma síntese potente e reveladora das várias faces outras do racismo.

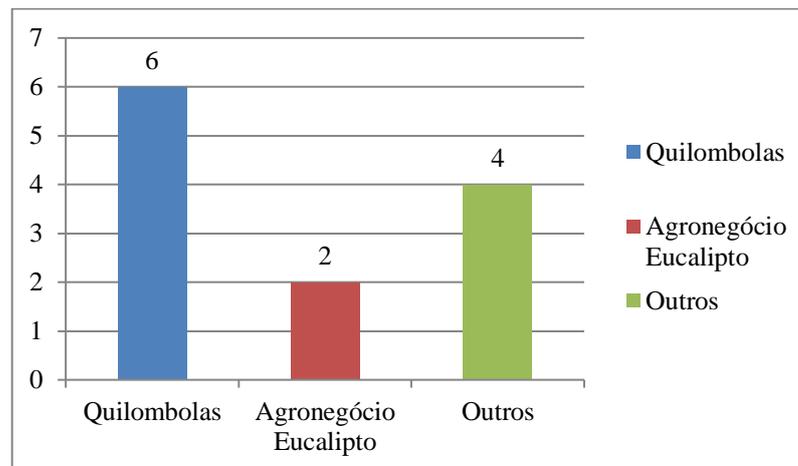
Com efeito, os indivíduos precisam ser formados, subjetivamente constituídos, para reproduzir em seus atos concretos as relações sociais, cuja forma básica é a troca mercantil. Nisso, resulta o fato de que um indivíduo precisa torna-se um trabalhador ou um capitalista, ou seja, precisa naturalizar a separação entre Estado e sociedade civil, sua condição social e seu pertencimento a determinada classe ou grupo. Esse processo, muitas vezes, passa pela incorporação de preconceitos e de discriminação que serão atualizados para funcionar como modelos de subjetivação no interior do capitalismo. Esse processo não é espontâneo; os sistemas de educação e os meios de comunicação de massa são aparelhos que produzem subjetividades culturalmente adaptadas em seu interior (ALMEIDA, 2019, p. 168-169).

Para Almeida (2019), a base constituinte da sociedade capitalista é a troca mercantil, e esta não se mostra um processo natural, mas sim uma construção histórica, que revela a dependência do sistema capitalista, para além das condições objetivas, de condições subjetivas para se alicercar.

4.4.3 Análise de Ênfase: o que é destaque nos títulos

Nas análises de ênfase (BONONE, 2013), é possível identificar o que cada texto e o veículo elegem como destaque, como o próprio nome deixa claro (ênfase). Isso significa que essa etapa diz respeito à análise de elementos como título, chapéu, linha fina, capas, legendas, olho, lide e imagens presentes no texto. A finalidade aqui é identificar se a ênfase dada pelo jornal privilegia o conflito e de quem seria, na visão do veículo, a autoria. No gráfico abaixo, a visualização pós-análise deixa mais evidente essa autoria.

Gráfico 2 – Agentes causadores de conflitos na Região Norte do ES



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

A partir da leitura do gráfico 2, em uma análise puramente quantitativa e de ênfase, já é possível perceber a existência de um posicionamento por parte do jornal, sobre quem seriam os responsáveis ou, pelo menos, os atores que contribuem para os conflitos agrários deflagrados na Região Norte do Espírito Santo.

Das 12 matérias selecionadas, em quatro [4] delas o termo quilombola aparece nos títulos, enquanto que ao agronegócio do eucalipto não é feita nenhuma referência. Vale lembrar que o tema central dos textos é a disputa pela terra, conforme exemplo a seguir:

Figura 3 – A Tribuna 07 de novembro de 2009

Terras vão ser dadas a quilombolas no Norte

Fonte: PDF disponível no site do jornal, em edições anteriores.

As escolhas lexicais do jornal desconsideram, completamente, o conteúdo do artigo 68¹¹ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF), ao informar que as terras serão “dadas” aos quilombolas. As terras já pertencem às comunidades remanescentes de quilombos, conforme previsto na Carta Magna de 1988. O que o Estado está fazendo é o reconhecimento, para posterior emissão dos títulos de propriedade coletiva às comunidades, de acordo com o estipulado na lei suprema.

Da maneira como o texto foi construído, para um leitor que desconhece esse direito dos quilombolas, a mensagem passada é que o Estado brasileiro está entregando as terras para essas comunidades, quando, na verdade, o que deveria acontecer era uma política de reforma agrária.

Dando continuidade às análises quantitativas, dois [2] títulos não fazem referência ao termo quilombolas, mas tratam de crimes de roubo de madeira na Região Norte. Um fato que chama atenção é o modo de agendamento do tema. No dia 07 de novembro, o jornal publicou uma notícia sobre a resolução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconhecendo as terras quilombolas. Cinco [5] dias depois dessa publicação, a Região Norte do Estado voltou a ganhar destaque, desta vez nas páginas policiais, com uma pauta sobre roubo de madeira na região. Apesar de não fazer referência direta no título às comunidades quilombolas, o jornal lança mão dos termos Região Norte, assim como fez com o texto da “doação” de terras.

Figura 4 – A Tribuna de 12 de novembro de 2009

PM prende 30 por roubo de madeira no Norte

Fonte: PDF disponível no site do jornal, em edições anteriores.

¹¹“Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Figura 5 – A Tribuna de 19 de novembro de 2009

Encapuzados roubam madeira no Norte

Fonte: PDF disponível no site do jornal, em edições anteriores.

Essa menção à região (Norte), que apresenta ao leitor a ideia de relação entre uma pauta e outra, também entrega a mensagem, ainda que implícita, de que as comunidades quilombolas são as responsáveis pelos “conflitos” relatados na região.

O restante das ocorrências, seis [6], não deixa explícito quem seria a parte deflagradora dos conflitos.

Outro achado relevante é a ênfase que o periódico dá ao tom de tensão em seus títulos quando faz as seguintes escolhas semânticas: “Ambiente carregado”; “Quilombola vira caso federal”; “Tensão na terra”; “Terras vão ser dadas a quilombolas”; “Debate da terra”; “Paz no campo ameaçada”.

Situar questões sociais e lutas por direitos no âmbito de enquadramentos que favorecem aspectos jurídicos tem sido a tônica de veículos de comunicação de massa nas últimas décadas. O papel de reafirmação de valores hegemônicos e o delineamento dos que lutam como vândalos e desajustados buscam, via senso comum, individualizar no campo da moral ações políticas e sociais das classes subalternas (ARBEX JR, 2003).

O processo de “criminalização” dos movimentos sociais não é um fenômeno recente na América Latina, e menos ainda no Brasil. Ao contrário, o jornalismo moderno brasileiro, por exemplo, foi marcado, desde a sua origem, por uma demonstração explícita de hostilidade para com as organizações populares (ARBEX JR., 2003, p. 149).

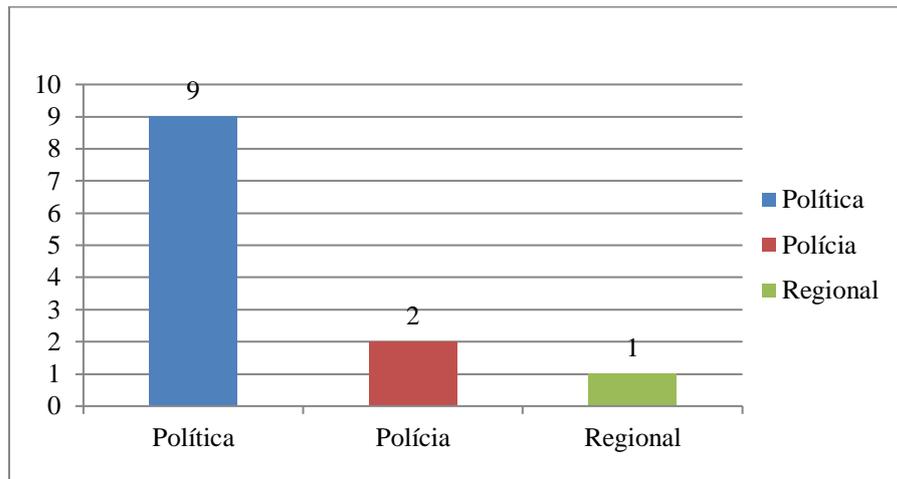
O que fica evidente é que protestos sociais e movimentos territoriais têm uma cobertura menor na mídia e tendem a ser representados dentro de enquadramentos negativos (SOARES, 2009). Isso atesta o papel da mídia na delimitação do campo de sentido, visto que, quando determinado recorte de informação é distribuído às audiências, ele pode afetar visões de mundo e comportamentos, garantindo um olhar sobre os grupos sociais que dialoga com o sentido preferencial hegemônico.

4.4.4 Editorias das matérias sobre conflitos agrários

No gráfico a seguir, é possível verificar que as notícias sobre o tema conflito foram publicadas, em sua maioria, na editoria de Política. Duas outras editorias receberam, em menor número, conteúdos: Polícia e Regional.

O formato priorizado foram as notas, pois somente duas matérias apresentaram-se sob os moldes de notícia.

Gráfico 3 - Editorias onde as matérias sobre conflitos agrários foram publicadas



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

4.4.5 Análise dos textos: entre enquadramentos e escolhas semânticas

No enquadramento jornalístico, as notícias são produzidas sob o tripé ênfase, seleção e exclusão de determinados aspectos e informações dos acontecimentos do dia a dia. Para Rothberg (2007), a partir do enquadramento a realidade é organizada dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento que fazem, inclusive, uso de expressões, estereótipos, etc.

Na visão de Entman (1993 apud SOARES, 2009), enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida, tornando-os mais salientes, e com isso promovendo uma definição de problema particular.

Com a Análise de Conteúdo, foi possível perceber, por meio de alguns termos-chave, como paz, ameaça, conflito e intranquilidade, qual é o posicionamento do jornal acerca do tema territórios quilombolas.

As análises foram realizadas individualmente, descrevendo cada texto e seguindo a sequência cronológica de publicação, considerando todos os elementos presentes, bem como as estratégias utilizadas para enquadrar o tema. Traremos uma imagem de cada texto, ao lado um

PDF da página inteira da edição em que a matéria foi publicada, para facilitar a compreensão do espaço que foi destinado a cada assunto.

Figura 6 - Frame texto “Turma do trator”



Fonte: *A Tribuna*, 18 de outubro de 2009.

Nos últimos anos, a elite agrária brasileira se organizou e se fortaleceu de tal maneira que fez surgir um novo segmento patronal robusto e influente, capaz de pressionar o governo e até ditar as regras do jogo político em seu favor.

Isso fica claro no texto “Turma do trator”, que logo no lide¹² traz a informação de que a Bancada Ruralista tem “maioria para aprovar mudanças na legislação ambiental [...] (A *TRIBUNA*, 18 out. 2009, p. 51)”. Ainda na primeira metade, é dito que o grupo promete, caso o Governo não adie o prazo, avançar sobre a demarcação de áreas quilombolas e indígenas.

Chã (2016) lembra que a Bancada Ruralista é a maior do Congresso Nacional e ressalta que, do ponto de vista da atuação política, era composta, em 2015, por 273 parlamentares comprometidos com a defesa dos interesses do agronegócio, muitos deles proprietários rurais e representantes de empresas na área.

O texto faz uso da expressão “esperada gritaria” para referir-se à reação dos ambientalistas sobre a possível aprovação do projeto do então deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), sobre a transferência para o Congresso da tarefa de demarcar áreas indígenas e quilombolas.

¹² Termo aportuguesado para o original *lead*, de origem estadunidense. Trata-se de um modelo de escrita do primeiro parágrafo de uma notícia que busca passar as principais informações respondendo às perguntas “o quê, por quê, quando, como, onde e quem”. O resultado do escrito a partir dessas respostas é o que se chama de “pirâmide invertida”: em que as informações mais relevantes acerca daquele fato apurado se concentram no primeiro parágrafo do texto (MANUAL TEÓRICO DE JORNALISMO, s/d).

Mas o que o jornal *A Tribuna*, um veículo de comunicação, teria a ver com o agronegócio? A princípio, nada. Mas, ao pensarmos que a Rede Tribuna de Comunicação é apenas uma das divisões de negócios do grupo empresarial pernambucano João Santos¹³ – que opera nos ramos sucroalcooleiro, de transportes, de cimento (Cimentos Nassau), de comunicação (Rede Tribuna) e de papel e celulose – percebemos que isso descortina um pouco das preferências do veículo.

Para Moraes (2013, p. 21), as escolhas da mídia contribuem para legitimar o discurso hegemônico dos projetos agroindustriais e da imprensa de massa.

Figura 7 - Frame texto “Ambiente carregado”



Fonte: *A Tribuna*, 20 de outubro de 2009.

As escolhas semânticas feitas por *A Tribuna* para esse texto revelam o caráter conflitivo escolhido pelo jornal para enquadrar essa notícia em suas páginas. O título privilegia a ênfase da tensão ao trazer a expressão “Ambiente carregado”.

A produção textual, construída em apenas dois parágrafos, utiliza termos como tensão, problema e ameaça, que dão o tom da notícia. Para fundamentar seu texto, o repórter (a coluna não é assinada) faz uso de dados oficiais do Governo Federal e recorre a fontes oficiais como o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Por outro lado, exclui fontes e não aborda outras questões que poderiam ser mencionadas. Sobre fontes oficiais, Schmitz pondera que, apesar de emitirem informações e tratarem de questões de interesse público, elas podem “falsear a realidade” para preservar os interesses próprios ou de grupos políticos (2011, p. 25).

¹³ Informação disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morre-o-fundador-do-grupo-joao-santos,356172>. Acesso em: 19/07/2018.

Além disso, o texto traz como um dos pontos que serão levados pelo Presidente da República ao Congresso uma proposta de Medida Provisória mais enxuta para resolver o problema dos pequenos e médios agricultores, reforçando a ideia de que estes é que estão sendo afetados com a regularização de terras, sem citar grandes produtores do agronegócio, claramente falseando a realidade. Com esse discurso, a mídia tenta legitimar a integração dos dois modelos perante a sociedade quando, na verdade, o que existe é uma subordinação da agricultura familiar ao agronegócio (CHÃ, 2016).

As análises nos permitem inferir que o jornalismo, além da escolha dos temas, define as perspectivas que irá abordar em determinados assuntos, a partir de seus filtros ideológicos.

Figura 8 - Frame texto “Terras vão ser dadas a quilombolas”



Fonte: *A Tribuna*, 07 de novembro de 2009.

O discurso construído por *A Tribuna* nessa matéria (não está assinada), de que as terras serão “dadas” aos povos quilombolas, entrega uma mensagem muito diferente da realidade, ao desconsiderar, novamente, o direito constitucional desses povos.

Oliveira (2005), ao falar do processo de titulação dos territórios quilombolas, lembra que este representa uma ameaça aos grupos hegemônicos, que se perpetuam na exploração do território. O autor lança luz sobre o que pode estar por trás dessa abordagem do jornal.

Após a abertura dos processos de regularização dos territórios dos quilombos, os conflitos e embates acerca do que vem a ser o direito territorial assegurado a essas comunidades têm se acirrado e envolvido conflitos diferenciados com diversos atores sociais no Espírito Santo, entre os quais podemos destacar: 1) grandes e médios proprietários de terras; 2) grandes empreendimentos da monocultura de eucaliptos e da cana-de-açúcar; 3) agentes de administrações públicas municipais, estadual e federal, que têm seus interesses implicados na efetivação ou não dos direitos dessas comunidades (p. 154).

A única fonte ouvida por *A Tribuna* para essa notícia foi o secretário de Agricultura do município de São Mateus à época, Elizeu Bonomo, que deu a seguinte declaração: “Nem mesmo os remanescentes quilombolas da região querem este modelo imposto, com a utilização de terras coletivas” – dando a entender que falava em nome dos quilombolas e que a decisão do INCRA não agradava a nenhum dos dois lados envolvidos. Assim, novamente, o veículo traz somente a versão das fontes oficiais; não há qualquer fala de líderes quilombolas, tampouco qualquer explicação sobre o processo de titulação dos territórios.

[...] o enquadramento destinado a fatos que rompem com a ordem busca reforçar pontos de vista que se pensa serem consensuais. Apesar de mostrarem fatos que rompem com esse consenso, o jornal os define primeiro, a partir da exposição de fontes oficiais e que se coadunam com o contexto atual, para então deixar claro qual interpretação deve ser conferida ao fato novo e subversivo (BUDÓ, 2013, p. 203).

Isso evidencia que, apesar de o jornal pautar o tema conflitos agrários e a temática quilombola, as narrativas por ele adotadas trabalham para a manutenção do *status quo* étnico (DIJK, 2018), relegando aos negros o papel de subserviência e mostrando a elite rural branca como uma representação moderna do antigo colonialismo. O autor ainda reforça que é “também na alta cúpula social que os interesses básicos são formulados, negociados e decididos pelos grupos das elites” (2018, p. 17).

Mesmo quando há muitos debates “na base”, isto é, na família, entre amigos, nas colunas do jornal, nas escolas e universidades, na TV, nos bares e nos ônibus, geralmente as discussões são limitadas. Os verdadeiros modelos alternativos de formular as questões polêmicas em geral não têm acesso à mídia corrente, à política ou à bolsa de pesquisa (DIJK, 2018, p. 17).

Figura 9 - Frame texto “PM prende 30 por roubo de madeira no Norte”



Fonte: *A Tribuna*, 12 de novembro de 2009.

Essa nota, publicada pelo jornal em 12 de novembro de 2009, na Editoria de Polícia, faz uma cobertura rasa do assunto. Logo no título, o veículo lança a informação de que 30 pessoas teriam sido presas por roubo de madeira na Região Norte do Estado. Construído em apenas dois parágrafos, o texto expõe, logo no primeiro, os quilombolas como os acusados pelo crime.

A questão que mais nos chamou atenção está contida no segundo parágrafo, o qual relata que a PM esteve no local (a comunidade quilombola) para cumprir nove mandados, mas efetuando mais de 30 prisões. A nota não traz qualquer informação que explique o motivo de o número de pessoas presas (30) ser maior do que o número de mandados (nove). Por exemplo, se houve algum flagrante, desacatado às autoridades ou qualquer coisa do tipo, apesar de um representante da Polícia Militar ter sido ouvido como fonte para falar sobre a operação.

Essa conduta da PM foi considerada abusiva e arbitrária pelo Ministério Público Federal (MPF), que chegou a ajuizar duas ações civis públicas contra o Estado do Espírito Santo, sendo uma por danos morais coletivos e outra por danos morais individuais. Em nota publicada à época, a Procuradoria da República informou que “houve desproporcionalidade do aparato policial para o cumprimento dos mandados de busca e apreensão com o claro intuito de amedrontar as comunidades quilombolas”.

O comunicado informa, ainda, que foram destacados cem policiais de tropas especiais de choque, da cavalaria, da Polícia Ambiental e do grupo de apoio operacional da PM, além de cães e cavalos para o cumprimento dos nove mandados. Ainda segundo o MPF, não houve registro de nenhuma prisão em flagrante, tampouco apreensão de madeira na comunidade quilombola. A única fonte ouvida pela reportagem foi um representante da PM, major Marcos de Assis Batista, que acusou os quilombolas de outros roubos na região.

Carranço (2004), ao discorrer sobre os conflitos entre negros e brancos no país, lembra que a mestiçagem brasileira difere os conflitos daqui com os demais vistos no cenário internacional, pois acaba por diluí-los, mas não os faz menos graves.

Na conformação territorial das grandes cidades, por exemplo, a maioria dos afrodescendentes brasileiros está confinada nas favelas, cortiços ou periferias. Ao sair desse espaço, essa população negra é subjugada pelas forças auxiliares do governo (Polícia Militar) ou por seguranças particulares, contratados por empresas ou pessoas físicas, que quase sempre a tomam por “marginal” e como uma ameaça natural ao patrimônio, à vida e à manutenção do *status quo* das classes economicamente dominantes [...] (CARRANÇO, 2004, p. 20).

Outro ponto relevante a ser considerado nas análises desse texto é o fato de os desdobramentos da operação da PM na comunidade quilombola, como as ações ajuizadas pelo

MPF contra o Estado do Espírito Santo, não terem “merecido” espaço no jornal, como aconteceu em outros veículos capixabas.

Figura 10 – Frame texto “Paz no campo ameaçada”



Fonte: *A Tribuna*, 14 de novembro de 2009.

Ao analisar o conteúdo e o título do texto, “Paz no campo ameaçada”, é possível perceber que a ênfase escolhida pelo jornal foi a de ruptura de uma ordem tida como legal, ou seja, a nota defende que o reconhecimento do Governo (aos territórios quilombolas), conforme previsto no artigo 68¹⁴ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1988), e a posterior desapropriação dos atuais ocupantes (ordem legal) gerariam um conflito que poderia acabar com a paz no campo. Isto é, o texto, da forma como foi construído, envia para o leitor a mensagem implícita de que os quilombolas, que estão lutando por suas terras, seriam os responsáveis por acabar com a paz no campo.

[...] se uma matéria noticia uma invasão de terras com ênfase na ruptura da ordem legal, tende a promover uma visão do conflito no campo como um caso de polícia, no qual não cabem considerações sobre as desigualdades geradas como resultado de determinado padrão histórico de desenvolvimento (ROTHBERG, 2007, s/p).

Identifica-se, ainda, que foram ouvidas três fontes, todas do Poder Legislativo: Paulo Roberto (PMN), Eustáquio de Freitas (PTB) e Atayde Armani (DEM). Os três deputados, em suas falas, demonstraram preocupação com a situação e sinalizaram que estavam buscando uma “solução” para a questão, dando a entender que eram contrários ao decreto de desapropriação.

¹⁴ “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.” Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp.

Figura 11- Frame texto “Encapuzados roubam madeira no Norte”



Fonte: *A Tribuna*, 19 de novembro de 2009.

Sete dias após a primeira publicação feita por *A Tribuna* sobre a prisão de quilombolas no Norte do Espírito Santo, o tema voltou a ser pautado pelo periódico; desta vez, com um destaque maior. O novo texto foi publicado em forma de notícia e trouxe até uma foto das toras de madeira de eucalipto que teriam sido abandonadas.

O grau de noticiabilidade dos acontecimentos negativos costuma ser mais alto, conquistando sempre espaços maiores nos jornais. Violência e crime figuram no topo dos valores-notícia (BUDÓ, 2013).

O texto foi construído em forma de *suíte*¹⁵, rememorando e relacionando a notícia atual com os fatos publicados na edição de 12 de novembro de 2009. A novidade, desta vez, foi a presença explícita da multinacional Suzano/Fibria, na condição de vítima da situação. Como já foi dito anteriormente, apesar de ser uma das grandes interessadas nas terras quilombolas e de ocupar extensas áreas do território em disputa, a multinacional do eucalipto não é citada por *A Tribuna* na maioria das notícias sobre os conflitos agrários na Região Norte.

Para essa narrativa, a ênfase dada foi a do medo e do clima de tensão instalados na região, em virtude das ações das comunidades quilombolas, segundo o jornal. A escrita do repórter (a matéria não é assinada) aponta os fatos a partir da perspectiva da “vítima” (a multinacional Suzano) e das fontes oficiais – neste caso, a PM.

Após a determinação da pauta, os jornalistas saem a campo para cobrir os acontecimentos. [...] as fontes principais são novamente as oficiais, em alguns momentos intercalando-se com a voz da vítima e de seus familiares. Dificilmente vai existir uma outra fonte que fale de forma contrária, como por exemplo, o próprio sujeito rotulado como criminoso. “Em geral, o criminoso, pela sua conduta, é tido

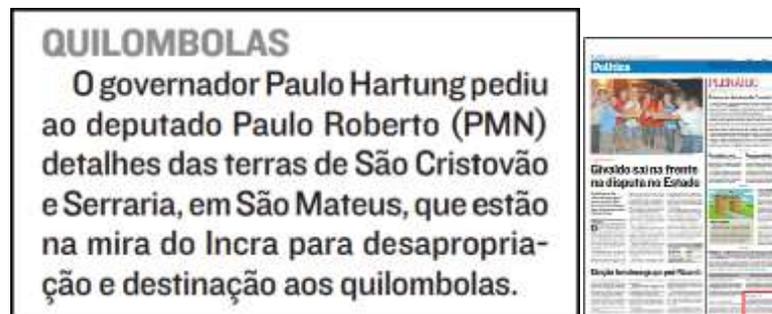
¹⁵ Do francês *suíte*, isto é, série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. Manual de Produção da Folha. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/foha/circulo/manual_producao_s.htm. Acesso em: 05/01/2020.

como ter sido privado, juntamente com outros direitos de cidadania, do seu ‘direito de resposta’ até ter pago a sua dívida para com a sociedade” (BUDÓ, 2013, p. 102).

O uso excessivo de fontes institucionais em notícias sobre crimes está diretamente relacionado ao projeto das elites hegemônicas de manutenção do *status quo* e de legitimação da violência do sistema penal, funcionando como um importante mecanismo de controle social.

A forma de expor uma separação maniqueísta entre o bem e o mal, entre as pessoas naturalmente criminosas e aquelas de bem, que anteriormente era justificada pela criminologia positivista, é sustentada na atualidade pela mídia (BUDÓ, 2013, p. 16).

Figura 12 - Frame texto “Quilombolas”



Fonte: *A Tribuna*, 23 de novembro de 2009.

Essa nota, publicada no dia 23 de novembro, traz como temática principal a preocupação do então governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, com os processos de desapropriação das áreas quilombolas. Na ocasião, o chefe do Executivo capixaba solicitou detalhes das terras que eram alvo do decreto do INCRA.

A todo o tempo, durante as coberturas sobre os conflitos agrários na Região Norte do Estado, o jornal *A Tribuna* coloca em saliência a figura dos quilombolas. Nesse texto, eles são destaque no título e referenciados no parágrafo que se segue. Para Entman (2007, p. 164 *apud* BONONE, 2013), “os enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular”.

De Moraes e Fante (2017, p.8) acreditam que o processo de (in)visibilidade na mídia é ambivalente e pode até contribuir para a própria invisibilidade.

Para pensar a temática dos direitos e dos conflitos, aqui especialmente o direito à cidadania ambiental, é importante repensar de que forma se constitui a invisibilidade dos conflitos ambientais em relação ao que poderia ser entendido como compromisso

essencial do jornalismo – a expressão da pluralidade, não restrita a fontes ouvidas, ou a fontes de financiamento, mas uma pluralidade a partir do conceito de “perspectivas”.

No entendimento das autoras, a apresentação de certos grupos sociais apenas como casos de contramodelos até possibilita que esses sujeitos sejam vistos; no entanto, tal exposição ocorre de modo tão perservo que não os fazem ser notados.

E é isso que o periódico faz quando agenda e pauta o tema, reiteradamente associando a imagem dos quilombolas a enunciados de conflito e tensão, produzindo narrativas que promovem a avaliação moral de que as contendas só existem por causa das comunidades negras, e não porque delas foi, historicamente, negado o direito de acesso a terras (AMORIM; TÁRREGA, 2019).

Figura 13 - Frame texto “Tensão na terra”



Fonte: *A Tribuna*, 30 de novembro de 2009.

No texto “Tensão na terra”, novamente, o jornal mantém o tom e o enquadramento da conflituosidade, assumindo a posição-sujeito dos ruralistas (BUDÓ, 2013) quando generaliza o sentimento de medo e tensão.

A narrativa construída expõe sobre a clara sensação de ameaça por parte dos agricultores e fazendeiros, em relação ao decreto do INCRA, mas não abre o debate para os outros atores envolvidos na história, ocultando o posicionamento dos quilombolas, dando a entender que a terra onde o sentimento de tensão está instalado – segundo o jornal – não lhes pertencesse.

A defesa explícita de uma ruptura da ordem legal trabalha no sentido de garantir o que é histórico no campo brasileiro, altas taxas de concentração territorial, somadas a índices alarmantes de desigualdades sociais.

Fazendo uma análise das fontes, identifica-se que, apesar de o texto não citar nomes, são empregados os termos lideranças rurais e produtores e, mais uma vez, a multinacional do eucalipto não é referenciada. Já os quilombolas, novamente, são alijados do debate.

Recorremos a Entman (1993 apud SOARES, 2009) para lembrar que enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida, tornando-os mais salientes e com isso promover uma definição de problema particular. Ao selecionar apenas fontes ligadas aos ruralistas, o enquadramento feito por *A Tribuna* exclui do processo de comunicação as comunidades tradicionais quilombolas, que nem sequer são ouvidas pelo jornalista.

Figura 14 - Frame texto “Debate da terra”



Fonte: *A Tribuna*, 04 de dezembro de 2009.

As análises desse texto se aproximam das feitas no conteúdo anterior (“Tensão na terra”) por trazer como enquadramento o tema conflito e uma mobilização de representantes e lideranças rurais acerca do decreto do INCRA. De maneira reiterada, o jornal coloca os fazendeiros como sujeitos “atingidos” pela determinação do Governo Federal, inclusive fazendo uso desse termo. A diferença da mobilização de agora é que o número de setores envolvidos no debate se amplia, e *A Tribuna* faz questão de nomeá-los, contando com a representação de agentes do Ministério Público e do Poder Judiciário, além dos ruralistas. No entanto, como aconteceu na nota anterior, os quilombolas não são citados como presença no encontro, o que nos permite inferir que não farão parte do debate. Chama atenção o fato de o jornal não questionar essa ausência e, novamente, limitar-se à busca por fontes ou representantes oficiais desempenhando, desse modo, um papel fulcral na produção e reprodução do racismo, como bem lembrou Sodré.

Como esclare Van Dijk, o discurso atua nos níveis micro e macro, assim como nos registros da interação e da cognição. A mídia funciona no nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor de pele. A palavra “elitista” não é aqui casual. Sabe-se efetivamente que da influência interativa entre elites de diferentes ordens – grupos de alta renda, ministérios, organizações de trabalho, intelectuais e meios de comunicação de massa – resultam os padrões cognitivos e políticos que orientam os componentes da ação social e do julgamento ético presentes no comportamento racista (SODRÉ, 2015, p. 276).

Já passamos da metade das análises do *corpus* e, ao olharmos para o caminho percorrido até aqui, os resultados mostram que há nas coberturas de *A Tribuna* uma tentativa de silenciamento das vozes quilombolas e de apagamento de suas trajetórias, dada a quantidade de vezes que estes são invisibilizados no debate sobre a ocupação da terra na Região Norte do Espírito Santo, tema diretamente relacionado à existência desses povos.

Figura 15 - Frame texto “Quilombola vira caso federal”

Quilombola vira caso federal

Comissão de lideranças de São Mateus e Conceição da Barra, criada para buscar alternativas diante do decreto do governo Lula que desapropria 26 áreas de terras para quilombolas (população negra rural), recorrerá à bancada federal.

Uma das propostas da comissão para os parlamentares é que o governo Lula reveja termos do decreto, permitindo aos proprietários das áreas escolhidas o direito de vender ou não suas terras ao Incra, desde comprovem que são produtivas.

Lideranças políticas da região, como os deputados Eustáquio de Freitas (PSB) e Paulo Roberto (PMN), lembram que várias áreas sujeitas à desapropriação pertencem hoje a produtores de agricultura familiar, que não querem sair de lá.

Isso gera um clima de tensão, com ameaças de resistência armada, conforme manifestações em recente audiência.



Fonte: *A Tribuna*, 13 de dezembro de 2009.

No texto acima, publicado em 13 de dezembro de 2009, o jornal novamente enquadra os conflitos territoriais na Região Norte como sendo um problema causado pelos quilombolas. A notícia traz a informação de que uma comissão de lideranças de São Mateus e Conceição da Barra irá buscar apoio em Brasília, com a bancada federal, para a questão das desapropriações.

Dois deputados estaduais são as fontes eleitas pelo periódico para abordar o tema e falar do clima de tensão instalado nas cidades. Esta não é a primeira vez que *A Tribuna* opta por fazer um jornalismo declaratório que, segundo Aguiar, “[...] consiste na primazia concedida às fontes oficiais e ao aproveitamento maciço e acrítico de *press releases*, sobretudo os emitidos pelas assessorias de comunicação dos poderes Executivo e Legislativo, o que compromete a

qualidade da informação, tanto em cidades do interior quanto em jornais de capitais [...]” (AGUIAR, 2016, p. 36).

A proximidade dos jornais com o poder político é considerada um aspecto problemático, capaz de afetar “[...] o trabalho jornalístico e a credibilidade dos veículos, em especial quando se trata do relacionamento com as fontes e com o poder político”, segundo pesquisa realizada por Aguiar (2016).

A afirmação de Aguiar (2016) pode ser facilmente identificada no jornalismo produzido por *A Tribuna*, por esta privilegiar fontes do Poder Legislativo para abordar o tema. Por meio da avaliação dessa conduta, percebe-se uma circunstancial subordinação ao poder, pouca postura investigativa, reduzido leque de fontes e rasas narrativas, construídas a partir de um único ponto de vista e que, não raro, prejudica a imagem das comunidades quilombolas dentro do debate público social.

Figura 16 - Frame texto “Parlamentares e quilombolas”



Fonte: *A Tribuna*, 27 de fevereiro de 2010.

O texto “Parlamentares e quilombolas”, publicado na edição de 27 de fevereiro de 2010, traz como mote um debate que viria a acontecer entre deputados estaduais e federais acerca da crise instalada entre produtores rurais e quilombolas na disputa pelo território. Chama atenção a forma como o jornal trabalha o tema no título, citando os quilombolas e sugerindo que eles participariam do debate, o que não aconteceu, já que o próprio texto traz a informação de que o encontro teria a presença somente de deputados estaduais e federais.

Outro ponto importante a ser observado é a ênfase dada ao caráter conflitivo do processo de titulação dos territórios quilombolas, afirmando que o “clima é de tensão”, bem como o fato de a multinacional do eucalipto Fibria/Suzano aparecer como uma das possíveis prejudicadas

com a desapropriação. Das 12 notícias analisadas sobre conflito, esta é a segunda em que a empresa é referenciada; em ambas, a multinacional aparece no papel de vítima dos quilombolas.

O texto também escancara o caráter político do tema e a hegemonia da Bancada Ruralista quando fala da capacidade de articulação do grupo de parlamentares em favor dos interesses do agronegócio. Santos (2017, p. 67) afirma que “a política agora é feita no mercado” e defende que, por definição, precisa ser ampla e capaz de ter uma visão geral do conjunto, não podendo ser benéfica apenas para pobres ou ricos. “Nas condições atuais, e de um modo geral, estamos assistindo à não política, isto é, à política feita pelas empresas, sobretudo as maiores” (SANTOS, 2017, p. 67).

O que Santos quer dizer é que, no mundo globalizado, cada vez mais a política tem se rendido aos ditames do mercado. E analisando o papel da mídia nesse cenário, Serrano (2013) complementa essa ideia quando afirma que os grandes meios de comunicação se transformaram em atores políticos fundamentais na legitimação do poderio hegemônico das elites.

Figura 17 – Frame texto “Caso a caso”



Fonte: *A Tribuna*, 02 de março de 2010.

A nota intitulada “Caso a caso”, última publicação feita sobre o tema no jornal no ano de 2010, traz a informação de que o líder da bancada federal à época, Camilo Cola (PMDB), levaria o caso das desapropriações das terras de quilombos ao Ministério da Agricultura. O então deputado afirmou defender o diálogo; no entanto, desconsiderou a mazela da escravização do povo negro, ao comparar a situação dos quilombolas à dos produtores rurais na história do Brasil.

Ao eleger apenas uma fonte, oficial, para falar sobre o tema e publicar as aspas do parlamentar – “Os negros colaboraram com o desbravamento do Brasil, os produtores rurais ameaçados, também” (A *TRIBUNA*, 02 mar. 2010, p. 32) –, o jornal reforça segundo Hall, a manutenção do *status quo* e a reprodução das desigualdades e das estruturas de poder existente.

Deste modo, os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Isto é o que Becker chamou de “hierarquia de credibilidade” – a probabilidade daquele que em posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade, e que dão opiniões sobre tópicos controversos, de terem as suas definições aceitas, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada em assuntos específicos do que a maioria da população (BECKER, 1972) (HALL *et al.*, 1999, 316).

A partir dessa ideia de hierarquia da credibilidade e do artifício de fontes acreditadas – referenciando Hall *et al.* (1999)–, *A Tribuna*, com a fala defensora do deputado sobre os ruralistas, constrói no imaginário social a ideia de igualdade entre quilombolas e os representantes da agricultura e do agronegócio. Uma informação completamente distante da realidade.

4.5 O espaço do agronegócio no jornal: analisando o sujeito Suzano/Fibria

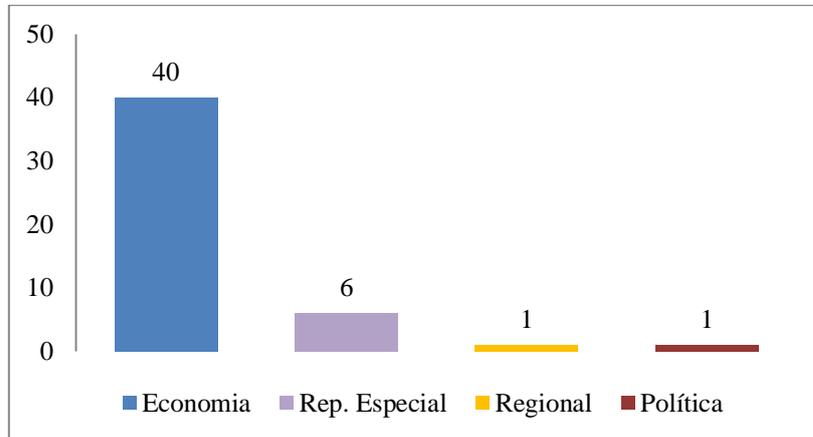
Descobrir qual é o espaço destinado ao agronegócio nas páginas do jornal *A Tribuna*, para além das narrativas sobre conflitos agrários, foi uma inquietação que surgiu durante o processo de coleta dos dados. A ausência e/ou ocultamento da multinacional do eucalipto nas matérias sobre os conflitos na Região Norte do Espírito Santo, tão protagonista a nosso entender nos processos de disputas pelo território, foi responsável pela ampliação do *corpus* desta pesquisa. Com isso, somam-se às análises iniciais mais 48 matérias que tenham a Suzano/Fibria como fonte ou citação.

Dado o volume do material, que chama atenção pela quantidade de vezes que a multinacional figurou nas páginas do jornal, optamos por realizar uma Análise de Conteúdo, atentando-nos às editorias, às fontes e às manchetes dessas matérias, pois a partir destas últimas foi possível extrair o tema das notícias, com o propósito de compreender como o sujeito agronegócio é caracterizado nas páginas do veículo.

As análises mostraram que as matérias sobre o agronegócio em *A Tribuna* trazem um foco econômico, de negócios e apologético. Das 48 matérias produzidas, 40 foram publicadas na editoria de Economia, seis [6] foram Reportagens Especiais do dia, uma [1] ganhou espaço

na editoria de Regional e uma [1] foi veiculada na editoria de Política, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Editorias onde as matérias da Suzano/Fibria foram publicadas



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

A predominância da editoria de Economia como espaço para agendamento do tema antecipa pistas em relação ao posicionamento *A Tribuna* acerca da pauta agronegócio. De Paiva Jacobini (2008) diz que o jornalismo econômico tem como característica sua relação com a lógica capitalista, que eleva a notícia à condição de mercadoria, assim como observou Cornu (1998). Na visão do autor, a notícia é produzida com o propósito da venda, encaixada como um meio predeterminado para se alcançar racionalmente o lucro da empresa midiática. É uma ética teleológica, que privilegia a maximização dos benefícios finais, mesmo que em detrimento da formação do conteúdo passado ao consumidor da notícia.

Tal percepção está diretamente alinhada com uma das nossas hipóteses, de que há por parte da mídia uma mitificação do agronegócio como modelo ideal de utilização para o espaço agrário brasileiro.

Outro dado relevante diz respeito ao formato das matérias. Diferentemente dos textos sobre conflitos agrários, que privilegiavam a estrutura de nota, em detrimento da de notícia, as matérias sobre a Suzano/Fibria apresentaram um equilíbrio entre os dois formatos. Marques de Melo (2007) lança mão das diferenças:

A distinção entre a nota, a notícia e a reportagem está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público. A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e na televisão. A notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato

ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66).

Tabela 4 – Formato dos textos sobre a Suzano em *A Tribuna*

Formato das matérias	Quantidade
Nota	18
Notícia	19
Reportagem	11
Entrevista	0
Total	48

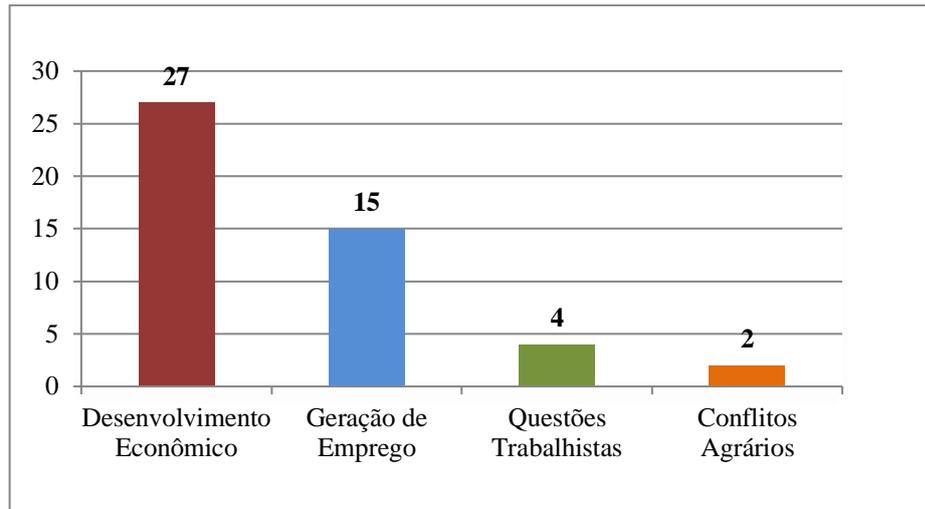
Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

Marques de Melo (2007) explica, ainda, que as notícias são um relato integral de um fato; logo, estas ocupam espaços maiores no jornal, dada a necessidade de aprofundamento no tema e de versões a serem apresentadas. Uma matéria principal em *A Tribuna* tem, em média, 2.200 caracteres com espaço, sem contar a área da foto, legenda, título, linha fina. Já as notas, mesmo as de abertura de coluna, possuem em torno de 800 caracteres com espaço. O que revela que o tema agronegócio, aos olhos do periódico, merece um destaque maior do que os conflitos territoriais.

Para análise das manchetes, optamos por realizar uma categorização, seguindo o modelo proposto por Bardin (2006, p. 111). “As categorias são rúbricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.”

Segundo a autora, o critério de categorização pode ser semântico, a partir de classificações temáticas. E foi assim que o fizemos, ao definir as categorias: Desenvolvimento Econômico; Geração de Emprego; Conflitos Agrários e Questões Trabalhistas. No gráfico a seguir, faremos o detalhamento das manchetes a partir das unidades de categorização.

Gráfico 5 – Categorização das matérias a partir de análise das manchetes



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

Para definir as categorias, uma investigação em cada matéria se fez necessária, a fim de identificar o que elas tinham em comum entre si, para só então estabelecer o agrupamento. “A categorização é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: o *inventário*: isolar os elementos; e a *classificação*: repartir os elementos [...]” (BARDIN, 2006, p. 112).

Na categoria Desenvolvimento Econômico, agrupamos todas as matérias que tinham em comum notícias que, de algum modo, impactassem a economia, de forma positiva ou não.

Tabela 5 – Matérias da categoria Desenvolvimento Econômico

MANCHETE	FORMATO
Fibria reajusta celulose em R\$ 90 por tonelada	Nota
Aracruz negocia venda de unidade no Sul do Brasil	Notícia
Fibria conclui venda de fábrica no Rio Grande do Sul	Notícia
Fibria vai emitir US\$ 1 bi em bônus	Nota
Fibria anuncia lucro no terceiro trimestre	Notícia
Investimento confirmado em Aracruz	Nota Abertura
Investimento confirmado	Nota
Ranking das maiores exportadoras do Estado	Nota
Fibria reduz dívida com derivativos	Nota
Tudo certo para a criação do polo de São Mateus	Nota
Fibria anuncia expansão e retomada da produção	Notícia
Ânimo com a Fibria	Nota
Estado atrai investimentos para a construção de portos	Notícia
Fibria confirma reajuste no preço da celulose e prevê alta	Notícia

Portocel vai dobrar a capacidade	Notícia
Câmbio derruba lucro da Fibria	Notícia
Avanço para ampliar Portocel	Nota
CVM acusa 9 administradores da Aracruz Celulose	Notícia
Fibria vai vender fábrica em São Paulo (Agência)	Notícia
Cai lucro da Fibria	Nota
Comissão de valores vai julgar empresas	Notícia
Acordo bilionário para transportes da Fibria	Notícia
Porto de Aracruz liberado para navios de grande porte	Notícia
Commodities recomendadas	Nota
Fibria estuda construção de dois portos no Estado	Notícia
Quarta fábrica antes de 2020	Nota
Estado acima da média	Nota

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

Já na classificação Geração de Emprego, como o próprio nome diz, foram reunidas todas as matérias que tratam de oportunidades profissionais, vagas de emprego, mercado de trabalho.

Tabela 6 – Matérias da categoria Geração de Emprego

MANCHETE	FORMATO
Dez empresas que mais vão abrir empregos	Reportagem
Dez mil vagas em 30 empresas	Reportagem
Cursos indicados pelas empresas	Reportagem
Portocel vai abrir 1.650 vagas	Nota abertura
Dez cidades que vão abrir mais vagas de emprego	Reportagem
Estado gera 206 mil empregos	Reportagem
Mais de 10 mil vagas na indústria	Reportagem
Investimentos vão criar 50 mil empregos	Notícia
Seleção de aluno para empregos	Reportagem
Siderurgia vai liderar em empregos	Notícia
As grandes obras que vão abrir vagas	Reportagem
Profissionais com mais chances de contratação	Reportagem
Projetos vão abrir 65 mil vagas	Reportagem
Obras na Fibria abrem 250 vagas	Notícia
Investimentos vão criar 50 mil empregos no Estado	Reportagem

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

Em Questões Trabalhistas, foram alinhados os textos que dizem respeito a greves, acordos trabalhistas, negociações e sindicatos dos trabalhadores do setor.

Tabela 7 – Matérias da categoria Questões Trabalhistas

MANCHETE	FORMATO
Funcionários da Fibria fecham acordo	Nota
Plano de saúde para metalúrgicos	Nota abertura
Protesto faz Portocel parar atividades por seis horas	Notícia
Trabalhadores ameaçam protesto	Nota abertura

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

E, por último, há a rubrica Conflitos Agrários, na qual apenas duas notícias, do total das 48, tratavam de questões relacionadas às disputas pela terra e à ocupação do solo pelo agronegócio; sendo que uma delas referia-se, ainda, a terras indígenas.

Tabela 8 – Matérias da categoria Conflitos Agrários

MANCHETE	FORMATO
Parlamentares e quilombolas	Nota de abertura
Índios conseguem garantir posse de terras em Aracruz	Notícia

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

4.5.1 As fontes do agronegócio

Dando continuidade às análises sobre o agronegócio, passemos agora para as escolhas das fontes em *A Tribuna*. Depois de pesquisar as 48 matérias produzidas pelo jornal em que a Suzano/Fibria aparece como voz ouvida ou figura citada, foi possível identificar que em 15 textos a multinacional de eucalipto é a única fonte da notícia. Em outras duas matérias, ela é mencionada junto com outras fontes.

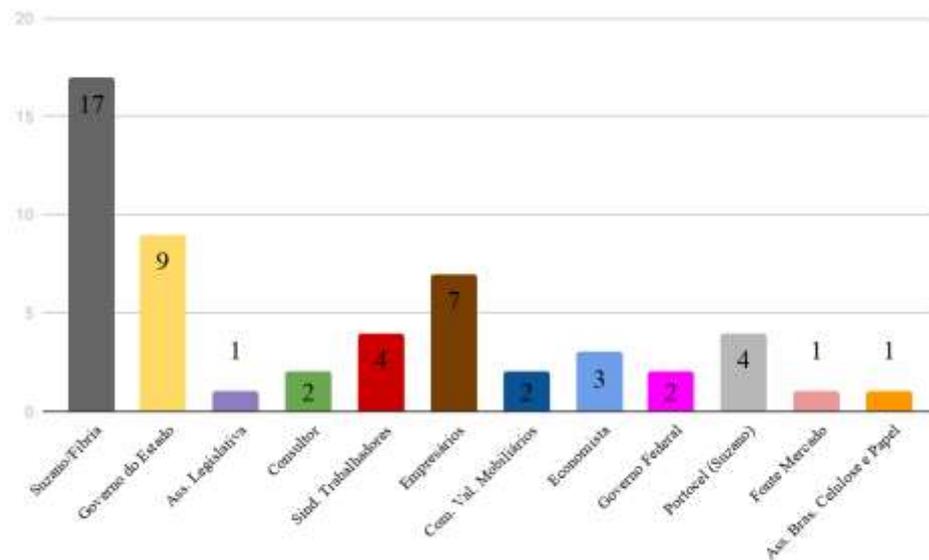
Vale observar que as matérias, em sua maioria, têm um viés desenvolvimentista, não apenas priorizando temas da macroeconomia, como investimentos, novos empreendimentos industriais, aquisições e fusões, mas também trazendo esses assuntos de forma mais simples e

direta, com forte apelo ao dia a dia do trabalhador comum, em pautas como abertura de vagas de emprego, por exemplo.

Chã (2016, p. 34) afirma que é preciso ver além dos dados econômicos apresentados pelo agronegócio para compreender o projeto atual de hegemonia do setor, que na visão da autora “[...] se diferencia do momento histórico anterior em boa medida pela construção ideológica que o cerca”.

O tema agronegócio é pautado com grande visibilidade em *A Tribuna*, que, por se tratar de um veículo com linha editorial assumidamente popular, atrai com seu conteúdo um grande número de pessoas em todo o Estado do Espírito Santo, de norte a sul. E para manter a credibilidade, garantir que a notícia seja tida como verdadeira e reafirmar sua seriedade, o jornal faz uso recorrente de fontes oficiais – como os governos estadual e federal, secretarias e órgãos públicos e Assembleia Legislativa – e oficiosas, como empresários e sindicatos. No gráfico a seguir, essa visualização fica mais clara.

Gráfico 6 – As fontes ouvidas ou citadas nas matérias sobre Suzano/Fibria



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados em *A Tribuna*.

Como falado anteriormente, há uma predileção por parte dos jornalistas por fontes oficiais, justamente por estas virem acompanhadas da ideia de que só trarão informações relacionadas ao interesse público. Já foi abordado também que nem sempre isso é uma verdade. Para além dos discursos que são apresentados na mídia, existe um jogo de poder que presume escolhas, segundo Charaudeau.

Enfim, há também o fato de que a significação é posta em discurso através de um jogo de dito e não dito, de explícito e implícito, que não é perceptível por todos: tem-se consciência dessa multiplicidade de efeitos discursivos?

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, escolha de *estratégias discursivas*. [...] O informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora mentira, ora os dois, a menos que seja tão somente a ignorância (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

Nesse jogo de poder que envolve o Estado, o agronegócio e a grande imprensa, as comunidades tradicionais quilombolas viram um alvo a ser atingido. É preciso silenciá-las e invisibilizá-las no espaço público, para que suas lutas e seus pleitos não sejam sequer conhecidos e a imagem hegemônica do agronegócio progressista, seja mantida.

4.5.2 A construção da imagem positiva do setor

Com o objetivo de fortalecer sua hegemonia e construir uma imagem positiva perante a sociedade, empresas e entidades de classe que representam o setor do agronegócio buscam na publicidade e propaganda uma aliada para reverberar a imagem de um campo bem-sucedido, sem contradições e em plena expansão.

Um exemplo é o patrocínio da Suzano/Fibria a um dos projetos publicitários mais relevantes da Rede Tribuna de Comunicação, o Seminário Tribuna. Como a própria empresa identifica, trata-se de um projeto de pós-venda que existe desde 2003, no qual são realizados dois eventos anuais, no primeiro e no segundo semestre, com os temas: “Educação” e “Planejamento e Gestão Sustentável”. De acordo com as informações disponíveis no site da Rede Tribuna¹⁶:

O Seminário Tribuna de Educação visa promover uma reflexão sobre os desafios para a construção do conhecimento responsável e cidadão. Já o Seminário Tribuna de Planejamento e Gestão Sustentável tem como proposta apresentar os desafios na construção de uma sociedade sustentável; cenários prováveis para os próximos anos, e exemplos de práticas e modelos de gestão capazes de ajudar empresas e profissionais em suas atividades diárias e nas tomadas de decisões.

¹⁶ Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/p/pos-vendas-rede-tribuna>. Acesso em: 31/01/2020.

Ainda de acordo com o site, o projeto já realizou mais de 200 palestras gratuitas para a sociedade capixaba com especialistas de renome nacional, tendo como público-alvo empresários, políticos, estudantes, educadores, profissionais liberais e do terceiro setor.

Como forma de divulgação do evento, os veículos da Rede Tribuna (impresso, TV, rádio e on-line) produzem material de cunho comercial, mas em formato jornalístico, para dar visibilidade ao Seminário e aos seus parceiros comerciais.

Somente no ano de 2010, para as duas edições do Seminário, o jornal produziu 23 matérias, sendo 20 notícias e três notas, excluindo os anúncios propriamente ditos. Os textos não trazem os patrocinadores como fonte, mas ao final de cada matéria, obrigatoriamente, há uma frase padrão de encerramento:

Figura 18 – A Tribuna de 07 de março de 2010

O seminário é realizado pela **Re-
de Tribuna** e tem patrocínio da
Fibria, Vale, Samarco e Bandes.

Fonte: *A Tribuna*, 07 de março de 2010.

Chã explica que, para construir uma imagem positiva e desviar o foco das consequências das suas atividades, o agronegócio direciona grandes investimentos para verbas publicitárias.

O setor procura assumir o discurso do personagem protagonista da lógica de progresso da classe dominante ocupante. Para que seja capaz de propagandar uma imagem positiva de suas ações de expropriação dos bens naturais e de degradação ambiental, é necessário grande investimento na construção de uma imagem positiva, em especial via indústria publicitária, capaz de maquiagem ou ofuscar a função real que ocupa como elemento estruturante da manutenção do país em condição permanente de atraso e subdesenvolvimento, se comparada à condição dos países do centro do sistema mundial (CHÃ, 2016, p. 35).

E como o Seminário Tribuna se propõe a debater sobre dois temas que afetam a coletividade (educação e sustentabilidade), isso explica o fato de a Suzano/Fibria, há anos, buscar associar sua imagem ao projeto, por meio do patrocínio. Também não se pode desconsiderar que as pautas relacionadas aos patrocinadores tendem a receber um tratamento diferenciado.

Na imagem abaixo, o jornal publicou uma matéria da Suzano/Fibria sobre a abertura de vagas nas obras de modernização da sua fábrica e, ao lado, um anúncio do Seminário em que a multinacional aparece como patrocinadora, ao lado de outras grandes empresas.

Figura 19: Obras na Fibria abrem 250 vagas



Fonte: *A Tribuna*, 17 de novembro de 2010.

Isso demonstra uma estreita relação entre a redação jornalística e o setor comercial do jornal. Não fizemos um levantamento ano a ano, mas em 2019 novamente a empresa aparece como patrocinadora do evento.

4.6 Resultados

Concluído o processo de análise, é chegado o momento de seguir para as considerações em relação aos resultados encontrados nesses dois anos de pesquisa. Iniciaremos pelos objetivos propostos no início desta dissertação, para dizer que acreditamos que foram cumpridos. Em relação ao primeiro objetivo listado, qual seja, o de entender se a atuação da mídia tem contribuído para a criminalização das comunidades quilombolas, após intensa investigação foi observado que sim, os enquadramentos e as narrativas construídas pelo jornal *A Tribuna* tendem a reforçar o estereótipo de criminalidade e vadiagem, historicamente associado aos povos negros no Brasil.

Hall (2016) fala que a estereotipagem é uma prática de produção de significados importante para a representação da diferença racial, lembrando que os estereótipos nada mais são do que um conjunto de práticas representacionais com efeitos essencializadores, reducionistas e naturalizadores, que limita os indivíduos a uma pequena quantidade de características simples e essenciais, apresentadas como naturalmente fixas.

O jornalismo, ao lançar mão de estereótipos para representar os quilombolas do Sapê do Norte, fixa uma espécie de diferença entre a sociedade dita normal, dos cidadãos de bem e trabalhadores, e os “outros”, os produtores da desordem econômica e social.

Ao caracterizar os quilombolas como escamoteadores do território do agronegócio, o jornal se utiliza da negação do racismo para legitimar estruturas violentas de exclusão racial. “Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano” (KILOMBA, 2019, p. 34).

Para o jornal, a imagem que representa os quilombolas é a do retrocesso, da criminalidade, da pobreza, do artesanal desprovido de conhecimento e tecnologia, em antagonismo à figura redentora, soberana, progressista, desenvolvimentista e tecnológica do agronegócio.

Outro ponto a se pensar é que os estereótipos facilitam o processo de vinculação, criando a falsa ideia de laços entre todos os considerados “normais”, atrelando-os a uma comunidade imaginada e blindada contra a ação dos desajustados.

Analisando os discursos hegemônicos construídos pelo jornalismo de *A Tribuna* acerca do agronegócio, identificamos que, das 48 matérias publicadas sobre a multinacional do eucalipto, 27 se enquadravam na categoria Desenvolvimento Econômico. Evidenciou-se ainda que as narrativas produzidas sobre as reivindicações dessas comunidades pelo direito de permanecer no seu território colocam esse grupo como algoz da sociedade e do progresso, ao passo que os discursos construídos sobre o agronegócio do eucalipto induzem o leitor a apontar os quilombolas como o inimigo nessa guerra pelo território. É a estereotipagem agindo onde existem desigualdades e poder.

Em suma, a estereotipagem é aquilo que Foucault chamou de espécie de “poder/conhecimento” do jogo. Por meio dela, classificamos as pessoas segundo uma norma e definimos os excluídos como o “Outro”. Curiosamente, isso é também o que Gramsci consideraria um aspecto da luta pela hegemonia. A hegemonia é uma forma de poder baseada na liderança de um grupo em muitos campos de atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável (HALL, 2016, p. 192-193).

E no Brasil, não há nada mais desigual do que as relações entre negros e brancos, como mostram os indicadores sociais. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ratifica que a desigualdade no país tem cor.

Figura 20: IBGE mostra as cores da desigualdade



Fonte: IBGE, PNAD (2016).

Em relação à magnitude dessas desigualdades, Carneiro (2011, p. 79) afirma que “[...] vivemos em um país apartado racialmente, dadas as disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) encontradas para brancos e negros”.

Os dados supracitados comprovam a luta dos negros, corroboram a afirmação de Carneiro (2011) e também expõem o modo como a vida dessa população é reduzida, subalternizada, criminalizada e invisibilizada pelo jornalismo, quando este define quais vozes merecem ou não ser ouvidas e ganhar reconhecimento social.

Concordamos com Borges (2020), estamos vivendo uma guerra civil por formas de vida, na qual o que é visto como correto e normal ainda é o padrão “[...] branco-macho-conservadorcristão-evangélico-heteronormativo-neoliberal [...]” (sp). Um padrão que ainda recorre a antigas ordens de representação, que já não reflete mais a sociedade atual, mas que ainda é utilizado pelo jornalismo. E que tem no liberalismo econômico e no conservadorismo reacionário uma base de sustentação robusta.

Quando o jornalismo defende o “[...] neoextrativismo que faz das reservas naturais uma fonte de exploração de um capitalismo sem peias, asfixiando práticas milenares dos povos

indígenas e quilombolas; [...]” (BORGES, 2020), ele sustenta o *status quo* da supremacia branca e dispara a mensagem de que as formas de vida que importam são as hegemônicas, revelando todo o seu racismo. O que comprova outro objetivo desta pesquisa, o de desvelar se o racismo estrutural tem sido o arcabouço teórico nesse processo de criminalização quilombola.

Antes, porém, iremos recorrer ao conceito de racismo trabalhado por Almeida (2019, p. 32), como suporte para os apontamentos que faremos a seguir. Na visão do autor, racismo é:

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Almeida, para tornar o entendimento do conceito ainda mais didático, divide-o em três concepções: individualista, institucional e estrutural, classificadas a partir dos critérios de racismo e subjetividade; racismo e Estado; e racismo e economia, respectivamente (ALMEIDA, 2019).

Para nosso trabalho, interessam as definições de racismo institucional, pois entendemos que a imprensa é uma instituição, que, como tal, confere privilégios e desvantagens tendo como base o marcador raça; e porque ela faz parte de uma estrutura social que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos.

Começando pelo racismo institucional, os dados da pesquisa revelaram que não existe uma isonomia no tratamento dispensado pelo jornalismo de *A Tribuna* aos agentes do agronegócio e aos povos quilombolas do Sapê do Norte.

O espaço destinado a cada um dos sujeitos se mostrou completamente desigual. Enquanto as reivindicações da luta quilombola ficaram limitadas a notas em colunas ou figuraram na editoria de Polícia, ao agronegócio foram reservados os espaços mais nobres do jornal, nas editorias de Cidades e Economia e nas Reportagens Especiais, conquistando até manchetes e chamadas na capa.

Com os dados em mãos, foi possível identificar que o enquadramento realizado por *A Tribuna* sobre o tema conflitos agrários no Norte do Espírito Santo se apresentou contrário ao reconhecimento do direito constitucional dos povos quilombolas em relação à terra. Com uma cobertura tendenciosa e claramente partidária referente ao agronegócio, o jornal optou por uma abordagem reducionista do tema, desconsiderando pontos relevantes para a garantia de um debate público democrático e plural.

Almeida (2019) reforça que, como processo político e histórico, o racismo também produz subjetividades, e os indivíduos estão, de alguma maneira, conectados entre si pela

prática social. “O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2019, p. 65).

As notícias produzidas por *A Tribuna* acerca dos conflitos entre quilombolas e agronegócio não chegam a afirmar que são os negros os responsáveis pelo “problema”, mas a forma como a “realidade” das disputas é representada faz toda a diferença. O jornalismo de massa, que se orgulha de apresentar-se como isento e imparcial, não traz mensagens explícitas, mas constrói mecanismos eficientes para a criação e reprodução, por exemplo, da figura marginal do negro. O racismo é uma ideologia que só existe se estiver ancorada em práticas sociais concretas (ALMEIDA, 2019).

Passemos, agora, às considerações finais desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo praticado por *A Tribuna*, que se autodeclara popular, na verdade se mostrou eficientemente alinhado com os interesses do capital e das elites agrárias locais, nacionais e transnacionais.

Sua narração cotidiana dos fatos expressa uma postura servil aos discursos econômicos e apologética em relação ao capital internacional. Em suas pautas, o tom desenvolvimentista associado ao tema agronegócio denuncia sua percepção sobre quem é a vítima e quem é o vilão nos embates pelo direito à terra, na Região Norte do Espírito Santo.

Quando no primeiro capítulo nos propusemos a discutir o jornalismo, sua função social e seu papel de mediador da realidade, entendemos que a notícia é uma construção social, e não um fato puro, bruto, tal qual o reflexo de um espelho; e que o jornal se empenha em repassar para a sociedade e seus leitores um discurso aparentemente isento e imparcial em relação aos temas que são abordados. No entanto, seus enquadramentos revelam muito mais do que seus discursos.

Na busca por essa credibilidade, entretanto, numa leitura mais atenta do discurso e da seletividade que o permeia, é possível perceber a utilização de uma linguagem que, além de relatar fatos, difunde e legitima valores. Em função disso, nota-se que a escolha do conjunto de valores que deve ser fortalecido no discurso obedece a uma lógica, a qual deve ser compreendida (BUDÓ, 2013, p. 183).

Ao abrir espaço em suas páginas para a temática dos conflitos agrários, o jornal se isenta de uma possível acusação de tratamento desigual e de favorecimento a uma das partes interessadas, no caso, o agronegócio. No entanto, ao silenciar as comunidades quilombolas e privilegiar o uso de fontes oficiais, os jornalistas criam o que Hall *et al.* classificaram como a escolha por definidores primários, caracterizada pela recorrência do uso de fontes hegemônicas nas notícias, que acabam por determinar como o tema será abordado, seguindo sempre uma ordem dominante e não dando margem a contraposições e diversidade.

Ianni (2004) já havia alertado que a questão fundiária no Brasil está intrinsicamente ligada à nossa vida social, gostemos ou não. Em um país que, em pleno ano de 2020, não conseguiu resolver a questão da reforma agrária e apresenta índices de concentração de terra e renda altíssimos, ao fazer coberturas reducionistas de um tema tão essencial, o jornalismo de *A Tribuna* demonstra que trabalha para garantir a hegemonia social das elites, do Estado e do seu próprio protagonismo ideológico.

Na perspectiva gramsciana, é necessário haver uma reciprocidade entre estrutura e superestrutura de maneira a fomentar as alianças em prol de uma vontade coletiva influenciada pelo bloco histórico, por meio de estratégias consistentes de argumentação e persuasão, afim de superar o conceito de força material.

Quando, no terceiro capítulo, debruçamo-nos sobre o conceito de território e territorialidade, a proposta foi justamente compreender como os dois sujeitos do tema (conflito) são caracterizados no processo de ocupação do meio rural.

Ferreira (2009) mostrou que, apesar de ocuparem o mesmo território, os quilombolas e o agronegócio desenvolveram territorialidades completamente distintas do espaço. A do agronegócio do eucalipto atua com o tipo funcional e a das comunidades negras quilombolas é formada por uma alta carga de identidade e pertencimento, direcionada mais para a existência material, simbólica e afetiva do que para a lógica capitalista.

O que nos permite inferir que os conflitos pela terra noticiados em *A Tribuna* desconsideram completamente a ancestralidade dos povos quilombolas e a contribuição dos negros escravizados na construção do Brasil. O discurso do jornal carrega fortes referências da figura do branco colonizador e subalterniza toda e qualquer forma de vida que não represente o padrão europeu-cristão, seja imigrante, seja colonizador. E vai ao encontro dos anseios da elite branca capixaba, que valoriza sobremaneira a imigração europeia – ressalvo: aqui não se pretende questionar a contribuição desses povos para a formação da cultura capixaba. A questão central é que, como disse Barbosa (2015): “A história do Espírito Santo é marcada por uma insistente tentativa das elites políticas em silenciar e fazer esquecer as marcas da população negra [...]” (p. 52).

Por isso, entendemos que esta pesquisa, que não tem a pretensão de esgotar o tema, pode ser o início de um percurso amplo a ser seguido na academia. Acreditamos que um assunto extremamente necessário como este, pode contribuir para um desenvolvimento mais igualitário e democrático para a sociedade brasileira.

Ao longo da nossa jornada, encontramos muitos estudos sobre comunidades quilombolas, mas poucos se dedicavam a tratar especificamente do papel do jornalismo na representação dos conflitos agrários. Um dos trabalhos que nortearam nossos estudos foi desenvolvido pelo colega do PósCom/UFES Girley Vieira da Silva, intitulado: **A cobertura do jornal A Gazeta sobre a titulação de comunidades remanescentes de quilombos (1988-2017)**.

Uma pesquisa de fôlego, cujo objetivo principal foi verificar como *A Gazeta* enquadrava a titulação dos territórios quilombolas não apenas na região do Sapê do Norte, mas também em todo o Espírito Santo.

Silva (2019) foi um dos poucos autores a estudar a fundo o tema, o que comprova a relevância dessa pesquisa, que pretende ser um caminho para auxiliar a práxis jornalística em relação às comunidades negras no Brasil, elevando a um novo nível a discussão.

Para finalizar, conluo afirmando que só nos tornaremos uma nação menos desigual e mais democrática quando a consciência étnica for capaz de promover políticas reparadoras, que contemplem a equidade, a valorização e a manutenção dos direitos das comunidades negras e quilombolas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sônia. **Territórios do Jornalismo:** geografias da mídia local e regional no Brasil. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.

ALMEIDA, Jorge. **A relação entre a mídia e a sociedade civil em Gramsci.** Compolítica, v. 1, n. 1, p. 119 -132, 13 abr. 2011.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen 2019.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação.** In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs.) **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes.** Brasília: Ipea, 2013.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas:** tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicações/Petrobras, 2006.

ARBEX Júnior, José. **O jornalismo canalha:** a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

ARRUTI, José Maurício; DE NADAI Alacir. **O Projeto Territórios Negros do Sapê do Norte.** Ano 2, nº 4. Ago. 2007. Disponível em: <http://koinonia.org.br/wp-content/uploads/2017/10/koinonia.org.br-o-projeto-territorios-negros-do-sape-do-norte-o-projeto-tn-do-sape-do-norte.pdf>. Acesso em: 28/07/17.

Atlas da Agropecuária Brasileira, 2017. Disponível em: www.imaflora.org/atlasagropecuario. Acesso em: 07/10/18.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo, Martins Fontes, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 3. Ed. Lisboa: Ed. 70, 2006.

BARBOSA, Fernanda de Castro. **Identidades e memórias no Espírito Santo:** um estudo a partir do Museu Capixaba do Negro. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

BATISTA, Paula Carolina. **Políticas Públicas Culturais Para Construção da Identidade Quilombola.** CELACC/ECA – USP 2011. Disponível em: <http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/295-988-1-PB.pdf>. Acesso em: 12/05/17.

BONONE, Luana Meneguelli. **Privatizando a opinião:** um estudo sobre o enquadramento nas revistas Veja e Carta Capital. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BONONE, Luana Meneguelli. **Construção de método para pesquisas de Frame Analysis.** Estudos em jornalismo e mídia. Santa Catarina, v.15, n.1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n2p78/33613>. Acesso em: 24/10/18.

BORGES, Rosane. **Reforma Política: Democracia, reforma política e a dimensão racial e de gênero: qual o caminho possível?** Disponível em: <https://reformapolitica.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Rosane-Borges.pdf>. Acesso em: 29/02/2020.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org's.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº. 4887, de 23 de novembro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm Acesso em: 09/06/17.

BRITTES, Juçara Gorski (Org.) **Aspectos históricos da imprensa capixaba**. Vitória, ES: EDUFES, 2010.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUDÓ, Marília De Nardin. **Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural**. 1. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2013.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Revista Nera, n. 5, p. 1-12, 2004.

CARNEIRO, Édison. **O quilombo dos Palmares**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRANÇA, Flávio; BORGES, Roseane da Silva (Org's.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

CARVALHO, Carlos Alberto. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Contemporânea, vol7, nº 2. Dez, 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701/2885>.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 1ª ed. – São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural: estratégia das empresas para a construção da hegemonia**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho | (Unesp), São Paulo, 2016.

CHARAUDEAU, Patrik. **Discurso das Mídias**. 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2015.

CIRINO, José Antônio Ferreira; TUZZO, Simone Antoniacci. **Cidadania midiática: a pirâmide da desigualdade, do sub ao supracidadãos.** In: CIRINO, José Antônio Ferreira e BRAGA, Claudomilson Fernandes (Org's.). **Mídias e desigualdade.** Goiânia: PPGCOM/Gráfica da UFG, 2016.

CORNU, Daniel. **Ética da Informação.** São Paulo: EDUSC, 1998.

CURRAN, J. **Prophecy and journalism studies.** Journalism, vol 10(3), 2009, p. 312-314.

DE AMORIM, Liliane Pereira; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. **O acesso a terra: a Lei de terras “1850” como obstáculo ao direito territorial quilombola.** Emblemas, 2019, 16.1.

DE MORAES, Cláudia Herte; FANTE, Eliege Maria. **Jornalismo e silenciamento do conflito ambiental no caso da CMPC Celulose Riograndense.** In: 15º Encontro da SBPJor. 2017.

DE PAIVA JACOBINI, Maria Lucia. **O jornalismo econômico e a concepção de mercado: Uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.** Brazilian Journalism Research, v. 4, n. 2, p. 190-209, 2008.

DIJK, Teun A. Van (Org.). **Racismo e discurso na América Latina.** 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: tendências da comunicação e do jornalismo.** Artenova S/A, 1977.

DOS SANTOS, Záira Bomfante; DE OLIVEIRA, Ueber José; GUALBERTO, Clarice Lage. **O discurso midiático do agronegócio no Brasil sob um olhar da Análise Discursiva Crítica e da Semiótica Social.** v. 8, n. 1, p. 159-178, 2019.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2ª. Ed. – 9. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2017.

ENTMAN, Robert. **Framing U. S. Coverage of international News: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents.** Journal of Communication, vol. 48, n. 4, pp. 06-27, 1991.

FABRINI, João E. ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2004a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e reforma agrária.** Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004b.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte - ES.** 2009. 526 F. Tese de (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo.** São Paulo, 2002. 169 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FONTES, Virginia. **Intelectuais e mídia** – quem dita a pauta? *In*: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 145-161.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: por uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª. ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Helder; OVERBEEK, Winnie (Org's.). **Aracruz Credo**: 40 anos de violações e resistência no ES. Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Vitória (ES), 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/47770986/Aracruz-Credo-%E2%80%93-40anos-de-Violacao-e-Resistencia-no-ES> Acesso em: 29/07/17.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. 334 p. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 8ª. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GUERRA, João Cláudio de Santana. **Mudanças estruturais do jornalismo**: o caso do jornal A Gazeta ES. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HAESBAERT, Rogério. “Definindo território para entender a desterritorialização”. *In*: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização, do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart, *et al.* **A produção social das notícias**: o mugging nos media. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teoria e histórias. Lisboa: Vega, 1999.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia, BENETTI Marcia (Org's.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE mostra as cores da desigualdade**, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: 10/01/20.

IRACI, Nilza; SANEMATSU, Marisa. Mídia e racismo – a que é que se destina? *In*: CARRANÇA, Flávio; BORGES, Roseane da Silva (Org's.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

IVC – **Instituto Verificador de Comunicação**. Relatório Posição, participação e evolução. Maio, 2018.

KARAM, F. J. C. **Journalism in the age of the information society, technological convergence, and editorial segmentation: Preliminary observations**. Journalism, vol 10 (1), 2009, p. 109-125.

KIENTZ, Albert. A Análise de Conteúdo aplicada aos media. *Comunicação de massa – análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. P. 51-73.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia de análisis de contenido: teoria e práctica**. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.

LAGE Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAGO, C., BENETTI, M. (Org's.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. Agronegócio. *In*: CALDART, Roseli *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LOUREIRO, Klítia. **A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya**. Revista *Ágora* 3: 1-32, 2006.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, José (Org.). **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal “Folha de S. Paulo” e da revista “Veja”**. *In*: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Policial**. *In*: Portal do Jornalismo Brasileiro. São Paulo. 2007. Disponível em: www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas1_c.htm. Acesso em: 15/05/2019.

MARTINS, André Ricardo Nunes. “**Imprensa, minorias e análise do discurso: um espaço de construção da democracia**”. Cadernos de Linguagem e Sociedade. Brasília, v. 17, n. 2, 2016. p. 26-42. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1244>. Acesso em: 30/10/19.

MARTINUZZO, José Antonio. Prólogo – **Territorialidade: O que é isso?** In: Comunicação e Territorialidades: as pesquisas inaugurais do primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Espírito Santo. MARTINUZZO, José Antonio; TESSAROLO, Marcela (Org’s.). Barbosa, Ariane... [et al.]. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Comunicação Social, 2016.

MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MCNAIR, B. **Journalism in the 21st century – evolution, not extinction**. Journalism, Vol. 10(3), 2009, p. 347-349.

MELO, Danilo S. BRAZ, Adalto M.; NARDOQUE, Sedeval. **O Atlas – a geografia da agropecuária brasileira: análise da representação da malha fundiária**. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA, 2017, Curitiba. Anais [...] Curitiba: UFPR. p. 1-15.

MIÈGE, Bernard. **As indústrias culturais e mediáticas: uma abordagem sócio-econômica**. MATRIZES, v. 1, n. 1, p. 41-54, 2007.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, Dênis de. **Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural**. Gramsci e o Brasil, 2002. Disponível em <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm>. Acesso em: 29/09/19.

MORAES; RAMONET E SERRANO. **Mídia, Poder e Contrapoder**. Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Francilaine Munhoz; ADGHIRNI, Zélia Leal. **Jornalismo e Democracia: o papel do mediador**. E-Compós, v. 14, n. 2, 30 jan. 2012.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural**. Ruris, Vitória, v. 5, n. 2, set. 2011.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras.** 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **REPENSANDO o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

PASINI, Isabela Leão Ponce. **Conflito Territorial e Soberania Alimentar:** um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, no Sapê do Norte - ES. Minas Gerais, 2014. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2014.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalismo em tempos de mudanças estruturais.** In *Texto*, Porto Alegre, v. 1, n. 24, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>. Acesso em: 11/03/18.

PILGER, Caroline Roveda; SCHMIDT, Saraí. **Representação, Imaginário e Mídia:** algumas histórias sobre a família na publicidade de telefonia móvel. ALCAR 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historiografia-da-midia/representacao-imaginario-e-midia-algumas-historias-sobre-a-familia-na-publicidade-de-telefonia-movel/view> Acesso em: 08/04/2019.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos de Mídia e Política.** In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2002, Caxambu. Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).Caxambu: Anpocs, 2002. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file> . Acesso em: 17/11/18.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil; NASI, Lara. **Jornalismo como campo mediador dos direitos humanos.** *Comunicação & Sociedade*, 2017, 39.2: 79-102.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROTHBERG, Danilo. **Enquadramento e metodologia crítica de mídia.** In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo(SBPJor), 2007. Aracaju: Intercom, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 27ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias:** ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. *In*: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SILVA, Girley Vieira da. **A cobertura do jornal A Gazeta sobre a titulação de comunidades remanescentes de quilombos (1987-2017)**. 2019. 211f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades). Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

SILVA, Sandro José da. **Não basta rezar, é preciso agir: formações quilombolas nas lutas camponesas no estado do Espírito Santo**. *In*: OLIVEIRA, Rosy de; GOMES, Flavio dos Santos. (Org's.). **Das formações negras camponesas**. 01ed. Belo Horizonte: Fino Traço e editora UFRB, 2016, v. 14, p. 89-114.

SILVA, Nathália Esteves da. **A pressuposição da temporalidade do leitor na produção de pautas do jornal A Tribuna: um estudo sobre o processo de escolha da manchete e da foto principais de capa**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) - Faculdade Estácio de Sá, Vitória, 2007.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e esfera pública democrática**. São Paulo: cultura acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. 3. ed. atual. e ampl. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4.ed (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Nargila Silva de. **Representações discursivas do agronegócio e da agricultura familiar na mídia**. *In*: II Seminário Discurso e Relações de Poder - Anais eletrônicos. Anais. Abaetetuba (PA) UFPA, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/SEDIRE/129330-REPRESENTACOES-DISCURSIVAS-DO-AGRONEGOCIO-E-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-NA-MIDIA>>. Acesso em: 25/10/2019.

SOUZA, Marcos Antônio de. **A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate**. Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 10, v. 03, p. 50-72, jan-abr/2019.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **La dialéctica de la crisis del periodismo: el sociometabolismo del capital y sus límites estructurales**. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.[online]. 2018, vol. 41, n. 2, pp. 55-69. ISSN 1809-5844.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise**. Matrizes, v. 11, n. 3, p. 129-149, 2017.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. **Enquadramentos jornalísticos e hegemonia: por uma teoria crítica da produção de sentido noticiosa**. *In*. SOUZA, R. B. R.; CARDOSO, Y. G.

- (Org's.). **Jornalismo e Crítica de Mídia na Amazônia**. 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2016. 238p.
- SPENTHOF, Edson Luiz. **Jornalismo e sociedade: o lugar da mediação profissional e da informação tratada como res pública**. 2015.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. V. 4. Florianópolis: Insular, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Vol.1** Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. **Making News**. New York. Free Press. 1978.
- VICENTE, Rebecca Batista; ZANOTTI, Carlos Alberto. **O jornalismo de Dominique Wolton e as diretrizes curriculares para os cursos brasileiros de jornalismo1**.
- WOLTON, Dominique. **Informar não é Comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.